



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

MOARI CASTRO RAMOS DE OLIVEIRA ALFREDO

PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: NARRATIVAS DE UMA RUÍNA
SANTAMARENSE

Salvador

2019

MOARI CASTRO RAMOS DE OLIVEIRA ALFREDO

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: NARRATIVAS DE UMA RUÍNA
SANTAMARENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseania Miranda Freitas

Salvador

2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Castro Ramos de Oliveira Alfredo, Moari
Patrimônio Industrial : Narrativas de uma ruína
santamarense / Moari Castro Ramos de Oliveira
Alfredo, Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo. –
Salvador, 2019
154 f. : il

Orientadora: Joseania Miranda Freitas.
Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Museologia) – Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

1. Patrimônio Industrial. 2. Destilaria Modello. 3. Fundição de Aço Tarzan. 4. Santo Amaro. 5. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II. Castro Ramos de Oliveira Alfredo, Moari. I. Miranda Freitas, Joseania. II. Título.

ERRATA

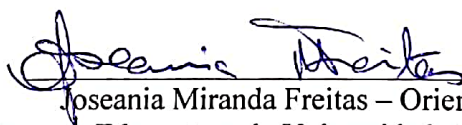
MOARI CASTRO RAMOS DE OLIVEIRA ALFREDO

**PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:
NARRATIVAS DE UMA RUÍNA SANTAMARENSE**

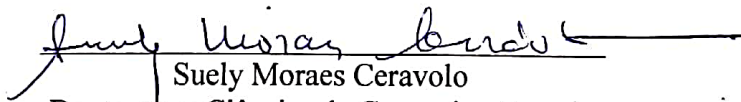
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 20 de novembro de 2019.

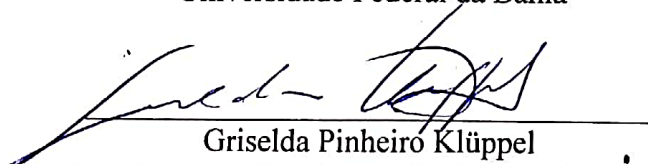
Banca examinadora



Joseania Miranda Freitas – Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia



Suely Moraes Ceravolo
Doutora em Ciências da Comunicação pela
Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia



Griselda Pinheiro Klüppel
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia



Maria Estela Rocha Ramos
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia
União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura – UNIME

A

Maria Flor, filha querida, por ressignificar a minha existência e dar sentido a cada alvorecer.

AGRADECIMENTOS

A Antônio Carlos e Ariete, meus pais, pelo amor e por me proporcionarem o acesso às oportunidades para ocupar este lugar.

A Leane, companheira de uma vida, por ser o apoio diário e incansável dos nossos objetivos. Gratidão e amor!

A Iracy Silva Picanço, *in memoriam*, tia amada, referência de vida e de lutas.

A Joseania Miranda Freitas, orientadora e amiga, por se propor a me guiar por estes caminhos, acolhendo-me durante os percalços e presente a todo momento.

A Laine, por permitir amá-la e retribuir na mesma medida.

Aos amigos Bruno Amorim e Marcos José Silva pelo apoio nas incertezas e apertos.

Aos servidores técnico-administrativos em educação de todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil que desenvolvem pesquisas em um contexto onde, invariavelmente, nos é negado exercer tais atividades.

A equipe da Biblioteca Padre José Loureiro, vinculada à Fundação José Silveira, em Santo Amaro, pelo apoio nas visitas que realizei à instituição.

Gratidão!

XÁCARA DA IGREJA DO PARTIDO

Do que foi aquela igreja,
restam apenas sináis
do alicerce que a sustinha,
nem ruínas existem mais!
A sua história repousa
já no mistério da lenda,
dentro dos canaviais

- Enfim um arco subsiste,
demarcando êsse lugar.

Era a igreja do Partido
o repouso onde os fiéis
iam com Deus encontrar.

- Um arco apenas, subsiste,
demarcando esse lugar...

Certo dia um criminoso
ao padre veio matar.
E, morto o padre, o demônio
tomou conta do lugar,
onde o remorso – um morcego
tenebroso, tenebroso,
as asas vive a agitar...

- Ainda um arco apenas, subsiste,
demarcando êsse lugar...

Com a igreja do Partido
pode-se bem comparar
Certo coração que existe,
- ruínas do amor esquecido...

(Só o desprezo subsiste,
demarcando êsse lugar...)

(GOÉS, 1966, p. 87-88)

ALFREDO, Moari Castro Ramos de Oliveira. Patrimônio Industrial: narrativas de uma destilaria santamarense. 2019. Orientadora: Joseania Miranda Freitas. 153f. il. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

A presente dissertação se propõe a compreender o percurso histórico da Destilaria Modello, edificação industrial localizada no município de Santo Amaro, estado da Bahia, evidenciando as narrativas construídas pelas diversas ocupações atribuídas ao prédio, como dispositivos inerentes ao seu processo de reconversão. A edificação, atualmente em ruínas, é um dos remanescentes registros arquitetônicos do patrimônio industrial local, que sobreviveu as intempéries. Sua restauração está prevista no projeto de ocupação desenvolvido para abrigar um centro de ensino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Na atualidade, as ruínas são referenciadas nominalmente como a fábrica Tarzan, denominação cristalizada no imaginário local pela ocupação da Siderurgia Aço Tarzan nos anos 40 do século XX e que funcionou no local por cerca de quinze anos. Contudo, sua origem fabril dá-se com a criação da Companhia União dos Lavradores, ainda no século XIX. A empresa, ligada a oligarquia regional, atuou durante cerca de uma década na transformação da cana-de-açúcar em aguardente. Sua composição arquitetônica grandiosa, ainda evidente, remete a opulência de outros tempos, da outrora cidade mais importante do ciclo do açúcar e sua trajetória histórica é produto de um período marcado pelo desenvolvimento da indústria do Recôncavo baiano, o que evidencia a necessidade de que a contemporaneidade se aproprie do espaço compreendendo sua história e as memórias compartilhadas que foram constituídas através das diversas significações do espaço.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Destilaria Modello. Fundição de Aço Tarzan. Santo Amaro.

ALFREDO, Moari Castro Ramos de Oliveira. Industrial Heritage: narrativess of a santamarense's destillery. 2019. Master advisor: Joseania Miranda Freitas. 153f. il. Dissertation (Master in Museology) – School Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia. Salvador, Brazil, 2019.

ABSTRACT

This paper aims to understand the historical course of the Modello Distillery, an industrial building located in the city of Santo Amaro, state of Bahia, highlighting the narratives built by the various occupations attributed to the building, as devices inherent in its conversion process. The building, currently in ruins, is one of the reminiscent architectural records of the local industrial heritage that survived the time action. Its restoration is foreseen in the occupation project developed to house a teaching center of the Federal University of Recôncavo da Bahia. Nowadays, the ruins are nominally referred to as the Tarzan factory, a denomination crystallized in the local imagination by the occupation of the Tarzan Steel Mill in the 40s of the twentieth century and which worked at the site for about fifteen years. However, its factory origin occurs with the creation of Companhia União dos Lavradores, still in the nineteenth century. The company, linked to the regional oligarchy, worked for about a decade in the transformation of sugar cane into brandy. Its grandiose architectural composition, still evident, refers to the opulence of other times, the once most important city of the sugar cycle and its historical trajectory is the product of a period marked by the development of the industry of the Bahian Recôncavo, which highlights the need for contemporaneity takes ownership of space by understanding its history and the shared memories that were constituted through the various meanings of space.

Keywords: Industrial Heritage. Modello distillery. Tarzan Steel Casting. Santo Amaro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Primeiro grupo de servidores docentes do CECULT	36
Figura 2	Imagem aérea de Santo Amaro-BA, em destaque as ruínas da Fundação de Aço Tarzan	37
Figura 3	Imagem aérea das ruínas da Fundação de Aço Tarzan	38
Figura 4	Adesivo da campanha "Para ser do Recôncavo, tem que estar em Santo Amaro" em restaurante da cidade	39
Figura 5	Acidente da lancha “Miss Brasil” no Rio de Janeiro, pilotada pelo proprietário da Fundação de Aço Tarzan, Carlos Trzan	44
Figura 6	Logomarca da Fundação de Aço Tarzan, retirada de papel timbrado da empresa	47
Figura 7	Identidade visual da Fundação de Aço Tarzan, retirado cabeçalho de papel timbrado da empresa	47
Figura 8	Logomarca das Indústrias Metalúrgicas Guertzenstein LTDA	50
Figura 9	Imagem frontal do Solar Paraíso, Santo Amaro – BA	53
Figura 10	Visão interna de um dos cômodos do Solar Paraíso	54
Figura 11	Visão de um dos arcos da fachada da Fundação de Aço Tarzan, ao fundo é possível ver a chaminé com o nome da indústria	55
Figura 12	Vista lateral do prédio da Destilaria Jujuba, em Santo Amaro – BA	63
Figura 13	Vista da Destilaria Jujuba e do rio Subaé	63
Figura 14	Visual panorâmica do prédio da Fundação de Aço Tarzan e da Destilaria Jujuba	64
Figura 15	Vista lateral da atual Igreja de Santo Amaro / Santa Luzia	80
Figura 16	Placa comemorativa da Igreja de Santo Amaro / Santa Luzia, citando a suposta origem beneditina	80
Quadro 1	Linha temporal do processo de formação da cidade de Santo Amaro	82
Figura 17	Fotografia da capela do antigo Engenho Santo Amaro, com referência à sua criação	84
Figura 18	Placa informativa sobre as supostas ruínas da capela do Rosário, às margens da BA-420	91
Figura 19	Fotografia da entrada das supostas ruínas da capela do Rosário	91

Gráfico 1	Quantitativo de alambiques autônomos em Santo Amaro entre os anos de 1814 e 1876	108
Figura 20	Heráldica sugerida ao Município de Santo Amaro, em 1922, pelo Ir. Paulo Lachenmayer	110
Figura 21	Heráldica atual do Município de Santo Amaro	111
Figura 22	Destillaria Modello, visão do fundo	115
Figura 23	Destillaria Modello, visão frontal	116
Figura 24	Dornas de Mel da Destillaria Modello, vista interna superior	116
Figura 25	Dornas de Mel da Destillaria Modello, vista interna inferior	117
Figura 26	Ação da Companhia União dos Lavradores, com sede em Santo Amaro da Purificação	119
Figura 27	Edifício da Destilaria Modello	120
Figura 28	Visão interna do setor de tanoaria da Companhia Alcoolica da Bahia ..	120
Figura 29	Marca tipográfica da Companhia União dos Lavradores, encontrada em documento oficial.	122
Figura 30	Anúncio da Aguardente da CUL	124
Figura 31	Comprovante de compra de 800 litros de mel do Engenho Água Boa Grande, realizado pela Companhia União dos Lavradores	126

LISTA DE QUADROS

Tabela 1	Dados quantitativos sobre os Engenhos na Bahia	103
-----------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APJFAP	Acervo privado de João Ferreira de Araújo Pinho
APJLPS	Acervo do pesquisador José Luís Pamponet Sampaio
APMSA	Arquivo Público Municipal de Santo Amaro
BICULT	Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
BNDIGITAL	Biblioteca Nacional Digital
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CECULT	Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CUL	Companhia União dos Lavradores
EABG	Engenho Água Boa Grande
IFB	Instituto Feminino da Bahia
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
TICCIH	The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

ERRATA.....	4
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
1. INTRODUÇÃO	17
2. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – A NARRATIVA DAS RUÍNAS TARZAN	21
2.1 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E NARRATIVAS PATRIMONIAIS.....	22
2.2 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE	24
2.3 BENS INDUSTRIAIS E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO	28
2.4 O PROCESSO DE RECONVERSÃO DO PATRIMÔNIO	30
2.5 PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – UMA VISÃO PARA ALÉM DE TIJOLOS E CHAMINÉS	34
2.6 PROJETO DE RESTAURAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA TRZAN.....	40
2.7 CARLOS TRZAN	43
2.8 A FUNDIÇÃO DE AÇO TARZAN	46
2.9 SOLAR PARAÍSO	52
2.10 SIDERÚRGICA SANTO AMARO	55
2.11 RUÍNAS TARZAN	60
3. SANTO AMARO, UMA INVENÇÃO COLONIAL.....	66
3.1 NASCE UMA CIDADE – FORMAÇÃO DE SANTO AMARO (SÉCULO XVI – SÉCULO XIX).....	73
3.2 QUAL CULPA CARREGAM OS BENEDITINOS?	78
3.3 OS JESUÍTAS E O CASO DA CAPELA DO ROSÁRIO	85
4 FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS DO TRABALHO EM UMA RUÍNA SANTAMARENSE – O DESVELAR DE UMA DESTILARIA.....	95
4.1 A DESTILARIA MODELLO – UM PROCESSO DE ARQUEOLOGIA DOCUMENTAL	112
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
FONTES.....	131
TEXTUAIS	131
Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (APMSA)	131
Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)	131
Biblioteca Nacional Digital (BNDIGITAL)	131

Centro de Documentação e Pesquisa. Universidade Estadual de Feira de Santana	133
Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia.....	134
ICONOGRAFIAS	138
Acervo Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas / UFRB (CECULT)	138
Acervo Fotográfico da Biblioteca Marieta Alves / Instituto Feminino da Bahia (IFB) .	138
Acervo Pessoal de Lucília Libório Trzan.....	138
a) Fotografias Fundação de Aço Tarzan.....	138
b) Documentos.....	138
Logomarca da Fundação de Aço Tarzan em papel timbrado. [S.I] 1940-1960.	138
Biblioteca Nacional (BNDIGITAL)	138
Fundação Pedro Calmon / Centro de Memória da Bahia.....	139
Fundação José Silveira / Biblioteca Padre José Loureiro	139
Iconografias retiradas de publicações	140
Acervo pessoal de Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo	140
Iconografias / Sites.....	141
REFERÊNCIAS	142
SITES	147
DEPOIMENTO	147
APÊNDICE A - Autorização de uso de imagem / Centro de Memória da Bahia	148
ANEXO A – Projeto de Estatuto da Companhia União dos Lavradores	150
ANEXO B – Telegrama de 21 de maio de 1891 trocado entre João Ferreira de Araújo Pinho e Ismael de Almeida	153
ANEXO C – Esquema da ocupação do Solar Paraíso na década de 1980	154

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia, linha de pesquisa Museologia e Desenvolvimento social, da Universidade Federal da Bahia e apresenta os resultados obtidos no estudo realizado sobre as ruínas de uma edificação fabril localizado no município de Santo Amaro, Estado da Bahia. Originada a partir da relação de trabalho instituída através da minha admissão como servidor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no ano de 2015, para o cargo de Museólogo do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) desta Universidade, à qual a referida edificação, em estado de ruína, então desconhecida para mim, passou a resguardar a perspectiva de abrigar as atividades do mais novo *campus* da Universidade, projetada como futuro local de trabalho.

As intervenções arquitetônicas para a recuperação de núcleos históricos são práticas modernas, em sua maioria fomentadas pelo Estado, que visam promover a reabilitação de edificações e sítios históricos, atribuindo novos usos a estes locais na contemporaneidade. Instituída como política pública no Brasil desde a década de 1930, a preservação de bens culturais esteve durante longo tempo designada exclusivamente à proteção dos bens de natureza material, como as edificações, tendo na conservação da integridade física a sua principal marca. Foi a instituição de mecanismos de salvaguarda, como o ato de tombamento, que permitiram ao Estado promover ações de preservação do patrimônio cultural edificado através dos tempos. Na atualidade é através das autarquias e órgãos públicos que o Estado promove a execução de programas e projetos de recuperação estrutural-arquitetônica de bens culturais edificados, viabilizando o estabelecimento de novos significados e usos às construções históricas, revitalizando-as, mas sobretudo, reorganizando a política urbana.

Este trabalho se apresenta com um dispositivo acadêmico de estudo sobre o patrimônio cultural, atrelada ao desenvolvimento de uma pesquisa no âmbito do PPGMUSEU, mas que se configurou inicialmente como processo técnico e político através da minha atuação como servidor técnico-administrativo, e museólogo, do CECULT e da UFRB. Proposto pela UFRB em 2013, o projeto de requalificação do antigo prédio objetivava converter as ruínas em um novo *campus*, processo celebrado através do nome “ruínas da fábrica Tarzan”, com recursos do Governo Federal.

Inicialmente, as características arquitetônicas da fábrica, dispares das demais edificações encontradas na cidade, causaram-me impacto visual e despertaram a curiosidade e o interesse por desenvolver um olhar mais aprofundado sobre aquele local. Faminto por entender o contexto da edificação desenvolvi uma pesquisa exploratória, eminentemente técnica, sobre aquele remanescente vestígio arquitetônico da indústria local. Cabe aqui, estabelecer que, diferentemente da nomenclatura atribuída pela UFRB, as ruínas eram mencionadas, frequentemente, pela comunidade santamarense pelo nome “Tarzan”. As referências são explicadas pela existência da Fundação de Aço Tarzan indústria do aço que ocupou o prédio entre as décadas de 1940 e 1950 do século XX, funcionando por cerca de quinze anos e, ao que parece, estão cristalizadas no imaginário local, mesmo com a ocorrência de uma ocupação posterior: a Siderúrgica Santo Amaro, ligada ao grupo Votorantim, a partir da década de 1960. Saliento que a origem e todas as reocupações atribuídas à edificação foram, invariavelmente, realizadas por indústrias, diferentemente da proposição instituída pela UFRB, motivadora deste trabalho. Diante deste contexto, considero que o valor cultural do patrimônio industrial da edificação precisava ser evidenciado, afinal esta é uma classificação atribuída aos bens culturais que estão ligados aos modos de produção da indústria.

O surgimento da concepção de patrimônio cultural vinculado à indústria está inserido no processo de diversificação e ampliação do conceito de patrimônio cultural na última década do século XX, através do reconhecimento de diferentes campos do conhecimento como elementos de formação do patrimônio, para além do tradicionalismo então instituído. As ações da arqueologia industrial europeia, em meados do século XX, promovidas como consequência do processo de desindustrialização à época foi o campo de experiências que fomentaram a produção da Carta de Nizhny Tagil, em julho de 2003, pelo *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), posteriormente ratificada e publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), instituindo diretrizes para a salvaguarda do patrimônio industrial e servindo como componente fundamental para os processos de preservação dos bens industriais. Neste sentido, será apresentada uma abordagem no primeiro capítulo deste trabalho, denominado como “Patrimônio Industrial – a narrativa das Ruínas Tarzan”, pontos de interseção entre as fronteiras teóricas das relações patrimoniais e o nosso objeto de estudo, traçando um panorama sobre as ocupações da edificação e o contexto do seu projeto de reconversão.

A cultura industrial, como campo de pesquisa e atuação, atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, vinculada aos saberes, rotinas e práticas dos trabalhadores, o

estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana. Deste modo, a importância fundamental atribuída aos edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais é compreendida em sentido amplo, abarcando os processos e as ferramentas utilizados e a paisagem em que se inscrevem.

Evidentemente, que no contexto da nossa pesquisa, a composição arquitetônica dessa edificação é preponderante, pois é o vestígio mais evidente, remetendo à opulência de outros tempos, da outrora cidade mais importante do ciclo do açúcar e sua trajetória histórica como produto de um período marcado pelo desenvolvimento da indústria do Recôncavo baiano. Tais características evidenciam a necessidade de que a contemporaneidade se aproprie do espaço compreendendo sua história e as memórias compartilhadas que foram constituídas através das diversas significações do espaço. Neste sentido, este trabalho reconhece a importância da dimensão arquitetônica, mas estabelece a relevância dos estudos historiográficos sobre a região ao qual está inserido o bem industrial, bem como a reflexão sobre as condições aos quais foram estabelecidos, entendendo-os como dispositivos fundamentais para a compreensão dos contextos sociais, políticos, econômicos e históricos, para conferir sentido aos processos de reutilização desses espaços fabris. Deste modo, o contexto local das Ruínas Tarzan é a essência do segundo capítulo, denominado “Santo Amaro, uma invenção colonial”. Buscou-se neste capítulo estabelecer uma narrativa sobre a história de formação da cidade, revisitando as produções de memorialistas locais da cidade mais importante da colonização do Recôncavo, apresentando as narrativas patrimoniais estabelecidas pelo processo de colonização.

Destarte, pouco se conhece ou foi publicado sobre o funcionamento da edificação enquanto destilaria e quase todas as informações e dados encontrados são relacionadas à siderúrgica. Neste sentido, apresentaremos no último capítulo, denominado “Fragmentos de memórias do trabalho em uma ruína santamarense – o desvelar de uma destilaria”, as informações sobre a ocupação original da edificação, a Destilaria Modello. Afinal, é apenas através da Siderurgia Aço Tarzan que o prédio é visibilizado, inserido na vida social da cidade. Saliento que a cidade não reconhece naquele espaço a destilaria. Esta habita o lugar do passado, esquecida e apagada pelo tempo e pelas significações que lhe impuseram durante os anos. Sob este panorama estabelecido, este trabalho discute, primordialmente, as relações que habitam os processos de patrimonialização e de reconversão de bens industriais, tendo como objeto focal o processo de requalificação da referida edificação. Nossa pesquisa reivindica, sobretudo, apresentar a importância das narrativas patrimoniais no contexto da preservação dos bens

ligados à indústria, estabelecidas aqui por um intenso processo de pesquisa de fontes históricas relativas à criação e funcionamento da unidade fabril em todas as suas dimensões.

2. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – A NARRATIVA DAS RUÍNAS TARZAN

A construção do conceito atribuído ao que se denomina como patrimônio cultural constituiu-se, historicamente, sob uma perspectiva preservacionista da produção do fazer humano, através da atribuição de valor e importância a determinados bens, de determinados grupos sociais, transformando-os em símbolos de um passado que a partir daquele momento deveriam ser salvaguardados para continuar a existir.

O patrimônio como legado de uma coletividade é uma corruptela da noção atribuída ao termo originalmente. Oriunda da relação de hereditariedade patriarcal, o patrimônio passa a integrar um campo conceitual diferente quando o seu significado estabelece uma abrangência coletiva, social, através da promoção de ações públicas chanceladas pelo Estado. Ligado à herança familiar, o termo passa a servir a representação de uma herança cultural e socializada, ultrapassando o protagonismo do indivíduo em prol da preservação de uma memória social.

Autores como a historiadora Françoise Choay e o historiador Jacques Le Goff, ambos franceses teorizaram as relações entre patrimônio e memória. Em *A Alegoria do Patrimônio* (2001), obra de Choay, e *História e Memória* (2013), de Le Goff, fica evidenciada a preponderância da figura do monumento na estruturação do conceito de patrimônio cultural e na relação de preservação que lhe tange. Sobre essa perspectiva, epistemologicamente, o patrimônio é descrito como uma manifestação social originada da vinculação entre as práticas colecionistas e um “desejo” por uma memória pública. Historicamente, o monumento tornou-se o elemento de mediação entre o ser-humano, a memória individual e a memória coletiva através da instituição de políticas de patrimônio, podendo ser erigido para ser a representação simbólica de uma narrativa ou ser a representação material que valida a historicidade dos fatos, num processo precisamente político, como afirma Choay:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p. 17).

Le Goff, também reflete sobre questões importantes da memória social e sua representação:

A memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2013, p. 485, grifo do autor).

Historiograficamente, tornou-se pacificado que a constituição do patrimônio cultural como síntese material de uma herança coletiva do passado surgira no continente europeu ainda no século XVIII. A experiência no contexto da Revolução Francesa foi o movimento que concentrou as bases desse processo, através da criação de medidas protetivas condicionadas aos bens das classes dominantes que sofriam com os saques e destruições causadas no período.

No entanto, o desenvolvimento de um pensamento patrimonial foi sendo modificado ao longo do tempo e tomando as nuances baseadas nas territorialidades e relações de poder estabelecidas localmente. Evidentemente, compreender como se dão as relações entre patrimônio cultural e memória, hoje, é algo completamente dessemelhante da perspectiva estabelecida em sua origem. Estabelecida a importância dos contextos históricos na estruturação de um discurso, entendo que não é objetivo deste trabalho recuar tão longinquamente, peregrinando pela historiografia da formação do que hoje entende-se por patrimônio cultural, para compreender as condições contemporâneas estabelecidas. Entretanto, é importante ressaltar que as relações entre patrimônio e memória são frutos desse processo e, obviamente, estão imbricadas no desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada.

2.1 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E NARRATIVAS PATRIMONIAIS

É preciso expor duas constatações para o entendimento da relação entre o patrimônio industrial e as construções narrativas estabelecidas sobre o patrimônio. A primeira constatação reflete sobre as potencialidades dos bens que poderiam ser considerados patrimônio cultural, mas que acabam por não serem reconhecidos desse modo. O pesquisador brasileiro Diego Finder Machado, em sua tese sobre narrativas patrimoniais negras em Joinville – SC, afirma que para haver patrimonialização necessita-se:

[...] fundamentalmente, dos poderes políticos, os quais buscam legitimar-se por meio de negociações com os valores culturais compartilhados em determinada sociedade. A ativação do patrimônio, mais que a sua valorização, tem a ver com discursos que implicam: seleção (escolha de elementos destacados da variedade de bens e manifestações culturais), ordenação (mapeamentos e narrativas que dão coerência ao conjunto) e interpretação (restrição da polissemia possível). Tais discursos são reforçados pelo poder econômico, pelos interesses acadêmicos e pelas habilidades dos técnicos do patrimônio. (MACHADO, 2018, p. 26).

A segunda constatação versa diretamente sobre a perspectiva em relação às narrativas patrimoniais e como elas estão inseridas em um processo sistêmico de relações de poder, como assegura Machado (2018):

As ações de patrimonialização, ao ativarem determinados bens culturais, enquadram um conjunto restrito de narrativas para lhes conferir sentido e valor, deixando de lado outras interpretações possíveis sobre o passado e o presente. Esse conjunto de narrativas, ao prescrever ‘modos de usar’ e, ainda, ‘modos de olhar’, delimita também o que é considerado aceitável em termos de práticas patrimoniais. Os momentos de ativação patrimonial são, portanto, momentos de elaboração de ‘discursos autorizados’. (MACHADO, 2018, p. 26).

Em outras palavras, as narrativas patrimoniais podem ser entendidas como parte do processo de construção patrimonial do bem cultural. Esse bem, após ser patrimonializado passa a ser estabelecer uma narrativa que é obviamente resultante de um ponto de vista. Entretanto, há um universo de saberes e práticas que excede os limites restritivos impostos pela patrimonialização, o que nos estimula a refletir de outras maneiras sobre essa questão na contemporaneidade.

Os pesquisadores brasileiros Regina Abreu e Manuel Ferreira Lima Filho refletem sobre esse debate, afirmando que as narrativas patrimoniais estão presentes nos estudos antropológicos sobre patrimônios e museus. No entendimento estabelecido pelos autores, o patrimônio pode ser percebido como um lugar de consagração das memórias dessas narrativas:

Vistos sob este prisma [da representação do patrimônio como narrativa], patrimônios e museus são essencialmente analisados como lugares de consagração de determinadas memórias representativas de culturas, agentes sociais, personagens, períodos históricos. Os mecanismos de consagração neste caso operam, de um lado, na formação dos acervos e das coleções e, de outro lado, na construção discursiva em torno destes acervos e coleções. (ABREU; LIMA FILHO, 2012, p. 40).

A atribuição de critérios para a salvaguarda das narrativas que são oficializadas pelo Estado no processo de patrimonialização expressam, em suma, as relações de poder que as regem. Abreu e Lima Filho asseguram que o processo de formação dos acervos e das coleções patrimoniais e museológicas, como construções narrativas, são processos estritamente políticos, constituindo um elo entre o patrimônio e os sujeitos que detêm o poder:

Que objetos eram escolhidos para representar o todo nacional e forjar o sentimento cívico? Como estes objetos foram sendo monumentalizados? Como se constituíram estes processos decisórios entre o que lembrar e o que esquecer? Quem esteve à frente destas escolhas, destas vontades de memória? Assim, acervos e coleções de museus podem ser lidos como textos expressivos desde que tomemos uma distância e percebamos neles a produção histórica de verdades particulares que se querem fazer passar por universais. O

instrumental antropológico tem sido bastante útil para o estudo dos diferentes significados no campo dos museus e dos patrimônios. A etnografia, a pesquisa de campo com observação participante têm permitido compreender as lógicas que presidem a construção de monumentos ou a preservação de prédios que passaram a ser cultivados como marcos históricos ou estilos de arte e de arquitetura. (ABREU; LIMA FILHO, 2012).

E continuam avaliando o processo:

Os processos de formação dos acervos e das coleções, bem como dos próprios patrimônios e museus, constituem importantes fontes de estudo para a Antropologia, pois expressam processos seletivos que se modificam ao longo do tempo produzindo representações sobre culturas, nações e outras categorias modernas. Um dos objetivos da Antropologia dos Patrimônios e Museus tem sido perceber os valores que embasam e sustentam padrões e regras culturais e de que modo estes valores são cotidianamente afirmados e sustentados discursivamente. Para este fim, patrimônios e museus são ‘postos de observação’ singulares. O que guardamos? O que descartamos? Como hierarquizamos as coisas, as palavras, as pessoas? Que categorias, valores e significados discursivos são eleitos quando se trata de preservar ou exibir uma manifestação cultural ou um período histórico? Que histórias estão sendo contadas a partir de inventários, tombamentos, registros, documentações e deslocamentos dos objetos da vida cotidiana para o mundo dos patrimônios e museus? O tema da discursividade associa-se diretamente ao tema das relações de poder e, neste sentido, patrimônios e museus expressam processos políticos. (ABREU; LIMA FILHO, 2012).

Ressalto que, no contexto das disputas patrimoniais, a presença e a importância das subjetividades estão invariavelmente presentes, assim como a influência dos contextos sociais, econômicos, políticos, bem como recortes de gênero, classe e raça, que impelem significações ao processo que aqui denominaremos como patrimonialização. Nenhum patrimônio é neutro. Todos os bens patrimonializados estabelecem as marcas dos interesses de um grupo ou comunidade. Em poucas palavras, é preciso definir que esse processo trata exclusivamente da realização de uma ação pública, recorrentemente capitaneada pelo Estado, que forja a investidura de um “manto” preservacionista sob determinado bem ou manifestação cultural. E sobre essa acepção é que estabeleço uma pergunta: Quais os sentidos que nos levam a preservar algo? Talvez, o grande desafio de pensar o patrimônio seja ponderar ativamente sobre as nossas realidades, pois o ato de patrimonializar torna-se um desafio cotidiano de leitura do tempo em que vivemos.

2.2 PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE

A perspectiva vigente sobre o patrimônio cultural no Brasil estabelece uma categorização, com parâmetros e diretrizes, que fundamentam a política de preservação dos bens culturais. A divisão estabelecida entre a materialidade e a imaterialidade, ocorrida no ano

de 2003, quando do estabelecimento da política pública de registro do patrimônio imaterial brasileiro, é meramente ficcional no que tange ao cotidiano das pessoas. Afinal, é no dia-a-dia que as manifestações culturais se apresentam, sem distinções categorizadas. Não existe bem físico, material, que não esteja repleto de “imaterialidades”, e não existe bem intangível que não tenha relações de pertencimentos com a materialidade.

Amplamente reconhecida, a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais durante muito tempo estivera majoritariamente representada, em todo o mundo, por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas, evidentemente, não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. As tradições, o folclore, os saberes populares, as línguas, festas e em múltiplos aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. Evidentemente, compreendo que a estruturação da divisão se trata de um ato político, de afirmação e de proteção de manifestações historicamente subalternizadas pelas políticas de patrimonialização. Deste modo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris no ano de 2003, publicou uma carta que reafirma a “[...] profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural.” (UNESCO, 2003, p. 3) e evidencia como a globalização e a transformação social eram fatores de ameaça a manifestações não contempladas pelo sistema vigente.

O antropólogo brasileiro Antonio Augusto Arantes afirma que a distinção entre memória e patrimônio deve ser estabelecida no campo conceitual, na medida que esta diferenciação se torna fator preponderante para entendimento do processo de construção das políticas sociais de patrimônio.

Os processos de construção da memória social e do patrimônio cultural criam – ambos – marcos afetivos e cognitivos compartilhados que balizam a continuidade e a mudança sociais, a formação de representações de si e projetos de futuro. Mas, enquanto a memória social diz respeito a agentes e práticas pertencentes à sociedade civil, o patrimônio resulta de um complexo processo de negociação e conflito que, necessariamente, articula o plano local a esferas políticas e sociais mais abrangentes, particularmente o Estado: envolve instituições governamentais e não-governamentais, instituições acadêmicas e administrativas, interesses públicos e negócios privados. (ARANTES, 2010, p. 52-53).

Arantes apresenta uma reflexão importante sobre a “[...] natureza ambivalente e potencialmente conflituosa do patrimônio.” (2010, p. 53). Essa perspectiva sobre as incompletudes que rodeiam o patrimônio é uma premissa fundamental para as bases conceituais deste trabalho, pois suscitam uma contraposição à ideia de finitude, no sentido de encerramento,

das intenções quando da investidura de um bem cultural ao rol patrimonial. Ademais, patrimonializar, ou ato de tornar patrimônio, seria instituir uma realidade que é, a um só tempo interna e externa aos grupos sociais. Este é o ponto de partida essencial para compreender papel da patrimonialização e o seu significado nos processos de construção de identidades.

É no contexto de ampliação das definições sobre bem cultural, e consequentemente da ideia de patrimônio, que surge a concepção de preservação de um patrimônio industrial. A professora e pesquisadora do tema da patrimonialização dos bens culturais industriais, Beatriz Mugayar Kühl (2006) afirma que o debate sobre a preservação dos bens ligados à indústria surgiu em meados do século XX na Inglaterra, e que levou à cunhagem do termo “arqueologia industrial”, uma atividade denominada assim, pois remetia à utilização do método de pesquisa da cultura material sobre os vestígios da produção industrial inglesa. Os processos arqueológicos eram realizados intentando encontrar resquícios de indústrias locais demolidas principalmente nos exemplares oriundos dos tempos da Revolução Industrial, entre 1760 e 1830, também apresentados pela arquiteta brasileira Gabriela Campagnol em entrevista ao pesquisador Rafael Evangelista (EVANGELISTA, 2006). Reafirmando a diversidade de estudos do patrimônio industrial, Campagnol compreende que a “[...] destruição de instalações industriais causadas pela Segunda Guerra Mundial e as consequentes transformações urbanísticas” gerou uma implicação do interesse em preservar esses bens industriais que eram importantes testemunhos da época.

No Brasil, o interesse pelo tema do patrimônio industrial começou a ser pautado na década de 1960, vinculado à instauração dos processos de tombamentos de edificações industriais no sudeste do país. Em 1964, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento dos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Iperó, uma fábrica de armas brancas criada em 1810 em São Paulo. Segundo o pesquisador brasileiro Nilton Pereira dos Santos (2009, p. 22), autor da tese sobre a referida fábrica, foi cerca de três anos depois do processo de tombamento que se iniciou a restauração, a qual visou estabelecer a preservação dos prédios em pior estado de conservação. A reutilização do local serviu a outros objetivos ao longo do tempo, pautada pelas características da edificação e que ressaltavam a sua composição arquitetônica, como é evidenciado pelo autor:

Entre 1975-1990 funcionou em Ipanema o Centro Nacional de Engenharia Agrícola – CENEA, órgão ligado ao Ministério da Agricultura e que trabalhava no desenvolvimento de sementes melhoradas e ensaios com máquinas e equipamentos agrícolas. Em 1992, todo o complexo passou a fazer parte da Floresta Nacional do Ipanema. A fábrica passou por um processo de restauração de maior magnitude em 2005, sendo possível, nos dias atuais,

visitar parte dos prédios construídos durante o Império. Mesmo desprovido de quase todo o maquinário da época, cujo destino também é desconhecido, e que o número de construções que resistiram ao tempo seja muito pequeno, o conjunto permite uma noção de grandeza desta empresa, sobretudo quando se leva em consideração que todo o material para as construções foi feito na própria companhia. (SANTOS, 2009, p. 22-23).

Em relação ao campo teórico, Campagnol (EVANGELISTA, 2006) afirma que o interesse no tema surgiu mais tardiamente, apenas em 1976, com o estudo desenvolvido pelo historiador Warren Dean intitulado “A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial”, segundo a autora, um pioneiro trabalho sobre o tema. Contudo, como afirma a historiadora e referência da temática no Brasil, Cristina Meneguello, outros trabalhos também estão inseridos nas primogenituras do processo de estruturação do campo de estudo do patrimônio industrial no Brasil:

Trabalhos como os de Ruy Gama sobre os engenhos, o artigo do historiador norte-americano Warren Dean ainda em 1976 sobre a fábrica São Luiz de Itu, o inventário fotográfico ainda inédito preparado por Philip Gunn e Telma Correia, os estudos sobre o cotidiano fabril de Edgar De Decca e de Maria Auxiliadora de Decca, as reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses e estudos como os de Odilon Nogueira de Matos e Bandeira Júnior, entre outros, vinham embasando uma metodologia e uma reflexão sobre o tema no Brasil. (MENEGUELLO, 2011a, p. 1827).

Entender as motivações que arrastam ao futuro os bens ligados a uma produção industrial e que atribuem um sentido diverso do originário, sugerem a existência de um percurso um tanto complexo no processo de patrimonialização ou apenas de reconversão destes bens. A multiplicidade de camadas que constituem, sejam elas históricas, mnemônicas, sociais, econômicas etc., estabelecem o sentido dado à preservação das memórias vinculadas à indústria, afinal, por mais que o senso comum nos aponte para a concepção cristalizada sobre uma estrutura de tijolos com uma chaminé que expurga fumaça pelo ar quando falamos do tema, compreender as relações estabelecidas que tenham como tema a indústria é compreender a existência de uma multiplicidade de leituras e entendimentos sobre as relações sociais, que, obviamente, tinham como primazia estarem postas nesses locais.

Uma situação que exemplifica substancialmente essa questão é quando apenas o bem ou parte dele é compreendido como um resquício industrial arquitetonicamente relevante e por este motivo é reconvertido, conferindo-lhe um novo uso. É importante ressaltar que é comum a identificação desses espaços fabris como locais “abandonados”, “degradados”, “decadentes”, entre outros adjetivos desabonadores para qualificá-los, ou desqualificá-los, utilizados por quem defende o processo de “requalificação” como um meio de dinamizar economicamente as cidades. A docente e pesquisadora brasileira Roselane Gomes Bezerra aponta em artigo de sua

autoria que esse fenômeno se dá no âmbito da ideia de intervenções urbanas, especialmente associadas ao turismo e ao lazer:

O processo de reinvenção das cidades a partir da identificação e da reutilização do patrimônio justifica-se pelas transformações urbanas, decorrentes da acelerada globalização econômica, industrial e tecnológica que o mundo vivencia desde finais do século XX. Marcado por profundas transformações sociais, econômicas e geográficas, esse século deixou como legado para a paisagem urbana um novo conceito de cidade, que se define pela busca de novos usos para espaços ‘abandonados’ ou desvalorizados. A paisagem urbana contemporânea vem sendo configurada por meio da ‘requalificação’ de área portuárias desativadas, espaços desocupados que abrigavam grandes indústrias, áreas deterioradas que margeiam a costa do mar ou de rios e antigos centros históricos degradados. Esses espaços urbanos “abandonados” geralmente estavam socialmente descontextualizados dos usos na cidade, mas estão localizados em áreas com um alto valor simbólico para a história da urbe. (BEZERRA, 2015, p.69-70).

Situa-se neste ponto o cerne de uma das problemáticas deste trabalho. Entender as diferenças estabelecidas entre os processos de reconversão e o processo de patrimonialização de espaços históricos da indústria. Neste sentido, busco estabelecer, conceitualmente, o que de fato significam.

2.3 BENS INDUSTRIAIS E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Historicamente, a vitalidade de um bem cultural esteve diretamente relacionada à valorização cultural, simbólica ou econômica da sociedade ou grupo ao qual esse bem está relacionado. Denominado aqui como “patrimonialização como processo de institucionalização” trata, objetivamente, da oficialização por parte de um ente público, como o Estado, dos mecanismos de proteção do que se passa a chamar de patrimônio cultural. Entretanto, seria a patrimonialização um processo que se dá apenas através da oficialidade? Nesse sentido, o que leva a sociedade a permitir que bens sobrevivam ao tempo? Quais motivos levam a sociedade estar envolvida e pelas razões mais diversas, incluindo o próprio desprezo pelo bem, admitirem a permanência de um bem?

A patrimonialização, como já dito anteriormente, é o processo de investidura de um valor público e simbólico a um bem cultural, que, em suma, objetiva a sua preservação para a sociedade dispondo da estrutura pública para isso. Pode-se afirmar que este é um processo de valorização, pois atribui a determinado bem uma áurea de interesse comum e de valor social que merece ser preservado, mas também trata, principalmente, de uma seleção.

Historicamente, os valores atribuídos pela patrimonialização são de atribuição exclusiva do Estado, como é o caso do Brasil. É o poder público que institui o patrimônio cultural, inicialmente dado através do processo de tombamento e mais recentemente aos registros dos bens intangíveis. O professor e pesquisador brasileiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes apresenta importantes considerações sobre a patrimonialização. Em seu texto quando da realização do 1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, na cidade de Ouro Preto – MG em 2009, Menezes considera que o “[...] patrimônio é, antes de mais nada, um fato social.” (MENESES, 2012, p. 33), em outras palavras, sua afirmação reflete que a valorização atribuída pelo Estado, com a patrimonialização, não configura a imprescindível força para existência de um patrimônio cultural nacional. Neste sentido, os questionamentos apontados por Menezes (2012, p. 25-33) buscam por em evidência as relações estabelecidas na ideia de valor atribuído aos bens, como fica evidente na seguinte ponderação:

Fala-se muito em valor, mas é raro que se saiba, precisamente, do que se está falando e de suas consequências. Por certo, não é este o momento de traçar uma súmula da problemática do valor, questão espinhosa e que demandaria tempo. Ou de examinar a inconveniência das categorias usuais de ‘valor arquitetônico’ ou ‘valor histórico’, por exemplo. Irei diretamente para a questão nuclear: a matriz do valor. Se o valor é sempre uma atribuição, quem o atribui? Quem cria o valor? (MENESES, 2012, p. 32-33).

A origem da problemática da patrimonialização apresentada por Ulpiano Menezes é considerada no processo de institucionalização da cultura no Brasil. Um breve levantamento histórico sobre a legislação que versa sobre as regras do processo de patrimonialização aponta avanços, principalmente nas questões que tangem uma valorização por parte do Estado das manifestações culturais que historicamente foram/são subalternizadas por uma concepção materialista do patrimônio. A criação da proteção sobre os bens considerados intangíveis no início dos anos 2000 pode auxiliar a refletir sobre como a apontada valorização trata-se de um capital simbólico, mas os valores também estão afirmados para além da institucionalização, presentes no cotidiano da sociedade, agrupando-se de formas variadas “[...] produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações e conflitos.” (MENESES, 2012, p. 35), como afirma Menezes. E prossegue:

O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto – de avaliação, valoração. Por isso, o campo da cultura e, em consequência, o do patrimônio cultural, é um campo iminentemente *político*. Político não no sentido partidário, mas no de *polis*, a cidade dos gregos, isto é, aquilo que era gerido compartilhadamente pelos cidadãos; a expressão correspondente entre os romanos, *res publica*, representa a outra face da moeda: a coisa comum, o interesse público. A democracia garante direitos e

acesso; a república, finalidade e responsabilidades. A cidadania haveria de ser obrigatoriamente democrática. (MENESES, 2012, p. 38, grifos do autor).

As modificações geradas pela patrimonialização de conjuntos arquitetônicos é um caso genuíno que demonstra como esse processo pode ser incerto e díspar do que objetiva. O caso do Centro Histórico de Salvador – BA na região conhecida como Pelourinho (BA), por exemplo, esteve caracterizado pela expulsão de populações locais cuja história, teoricamente, esses “bens culturais” representam. Segundo o professor e pesquisador brasileiro Rogério Proença Leite, em artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais em 2010, o processo de patrimonialização do Pelourinho por volta das primeiras décadas da segunda metade do século XX, pensado e executado de forma exclusiva, transformando a localidade, majoritariamente residencial e de pequenos comércios em um simulacro do passado, atribuindo novas formas estéticas e de uso, voltado quase que exclusivamente para a exploração do turismo local:

O centro histórico de Salvador sofreu uma discutida intervenção, à revelia dos órgãos oficiais de preservação, que alterou rápida e superficialmente as fachadas do casario, pintados com cores berrantes. Com forte apelo publicitário, o centro foi transformado em local de referência da baianidade, numa carnavalização consumível de uma negritude feliz e harmoniosa, bem distinta da dura realidade da maioria da população negra da periferia de Salvador. O Pelourinho, ou simplesmente Pelô, como é conhecido, transformou-se num local de convergência simbólica de uma ideia de Bahia, fortemente marcada por uma imagem turística. (LEITE, 2010, p. 80).

Este processo configura um exemplo clarificado entre as diversas contradições emanadas de tais ações relativas à proteção do patrimônio cultural. Os casos relatados por Leite (2010) como a patrimonialização do Recife Antigo e de Ouro Preto, reforçam a ideia de que o descuido ou descaso com populações diretamente vinculadas a estes processos reafirma um entendimento do patrimônio como uma simples mercadoria. Deste modo, torna-se imprescindível estabelecer sobre quais condições os processos de reconversão, em específico de bens industriais, são instituídos no contexto brasileiro.

2.4 O PROCESSO DE RECONVERSÃO DO PATRIMÔNIO

O entendimento sobre o processo de reconversão tem sua procedência conectada ao campo da Arquitetura, sendo comumente utilizado na Europa, especialmente na França. Definida e utilizada como um recurso preservacionista, a reconversão implica conceitualmente na “[...] transformação arquitetônica, reciclando os espaços, para que se possa melhor implantar

um novo uso ao edifício.”, como afirmam a arquiteta Ivanise Lo Turco e o arquiteto Roberto Righi (LO TURCO; RIGUI, 2004, p. 116). Está demonstrado que a viabilidade do uso da edificação, nas questões que tangem à sua estrutura física, surgiria como uma indicação de conservação, restauração ou preservação de elementos patrimoniais, o que, de um modo geral, está relacionado à possível “manutenção” de características originais ou marcantes dos espaços, além de permitir uma perpetuação de seus usos e objetivos.

No Brasil, alguns exemplos de reconversão são evidentes, em específico no caso de bens industriais. Cito como um exemplo próximo o processo de criação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, localizado na cidade de Cachoeira - BA. Inaugurado em 2009, o prédio que abriga o centro é nominado como Quarteirão Leite Alves, em uma referência à fábrica de charutos, de mesmo nome, que funcionara no local ao final do século 19. No período da sua criação foram investidos cerca de R\$ 7,2 milhões nas obras, com recursos do Programa Monumenta do Governo Federal, via IPHAN e Ministério da Cultura (MinC)¹. Afora a referência histórica ao nome da antiga fábrica, a reconversão da edificação tornou-se um empreendimento útil aos usos cotidianos da cidade e a manutenção da arquitetura, mesmo que de fachada, não feriu a narrativa visual da paisagem dessa cidade histórica do Recôncavo baiano. Entretanto, fica evidenciado que a sua implementação fomenta um processo naturalizado de apagamento de outras narrativas, isto é, em prol de uma preservação exclusivamente arquitetônica para um uso comum, causa um desaparecimento das demais possibilidades de salvaguarda.

O conceito estabelecido sobre a reconversão dos bens industriais está intrinsecamente vinculado aos critérios de preservação instituídos para sua execução. Como dito anteriormente, é corrente que as edificações têm um papel preponderante no fomento aos estudos, discussões e projetos de requalificação ou nos processos de reconversão, mas, em suma, a reconversão se baseia em uma classificação de natureza estética, política, cultural ou comercial, utilizando-se das estruturas arquitetônicas para dimensionar novos usos: em outras palavras, objetiva-se exclusivamente instituir um novo sentido à edificação.

Em parte, o desenvolvimento de temas de pesquisa que envolvem a reutilização de edificações da indústria têm foco na reconversão das estruturas arquitetônicas. Como exemplo, o desenvolvimento deste trabalho se baseia em uma proposta de reconversão de uma edificação

¹ IPHAN e Minc inauguram prédios restaurados da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Iphan, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2427/iphane-minc-inauguram-predios-restaurados-da-universidade-federal-do-reconcavo-da-bahia>

industrial, evidenciando que o processo de reutilização dessa antiga fábrica esteve desde sua proposição focada na sua atividade-fim, o que em outras palavras, significa estar destinado a servir a um uso diverso e que, de forma geral, desconsidera as funções e o papel social daquele local na história urbana da cidade.

Em contraposição, o processo de patrimonialização segue uma dimensão de natureza técnica, que atende aos rigores legais e formais para a transformação de um objeto material ou imaterial em um bem com estatuto patrimonial. Entretanto, independentemente de um reconhecimento oficial, coexistem classificações advindas do meio social, que por vezes imputam a designação de “patrimônio” ou de “valor patrimonial” para bens que não são considerados pelo poder instituído para conferir tal valor. No âmbito da indústria, sobre a reocupação de espaços históricos, Cristina Meneguello, em entrevista concedida em 2011, relata a dificuldade em compreender o processo de requalificação destes locais, em específico daqueles ligados ao universo industrial.

Ultimamente me sinto um pouco pessimista quanto a este tema, então tenho vontade de dizer que ainda ‘engatinhamos’ em termos de requalificações. Engatinhamos por ainda serem poucas, por estarmos perdendo muitos exemplares significativos em termos de patrimônio industrial com demolições impensadas nas quais sequer a hipótese de requalificação é pensada, ou por termos presenciado certas ‘conversões de uso’ que descaracterizaram os bens de tal modo que toda a sua característica industrial foi esvaziada. (MENEGUELLO, 2011b, p. 251).

Entendo que ambos os processos, sejam eles oficializados ou não, podem ser dispositivos que propõem uma perspectiva de preservação, possivelmente com interesses distintos. Entretanto, podem estar conectados a um processo de “apagamento” das memórias industriais, principalmente dos atores sociais que estão inseridos na categoria de “excluídos da história”, como bem define a historiadora e professora emérita da *Université de Paris VII*, Michelle Perrot (2017), no nosso caso, excluídos, ou invisibilizados, pelos discursos patrimoniais, que obviamente estão intrinsecamente ligados à construção de um discurso historiográfico. Neste sentido, ao tratar do ato institucionalizado de salvaguarda, enquanto ação política que constrói narrativas históricas e de memória, considero que uma concepção abrangente sobre os conceitos que tangem a preservação de bens culturais pondere as múltiplas possibilidades de construção narrativa a serem estabelecidas através destes espaços por diversos agentes.

É importante salientar que para além das funções e significados atribuídos originalmente a edificações ligadas à indústria, é comum que em caso de interrupção das atividades originárias

ocorram novas ocupações, fato que se justifica, em parte, pelas características arquitetônicas peculiares das construções da indústria e por servirem a fins bastante específicos. Em função disto, os exemplos das reocupações de imóveis históricos implementadas no âmbito das políticas públicas brasileiras buscaram dar novos significados a esses espaços industriais, desconsiderando a função e o uso que esses espaços tiveram no seu percurso e um diálogo aproximado com as comunidades locais. Como exemplo, cito o processo de constituição do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB e do Campus da cidade de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), restaurados no âmbito do Programa Monumenta e que são espaços ligados ao universo industrial (fumo e comércio), reutilizados para abrigar os campi universitários, mas que não consideram as trajetórias destes espaços. A restauração, isto é, os modos de intervenção em determinado bem, recompõe a estrutura destes locais, para posterior utilização. Em suma, darão novos significados, mas que usualmente desconsideram a natureza agregadora das memórias e da historicidade de narrativas construídas através destes locais e que estão para além de sua recomposição espaço-visual. Deste modo, esta pesquisa conferiu requisitos singulares para o aprofundamento de questões relativas ao processo de restauro, reutilização e ressignificação das edificações industriais, compreendendo que a preservação dos bens culturais da indústria está para além de tijolos e chaminés.

Os conceitos de preservação e conservação relacionados ao patrimônio industrial segundo a Carta de Nizhny Tagil, documento do *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH), que instituiu a discussão sobre a patrimonialização dos bens industriais em 2003, afirmam a necessidade em se desenvolver intervenções que tenham como preocupação central a preservação da integridade funcional dos edifícios.

[...] tais processos devem, tanto quanto possível, visar à manutenção desta integridade. O valor e a autenticidade de um sítio industrial podem ser fortemente reduzidos se a maquinaria ou componentes essenciais forem retirados, ou se os elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos. (TICCIH, 2003, p. 7).

Os bens ligados à indústria estão definitivamente atrelados à preocupação com o legado do processo da industrialização. Todavia, Meneguello afirma que o patrimônio industrial é um conceito plural, que está “[...] inscrito como um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana.” (MENEGUELLO, 2011a, p. 1819). Entendo que as definições estabelecidas na Carta de Nizhny Tagil tratam de uma síntese amadurecida das

significações construídas ao longo de várias décadas, transparecendo uma visão abrangente do problema:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003, p. 3).

Ocupar e estabelecer um novo sentido a um ambiente, mesmo que por ora abandonado, mas que constituiu o cenário de um outro momento histórico trata-se de estabelecer uma relação completamente nova com a comunidade a qual ele está inserido.

Sob determinados aspectos, a proposição estabelecida no contexto deste trabalho, em nome da preservação, poderá não vir a se estabelecer como um diálogo, mas, talvez açular um silenciamento institucionalizado que faria sentido para quem detém o poder de impô-lo, sobrepondo questões como a historicidade do local, a vinculação afetiva que ele estabelece com um grupo, entre outras, relegando, em suma, estes traços a um novo esquecimento. Talvez as ruínas da antiga fábrica Tarzan estejam ali para serem esquecidas. Afinal, as ruínas implicam em uma leitura objetiva sobre fragmentos do que foi o passado, do que é incompletude. Tratar de algo arruinado é discorrer sobre o fracasso de certa maneira estabelecido entre a ideia de que a preservação do patrimônio cultural signifique a impossibilidade de desenvolvimento, como se essa perspectiva fosse algo inconciliável a ideia de preservá-lo. Deste modo, creio que a ruptura dessa falsa dicotomia é um grande desafio e é com essa intenção que este trabalho está proposto.

2.5 PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL – UMA VISÃO PARA ALÉM DE TIJOLOS E CHAMINÉS

Iniciarei a análise sobre as ruínas da Fundição de Aço Tarzan distorcendo a linearidade temporal. A construção narrativa apresentada aqui transita entre o passado, o presente e o futuro, não necessariamente em uma ordem cronológica. Neste sentido, na construção do texto busco evidenciar o processo de pesquisa como ele verdadeiramente aconteceu, ou seja, em uma sucessão de descobertas, por vezes aleatórias, sobre as diversas camadas que recobriam o

processo de reconversão da Fundação. Notadamente, é preciso situar o contexto ao qual o desenvolvimento da pesquisa emergiu.

Inicialmente, é preciso estabelecer de onde parte a nossa narrativa e qual posição ocupo neste processo. Urge trazer à tona como ocorreu o contato do pesquisador com o objeto de estudo, ou pelo menos parte dele: a apropriação das ruínas da Fundação de Aço Tarzan pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB para abrigar um dos seus mais novos polos. Este é o marco principal que nos trouxe até este ponto de partida.

O primeiro contato com o prédio aconteceu após a minha chegada a UFRB no ano de 2015, como servidor técnico-administrativo, ocupando o cargo de museólogo no Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT em Santo Amaro. A UFRB é uma universidade recente, sua fundação aconteceu em 2005, ou seja, a menos de quinze anos. Constituída em um modelo *multicampi*, abriga seis polos, entre ele o CECULT, que possui apenas seis anos de criado. A infraestrutura para abrigar uma universidade em Santo Amaro é deficitária, talvez por isso a busca pela reconversão de prédios históricos seja uma das alternativas para viabilizar o funcionamento da UFRB.

Neste sentido, o processo de reconversão das ruínas da Fundação de Aço Tarzan está demonstrado desde sua origem, através do projeto de criação do CECULT entre 2011 e 2012:

Destaca-se na paisagem da cidade, a estrutura remanescente do que fora a construção colonial, erguido no terreno onde também funcionou, na década de 70, a primeira metalúrgica do Nordeste - AÇO TARZAN - hoje desativada, área onde será instalado o futuro Campus da UFRB na Cidade, que com o devido restauro devolverá à população uma das mais belas paisagens da região. (BRASIL, 2013, p. 12)

Como é perceptível, o processo descrito acima, remete-nos a uma reutilização da dimensão arquitetural das ruínas para um uso contemporâneo completamente distinto da antiga Fundação, remetendo a uma construção idealizada da recomposição paisagística da outrora cidade colonial. Factualmente, o início das atividades do CECULT em Santo Amaro começara em 2013, em um antigo prédio cedido pelo poder municipal, a Escola Araújo Pinho, na região do cais que leva o mesmo nome. À medida que chegavam novos servidores, saliento, que era prática comum, nos primeiros idos da formação do centro, os recém-chegados, técnicos administrativos e docentes, irem às ruínas para conhecerem as instalações do que seria o futuro local de trabalho dos que ali aportavam.

Figura 1 - Primeiro grupo de servidores docentes do CECULT



Fonte: Retirado do site <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao>, Santo Amaro, BA, 2015

Em 2013, a realização de uma das primeiras ações acadêmicas pelo CECULT aconteceu no entorno das ruínas da Fundação. A atividade que viria a se tornar no futuro uma ação extensionista do Centro, denominada Fórum Cultura e Negritude teve sua primeira edição naquele ano. Uma das ações propostas durante o Fórum foi a realização do plantio de um baobá, espécie de árvore símbolo de culturas africanas tradicionais, que transmite uma percepção de

testemunho do tempo. Tomava-se ali um ato simbólico que atribuía às ruínas da Fundação de Aço Tarzan um sentimento de pertencimento.

As ruínas da Tarzan estão localizadas em um terreno de grandes proporções, às margens do rio Subaé, em uma zona fronteiriça do centro da cidade com o bairro da Ilha do Dendê. Estima-se que estejam abandonadas desde o último suspiro fabril entre a década de 80 e 90 do século XX, quando começaram a ser rotineiramente saqueadas durante os anos que se sucederam. Hoje, não se encontra qualquer vestígio do funcionamento da fábrica, além das suas paredes e dos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho e que ainda vivem na cidade. Dominada pelo avanço do mato, as ruínas servem como refúgio para o consumo livre de drogas, alimentação de animais e para algumas práticas esportivas, em razão da grande área livre onde foi criado um campo de futebol.

Figura 2 - Imagem aérea de Santo Amaro - BA, em destaque as ruínas da Fundação de Aço Tarzan



Fonte: Google Maps, adaptado pelo autor, 2016.

Figura 3 - Imagem aérea das ruínas da Fundação de Aço Tarzan



Fonte: Acervo de fotografias do CECULT - Autor e ano de publicação desconhecidos.

As ruínas da Fundação de Aço Tarzan carregaram, a partir da chegada da UFRB, o fardo de abrigar a esperança depositada por muitos cidadãos santamarenses. A localização da Universidade, fora do centro da cidade, daria visibilidade a uma região que estava fora do foco da maioria das políticas públicas do município, através da primeira universidade federal a ser abrigada na cidade, como afirmam os docentes do CECULT, Thaís Fernanda Salves de Brito e Roney do Carmo Gusmão:

Em 2013, com a chegada da UFRB na cidade de Santo Amaro, o edifício da siderúrgica Trzan que estava subscrito na categoria de ‘coisa do passado’ voltou a ser tema: tornou-se local de presente e projeção de futuro. Logo de saída, a proposta da universidade é de intervenção, de recuperação e de ocupação do espaço urbano pela instalação do campus no local. A partir das ruínas, o campus universitário será construído, inspirado na ideia de um novo espaço público e de investimento intelectual na cidade. Diante deste novo fator, ideias passam a ser construídas coletivamente à medida que a população vislumbra possibilidades para as antigas ruínas por meio de um local institucionalizado de saber, possivelmente um bem cultural, fazendo assim convergir, futuramente, a população ao local. (BRITO; CARMO, 2015, p. 2-3).

A chegada da UFRB em Santo Amaro era sentida por alguns moradores como uma prestação de contas tardia. É comum ainda hoje encontrar uma série de adesivos e placas espalhados pela cidade que apresentavam a seguinte mensagem: “UFRB, para ser do Recôncavo, tem que estar em Santo Amaro”. Este era o lema de um movimento social organizado, criado por cidadãos santamarenses insatisfeitos com a demora da criação do polo da UFRB na cidade, conforme Figura 4. A promessa de criação estava estabelecida desde as discussões do projeto de formação da Universidade em 2003. Contudo, já haviam se passado quase dez anos, a UFRB já possuía campus em outros municípios, até fora da divisão regional como Amargosa, localizada no Vale do Jiquiriçá e Feira de Santana no Portal do Sertão.

Figura 4 - Adesivo da campanha "Para ser do Recôncavo, tem que estar em Santo Amaro" em restaurante da cidade.



Foto: Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo, Santo Amaro – BA, 2019.

O texto de janeiro de 2013 do compositor e então procurador jurídico do município, Itagildo Mesquita, retrata a insatisfação do movimento constituído para atrair a UFRB para a cidade. Publicado na versão online do jornal municipal “O Trombone”², com o nome de “A verdade sobre a UFRB em Santo Amaro”, o texto retrata a organização estabelecida dos santamarenses para garantir a implantação do campus, numa espécie de dívida histórica contraída desde o ano de 1822, quando da publicação da Ata da Vereação do Senado da Câmara da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, já solicitava-se a criação de uma Universidade na localidade:

Como então preterir uma cidade, que desde o início do projeto, lutou para ter o seu campus, sonho de várias gerações? E mais ainda: essa decisão teve o apoio incondicional de uma estranha comissão, sem nenhuma

² Jornal construído por moradores de Santo Amaro, com caráter de denúncia. Seu nome, ao que parece ser, é uma referência à expressão popular “Botar a boca no trombone”, que explicita o seu objetivo como veículo de informação.

representatividade, comandada pelo Sr. João Militão, que em uma assembléia totalmente desmotivada deseja a todo custo, trazer um modesto Curso de Tecnologia de Espetáculos e Produção Cultural, ou seja, formará pessoas encarregadas das partes técnicas dos teatros e afins. O povo de Santo Amaro, ironicamente, fazendo analogia com os assistentes de palco dos circos que aqui passavam, chama a escola que aqui vai se implantar com o nome de ‘Faculdade de Mata Cachorro’. Ora, vejam só, além de nos privar dos nossos cursos de valor, dão-nos uma escola de segunda linha, como prêmio de consolação. (MESQUITA, 2013)

O CECULT foi efetivamente criado em 2013 e os primeiros servidores foram sendo incorporados nos anos subsequentes e atualmente conta com cerca de 140 funcionários, entre técnicos administrativos, docentes e terceirizados. De fato, ao que parece, parte dos moradores de Santo Amaro presumia que a chegada da UFRB ofertasse cursos de caráter mais tradicionalista, como Direito e Medicina, mas o fato é que o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – BICULT, primeiro curso ofertado, ancorado em “formar cidadãos críticos, profissionais reflexivos e capazes de atuar no cenário contemporâneo da cultura, das artes, da educação, das tecnologias e da economia do espetáculo.” (UFRB, 2013, p. 16) não agradou este público.

Em meio à polêmica, a primeira turma de estudantes do BICULT ingressou na UFRB através do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação com acesso no primeiro semestre de 2014. O funcionamento das turmas de graduação permaneceu funcionando na Escola Araújo Pinho até 2017, quando foram realocadas para outra escola, o Colégio Estadual Senador Pedro Lago, no bairro do Sacramento. Os planos de ocupar o prédio da Fundação acabaram por fomentar o desenvolvimento de projetos acadêmicos de docentes, técnicos e estudantes da instituição. Intervenções artísticas, apresentações de *vídeo mapping*³, projetos de pesquisa e extensão, atividades de ensino, trabalhos de conclusão de curso e ensaios fotográficos foram realizados tendo como tema o prédio da Fundação de Aço Tarzan no desejo da comunidade de desenvolver um elo de pertencimento como aquele local.

2.6 PROJETO DE RESTAURAÇÃO DA ANTIGA FÁBRICA TRZAN

O projeto de restauração da Fundação de Aço Tarzan está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal Brasileiro, iniciado em 2007 foi coordenado pelo Ministério do Planejamento. A obra nomeada como “Restauração da antiga

³ *Video Mapping*, (mapeamento de vídeo) é o termo em inglês para a técnica digital de projeção de vídeo em superfícies ou objetos irregulares, em duas ou três dimensões, através da utilização de software especializado.

fábrica Trzan - implantação de Campus da UFRB”⁴, está classificada com outras dez ações, no rol de Instituições de Ensino, que totalizam um investimento de cerca de 45 milhões de reais.

Contemplada no ano de 2013, a restauração da Fundação está inclusa em uma linha específica do PAC, denominada Cidades Históricas, inédita na história das políticas de preservação, pois estão destinadas exclusivamente a serem realizadas em sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN, como afirma matéria do site do Instituto:

Para atender às cidades que possuem bens tombados pelo IPHAN, há o PAC Cidades Históricas com R\$ 1,6 bilhão destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros. Coube ao Instituto a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada com a cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2018, p. 4).

Em resumo, o PAC Cidades Históricas tem recursos externos, geridos pelo IPHAN, entretanto nos interessa entender como é pensado os processos de requalificação. Nesse sentido, busquei referenciais em um outro programa do Governo Federal, que carrega certa similaridade com o PAC: o programa Monumenta. Iniciado no ano 2000, o programa representou um avanço no desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio edificado no Brasil. Nas palavras do presidente do IPHAN em 2012, Luiz Fernando de Almeida, apresentadas no livro publicado pelo pesquisador brasileiro Nabil Bonduki, o programa Monumenta:

Atuou de maneira inequívoca para o avanço das políticas de patrimônio, ao estabelecer na sua operação algumas práticas até então inexistentes ou incipientes. Entre elas, o planejamento das intervenções a partir da construção pactuada de uma estratégia de ação pressupondo o desenvolvimento local e o estabelecimento de novos instrumentos, dimensões e abrangência para suas ações como, por exemplo, o financiamento de imóveis privados, a dinamização de atividades econômicas e as intervenções urbanas. (ALMEIDA apud BONDUKI, 2012, p. 7).

A expertise desenvolvida no âmbito do “Programa Monumenta” gerou, segundo Bonduki (2012, p. 22), uma nova maneira de reabilitar núcleos históricos. Em sua perspectiva, o programa buscava realizar “[...] intervenções em espaços públicos e imóveis privados, com importantes desdobramentos na formulação de uma política nacional de preservação articulada com o desenvolvimento urbano, econômico e social”. Deste modo, entendo que o primeiro objetivo do “Programa Monumenta” seria o de preservar os sítios urbanos históricos e culturais sob proteção federal. No entanto, como afirma Bonduki:

⁴ Disponível em <http://www.pac.gov.br/obra/64956>.

O que o distingue no contexto dos programas tradicionais de apoio ao patrimônio são suas demais finalidades: fomentar o conhecimento e a apreciação das populações brasileiras acerca de seu patrimônio, aperfeiçoar a gestão voltada para a preservação do patrimônio e, sobretudo, fomentar o uso econômico, cultural e social das áreas restauradas. Mais do que restaurar monumentos ou desenvolver um amplo e abrangente conjunto de obras nos núcleos históricos, o Monumenta, na sua concepção inicial, buscava criar as bases para uma preservação sustentável, ou seja, criar um processo social e econômico, no nível local, que possibilitasse a manutenção do patrimônio sem que o governo federal precisasse reaplicar, de tempos em tempos, recursos orçamentários nas mesmas áreas. Investimentos em obras e em atividades concorrentes de educação e valorização do patrimônio seriam instrumentos para criar processos econômicos duradouros capazes de gerar recursos para a preservação. (BONDUKI, 2012, p. 42).

Entendemos que o caso específico da restauração da Fundação de Aço Tarzan está inserido no âmbito executivo proposto pelo IPHAN. Em um documento disponível no site do PAC estão evidenciados os objetivos propostos, dentre os quais se destacam “recuperar o patrimônio cultural nos centros históricos”; “tornar o patrimônio cultural eixo indutor na geração de renda, agregação social”; e a “afirmação da identidade das cidades históricas”. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2013, p. 2).

Neste sentido, foram priorizadas 44 cidades brasileiras para execução das obras, quatro sendo da Bahia, dentre elas Santo Amaro. Entretanto, a cidade deveria atender aos seguintes critérios: possuir tombamento federal concluído, plano de ação elaborado, possuir o título de Patrimônio da Humanidade, estar entre os maiores conjuntos urbanos em situação de risco e ser uma cidade com marcos no processo de ocupação do território nacional. O processo seletivo foi realizado em 2013, e o projeto submetido pelo CECULT foi contemplado. Atualmente, o projeto encontra-se em ação preparatória desde junho de 2018, sem previsão para execução.

Não foram obtidas as informações sobre o projeto submetido ao sistema de seleção do PAC/IPHAN, contudo, a perspectiva abordada neste trabalho parte do nome estabelecido no projeto para discutir questões relativas ao processo de reconversão, proposto pela UFRB/CECULT. Relembro, que as ruínas da antiga fábrica foram referenciadas de várias maneiras, mas, fui formalmente apresentado ao prédio que abrigaria o nosso futuro ambiente de trabalho, nominalmente com a grafia do projeto: “Trzan” (leia-se Tirzan).

Posteriormente, descobri que aquela era uma referência direta ao sobrenome do antigo dono da Fundação, o iugoslavo Carlos Trzan. Em contraponto, alguns funcionários, estudantes e moradores da cidade ao qual já haviam desenvolvido algum tipo de contato, não se referiam àquele local pelo nome apresentado pela Universidade. Para eles a Fundação era apenas Tarzan. Alguns estudantes relatavam às suas memórias da infância construídas naquele espaço, onde frequentavam para brincar entre as ruínas, se divertindo por entre as paredes da tão grandiosa

edificação. Este foi um imbróglio que despertou minha atenção, não apenas pela simples diferença de apenas uma letra, mas porque que deslocava a ideia de pertencimento do local. A proposta de restauração da Antiga Fábrica Trzan não estaria vinculada à Fundação de Aço Tarzan, uma constatação evidente, nesse sentido sua modificação foi uma forma encontrada de gerar um novo sentido, deslocando-se dos antigos valores, numa forma de seguir em frente, mas carregando um gosto de lembrança e preservação.

Sendo assim, a partir deste ponto buscarei apresentar uma narrativa histórica sobre a Fundação de Aço Tarzan e as reocupações do prédio que abrigou suas atividades durante cerca de quarenta e cinco anos. O objetivo é apresentar através de fontes históricas a empresa que é fonte conceitual do projeto estabelecido para a reconversão da antiga fábrica.

2.7 CARLOS TRZAN

Iniciarei a construção narrativa através do imigrante Carlos Trzan, criador e proprietário da Fundação de Aço Tarzan, no início dos anos 40 do século XX. Nascido na Iugoslávia, leste europeu, em 3 de agosto de 1899. Carlos era filho de Ivan Trzan e Catharina Trzan. Naturalizado brasileiro em 1935, como consta em publicação do “Jornal do Commercio” de agosto do mesmo ano.⁵ Não foram encontradas informações sobre a motivação que o trouxe ao Brasil, nem se chegou acompanhando de algum parente ou familiar, entretanto, a sua chegada à cidade de Santo Amaro não foi o primeiro aporte do empresário em terras brasileiras.

Pouco mais de dez anos antes, em 1933, uma publicação do jornal carioca “A Noite”⁶, apresenta Carlos Trzan como participante de uma corrida de lanchas na enseada de Botafogo na capital carioca. O texto informa que ele exercia a função de engenheiro mecânico. A descrição do evento informa que a lancha “Miss Brasil”, única participante de fora do estado fluminense, era oriunda da Bahia e havia sido levada até a cidade “pelos Srs. Joaquim Kusters, constructor naval e Carlos Trzan”. Consequentemente, foi encontrado um relato na edição da revista “A Noite Ilustrada”⁷ sobre os fatos ocorridos durante a corrida, afirmando o episódio de um acidente grave com a lancha baiana. O fato quase levou a óbito Carlos Trzan, que aparece em destaque na fotografia (Figura 5). Essas foram as primeiras referências a imagem de Carlos

⁵ BNDIGITAL. *Jornal do Commercio*. Ed. 282. Decretos assignados. Rio de Janeiro. 29 de ago. 1935. p. 3.

⁶ BNDIGITAL. *A Noite*. Ed. 7643. Preparando-se para as proximas regatas de lanchas. Rio de Janeiro. 6 de mar. 1933

⁷ BNDIGITAL. *A Noite Ilustrada*: Suplemento: Secção de Rotogravura. Ed. 154. O acidente da lancha “Miss Brasil”. Rio de Janeiro. mar. 1933. p. 24.

Trzan encontradas no desenvolvimento da pesquisa, em que se nota a relação instituída com o ofício mecânico.

Figura 5 - Acidente da lancha “Miss Brasil” no Rio de Janeiro, pilotada pelo proprietário da Fundação de Aço Tarzan, Carlos Trzan.



Fonte: Revista A Noite: Suplemento: Secção de Rotogravura, Ed. 154, 1933.

Estimo que Carlos vivesse na Bahia no período destes fatos, mais especificamente em Salvador, pois além da sua relação com o famoso projetista de barcos alemão Joachim Kusters, que residiu na cidade por anos, a Baía de Todos os Santos é um dos principais locais para a utilização de lanchas. Entretanto, percebemos que Carlos Trzan possuiu alguns empreendimentos em Salvador. Em uma publicação do “Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial”⁸ do Rio de Janeiro de 1936, é apresentada uma referência, na sessão “Oficinas Mecânicas”, ao nome Carlos Tarzan, como proprietário de uma oficina na Rua Araújo Pinho, nº 52, em Salvador. Consequente, a mesma publicação, dos anos de 1938⁹ e 1940¹⁰, apresenta-o como proprietário de uma oficina na Rua Dendê do Canela, nº 10, em Salvador. Compreendo que, possivelmente, estes foram empreendimentos realizados por Carlos na Bahia, que sinalizam juntamente à sua naturalização, a intenção de fixar moradia no Brasil.

⁸ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 92. Oficinas Mecânicas. Rio de Janeiro. 1936. p.398.

⁹ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 94. Oficinas Mecânicas. Rio de Janeiro. 1938. p.378.

¹⁰ *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 96. Oficinas Mecânicas. Rio de Janeiro. 1940.

As informações referentes à sua chegada à Santo Amaro não são sólidas. Não foram descobertos dados que apontassem os motivos que levaram o empresário a abrir uma fábrica de grande porte a 80km de Salvador, quando não existia uma rede de transporte por terra, apenas por vias de navegação marítima. Contextualmente, naquele momento o país encontrava-se em um ambiente de mudanças políticas, com o início da Era Vargas, que aprovou com um de seus atos reformistas a Lei de Cotas em 1934, que dentre seus objetivos limitava a atuação de estrangeiros em terras brasileiras, conforme afirma a pesquisadora brasileira Endrica Geraldo:

O governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930 a 1945, é identificado como tendo sido bastante rigoroso em criar restrições à entrada de imigrantes e em promover políticas de nacionalização que atingiram as populações de origem ou de ascendência estrangeira no país. Os imigrantes foram muitas vezes considerados como ‘indesejáveis’, com exceção dos chamados ‘brancos europeus’. (GERALDO, 2009, p. 175).

Nesse contexto, ao que parece, Carlos Trzan teve poucos empecilhos para exercer suas atividades, provavelmente por isso tenha buscado sua naturalização. Ao passo, o que foge ao nosso entendimento são os motivos de Carlos ter optado por ir para Santo Amaro. Afinal, até o início da década de 60, a economia da Bahia caracterizava-se pela produção de produtos de base predominantemente agrícola voltada para a exportação. O cacau, que se tornou o principal produto de exportação da Bahia a partir de 1925, não foi capaz de desencadear a implantação de outras atividades econômicas que possibilitassem a diversificação da estrutura produtiva da Bahia. Neste sentido, a iniciativa de ocupar uma antiga fábrica, e nela desenvolver uma indústria de transformação de ferro e similares na região do Recôncavo, creio que seja advento exclusivo de uma oportunidade percebida por uma visão empreendedora, onde objetivava atender a atividade agrícola regional.

É importante ressaltar que esse desígnio produtivo, não era uma atividade incomum em Santo Amaro. A presença, ainda no século XIX, de fundições locais em algumas cidades do Recôncavo era comum. Basicamente, tinham como objetivo atender as necessidades quase que exclusivas do setor produtivo da agricultura. Em levantamento apresentado na publicação “Memória sobre o Estado da Bahia”, de 1893, existiam neste período no estado:

Cinco fundições de ferro, bronze e outros metais, sendo uma na Jequitaia, propriedade da Companhia Metropolitana, uma no Pilar de Azevedo, Leite & Irmãos, uma em Itapagipe, da Companhia Bahiana de Navegação a vapor, uma na cidade de Valença da Empresa Valença Industrial e anexa à fábrica de Todos Santos, e uma na cidade de Santo Amaro, todas a vapor. (VIANNA, 1893, p. 45).

Estas fundições serviam, quase que exclusivamente, como espaços fabris de apoio aos engenhos da região, fornecendo peças e maquinários para a transformação da cana de açúcar.

Como assegura a citação no jornal “O Guaycuru” de 29 de outubro de 1847¹¹, direcionado “Aos senhores de engenho”, sobre uma fundição em Santo Amaro:

Johnston Bielby e Companhia com escritorio por cima do Trapichel do Sal, tem para vender por conta do machinista John Hilling moendas para engenho a vapor, água e animais; caldeiras para machinas de força de 8, 10 e 12 cavallos, toxas de ferro fundido, e batido, e no estabelecimento do mesmo Sr. em Santo Amaro, clarificadores e todos os mais pertences, que dizem respeito a ferragens para engenho. (O GUAYCURU, 1847, p. 4)

Na publicação “Excursões nas províncias da Bahia” do viajante alemão Julius Naehrer de 1881, também é mencionada a existência de uma metalúrgica em Santo Amaro, que “[...] faz pequenos consertos de maquinas a vapor e de outras coisas” (NAEHER, 2011, p. 67). Segundo a edição, essa metalúrgica chamava-se “fábrica e fundição”, e em novembro de 1872, fora comprada por “30:000\$000 réis do prussiano Ernesto Ehremberg pelo então gerente da Companhia Transportes Urbanos Antônio de Lacerda, em associação com um inglês”. A fábrica estava localizada num terreno a margem do rio Subaé, oposta àquela por onde passava a linha da “Companhia Trilhos Urbanos”¹² (para quem subia o rio, ficava depois do Trapiche São Felipe, quase defronte à igreja de Santa Luzia) que era limitado ao sul por este rio e ao norte pela estrada de Sinimbu.

Nesse sentido, é notório que Santo Amaro possuía um histórico que confirma a existência de empreendimentos voltados à transformação do metal e que, conseqüentemente, a presença de profissionais que manejassem conhecimento sobre as atividades de metalurgia também deveria ser recorrente. Entretanto, tais condições não seriam suficientes para garantir um investimento tão expressivo por parte de Carlos Trzan. Conjecturo que era provável que a oportunidade de ocupar um prédio de grandes proporções e aproveitar além de toda a infraestrutura, ter à disposição mão de obra minimamente qualificada para tal serviço e extremamente barata. Maximização dos lucros através da minimização dos custos.

2.8 A FUNDIÇÃO DE AÇO TARZAN

A Fundição de Aço Tarzan foi fundada em 1945, sendo considerada uma das primeiras siderúrgicas do Nordeste. Esteve sediada no município de Santo Amaro durante cerca de quinze anos, encerrando suas atividades no início da década de 60 do século XX. O termo fundição,

¹¹ BNDIGITAL. *O Guaycuru*. Ed. 454. Aos senhores de Engenho. Salvador. 29 de out. 1847. p. 4.

¹² A companhia Trilhos Urbanos foi uma empresa que realizava transporte de carga e de pessoas no século XX em Santo Amaro. Referenciada por Caetano Veloso na letra da canção de mesmo nome, que faz referência ao funcionamento da companhia. (VELOSO, 1979)

que caracteriza a fábrica, remete ao processo de fabricação de produtos em metal, ao qual em sua forma líquida é despejado em moldes para confecção das peças, normalmente utilizadas na construção civil e no uso cotidiano.

A Tarzan apresentava em sua linha de produção, artigos como de tampas de bueiros, vergalhões, peças para fogão entre outros produtos. O investimento feito pelo seu fundador, Carlos Trzan, foi alto, principalmente por promover a instalação de uma indústria de grande porte distante da capital, ademais, os grandes empreendimentos na região de Santo Amaro ainda estavam concentrados na transformação da cana-de-açúcar, não dispondo, à época, de nenhum empreendimento da área da siderurgia nessa magnitude pretendida. Como relatado anteriormente, as fundições existentes na região eram de pequeno porte, atendendo quase que exclusivamente a uma demanda local. As pretensões de Carlos Trzan eram muito maiores, sua indústria pretendia se tornar, sem qualquer tipo de dúvida, uma das maiores fundições da Bahia e da região nordeste.

Figura 6 - Logomarca da Fundição de Aço Tarzan, retirada de papel timbrado da empresa.



Fonte: Acervo Pessoal de Lucília Trzan, Santo Amaro, 2017.

Figura 7 – Identidade visual da Fundição de Aço Tarzan, retirado do cabeçalho de papel timbrado da empresa.



Fonte: Acervo da Biblioteca Padre José Gomes Loureiro, Santo Amaro, 2019.

A edição de 12 de agosto de 1953 do jornal “Diário de Notícias”¹³ informa-nos, em artigo intitulado “O que a Fundação Aço Tarzan pretende”, as características da implantação da Fundação e quais eram os seus principais alvos comerciais. A implantação é apresentada e justificada por uma necessidade de atendimento das indústrias regionais, enfraquecidas pela dependência, quase que exclusiva, da produção advinda do parque industrial do sul do país. A Fundação de Aço Tarzan buscava estabelecer hegemonia produtiva na região e para isso os investimentos foram relevantes:

A Segunda Guerra Mundial fez sentir a necessidade de termos, nessa Região, uma indústria básica, metalúrgica, capaz de servir às demais indústrias do Recôncavo e do Interior do Estado, dependentes, até então, inteiramente, de certos fornecimentos indispensáveis do Sul do país, ou, pior ainda, do Exterior [...] Uma indústria dessa natureza, requer instalações especiais, dispendiosas para poder fornecer peças, aparelhos, máquinas em aço duro ou doce, aço manganês ou outros metais especiais, em bruto ou mecanizados, obedecendo sempre as finalidades e funções bem distintas das indústrias a que serve, como sejam Estradas de ferro, Usinas de Açúcar, Usinas de Energia Elétrica, Minerações, Pedreiras, Moinhos, Construções de Estradas, Fábricas de cimento, Papel, Papelão, Tecidos [...]. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 1).

O referido artigo expõe um aspecto de crítica ao Governo da época, explicado por uma suposta falta de atenção aos problemas enfrentados por Carlos Trzan no processo de instalação da fábrica. É exposto que o então industrial levou cerca de um ano para iniciar suas atividades, principalmente pelos problemas enfrentados no fornecimento de energia elétrica, entretanto, leis como a de nº 97, promulgada pelo então governador Otávio Mangabeira em 04 de outubro de 1948, (BAHIA, 1948) concederam importantes incentivos ao industrial, como por exemplo, a isenção de todos os “[...] impostos estaduais à Fundação de Ferro, Aço e outros metais, de propriedade de Carlos Tarzan”, por seis anos.

Nesse contexto, subentende-se que a chegada da Aço Tarzan foi de fato um ato fundamental para o contexto fabril do Recôncavo, em específico da indústria de transformação, ávida por agilizar o processo de reposição de peças e do maquinário.

Entretanto, as questões estruturais reafirmavam a deficiente estrutura para suportar uma indústria de tal dimensão, projetada para funcionar ininterruptamente. Aliar o investimento realizado com as condições estabelecidas não foi uma tarefa simples para Carlos Trzan. O artigo do jornal “Diário de Notícias”¹⁴ também relata as questões enfrentadas após a abertura da fundição, onde os resultados obtidos eram relativamente bons, diante das condições que se

¹³ BPEB. *Diário de Notícias*. Ed. 15.891. O que a Fundação Aço Tarzan pretende. Salvador. 12 de ago. 1953.

¹⁴ BPEB. *Diário de Notícias*. Ed. 15.891. O que a Fundação Aço Tarzan pretende. Salvador. 12 de ago. 1953

expunham, mas diante da capacidade da fábrica, a operacionalização ficava ainda muito abaixo do investimento e resultados esperados:

Os resultados confirmaram plenamente a necessidade da sua existência [da Fundição]. Apesar de funcionar apenas com 15% da sua capacidade técnica – resultado da falta crônica de energia elétrica – conseguiu vencer as dificuldades e até progredir, graças ao trabalho árduo, força de vontade e a colaboração da Cia. Energia Elétrica da Bahia, do Banco do Brasil e de outras entidades e amigos, de compreensão e crença no futuro dessa nova indústria, inclusive do Estado da Bahia, e do Município de Santo Amaro, que não hesitaram em legislar sobre a isenção temporária de impostos, favores estes que, infelizmente, não puderam ser aproveitados senão em 15%, em relação a sua plenitude. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1953, p. 1).

Para a sociedade santamarense, a criação da Fundição de Aço Tarzan também foi um importante fato. A presença de uma indústria de grande porte deve ter gerado, naturalmente, expectativas pela geração de novos empregos e de renda para uma comunidade marcada pelo processo de escravização de milhares de homens e mulheres negras por toda a região. Historicamente, diante da realidade da maioria das cidades brasileiras o trabalho industrial era financeiramente atrativo e exigia uma grande demanda no período, mesmo no Nordeste, pois como afirma o docente da Universidade de Alfenas e pesquisador Michel Deliberali Marson, com a diminuição das importações de matérias-primas, por consequência da Segunda Guerra Mundial, houve um estímulo para a abertura de pequenas oficinas de fundição no Brasil, que exigiam equipamentos simples, durante o período do conflito para a produção de peças e máquinas de ferro fundido (MARSON, 2015).

Talvez a demanda por esse serviço se reflita na presença de outras fundições santamarenses na mesma época. Essas empresas teriam pouca expressividade, mas seu funcionamento era recorrente e foi documentado, caracterizando-se por serem fundições de menor porte que atendiam exclusivamente uma demanda local ou, no máximo, da capital do estado. O político e memorialista local, Herundino da Costa Leal relata, com um certo exagero bairrista, a existência de algumas oficinas e fundições:

As melhores oficinas mecânicas do Estado, foram instaladas nesta cidade, sendo uma, localizada à margem esquerda do rio Subaé pertencentes ao Engenheiro Antonio Carlos de Lacerda e a outra um pouco abaixo do Largo de Santa Luzia e de propriedade do industrial Bruno Alves Carrilho. Com o desaparecimento do industrial Bruno Carrilho, a “Fundição Santa Luzia”, esteve na eminência de desaparecer, se não fosse a alta compreensão de Theodoro Pereira, mais conhecido como Dodó, de fazer a aquisição da mesma que foi ampliada e dotada de melhor aparelhagem para assim melhor servir aos seus fregueses. Dessa forma, muitos artistas que se achavam sem colocação, foram chamados para desenvolver a sua atividade nessa oficina. A do Engenheiro Lacerda, com sua morte, teve que desaparecer completamente, uma vez que seus herdeiros não a quiseram manter. Nas oficinas acima citadas

foram fabricadas peças bem importantes desde as mais complicadas das usinas de açúcar até os sinos de igrejas, hélices de vapores, ancoras etc. (LEAL, 1964, p. 59).

Edições de fevereiro de 1949 do “Jornal Oficial O Município”¹⁵ de Santo Amaro também indicavam a existência de uma fundição denominada “Cavalcante & Freitas”, na região da Avenida Viana Bandeira, além da “Mecanica Bahia LTDA”, localizada na região do Trapiche, também citada como uma pequena fundição municipal. Referências à Fundação Santa Luzia, também localizada no bairro do Trapiche, são comuns. Sua existência pode ser verificada através de publicidade realizada na revista carioca “Noite Ilustrada”¹⁶ de novembro de 1946. A “Fábrica de Artefatos de Aço, Ferro e Metais”, localizada em Santo Amaro era parte das “Indústrias Metalúrgicas Guertzenstein LTDA”, especializada na fabricação de cofres, fogões, mas que fundiam e confeccionavam qualquer tipo de peça.

Figura 8 - Logomarca das Indústrias Metalúrgicas Guertzenstein LTDA.



Fonte: Retirado da revista “A Noite Ilustrada”, Rio de Janeiro, 1946.

Sobre as características das indústrias santamarenses é importante fazer uma observação extremamente necessária para compreensão do contexto local. Historicamente, as unidades fabris que surgiram no município, tinham por característica principal serem da categoria de transformação da cana-de-açúcar. Santo Amaro, que na década de 1940 do século XX, englobava os municípios de Terra Nova, Amélia Rodrigues e Teodoro Sampaio, era o maior centro urbano da região açucareira e detinha em seu território a maior parte das plantações de cana, além das mais importantes usinas, afinal, estas unidades surgiram através do processo de transformação dos antigos engenhos artesanais de açúcar nessas novas unidades de transformação industrial, de caráter tipicamente capitalista.

¹⁵ APMSA. *Jornal Oficial O Município*. Ed. 1.332. Sessão Indústrias e Profissões. p. 2. Santo Amaro. 26 de fev. 1949.

¹⁶ BNDIGITAL. *A Noite Ilustrada*: Suplemento:

Segundo o pesquisador Joaci de Souza Cunha (1995), em sua dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Santo Amaro detinha um grande destaque na economia baiana até a primeira metade do século XX, e nesse sentido, apresentava as condições estabelecidas na época de fundação da Fundação de Aço Tarzan:

Em 1940 a população do município chegava a ultrapassar os cem mil habitantes, em sua maioria vivendo direta ou indiretamente da atividade açucareira, tendo o contingente populacional mais que triplicado em relação a 1904, quando abrigava em torno de 30 mil pessoas. A economia santamarense, em 1946, se destacava no cenário baiano. Em 23 povoados, 10 arraiais, vivia uma população de 106.303 pessoas. A força de trabalho do município girava em torno principalmente das 10 usinas de açúcar, 20 destilarias de aguardente ('a mais afamada do país'), uma destilaria de álcool, 5 torrefações de café, uma usina de dendê, 3 fundições, uma fábrica de charutos, 12 padarias, 4 salinas. Existiam 5 sindicatos operários. A área de saúde contava com dois hospitais, uma maternidade, dois postos de higiene e dois postos médicos. Eram 17 cemitérios, o único número expressivo, além do de escola, 90. (CUNHA, 1995, p. 29-30).

As condições de trabalhos eram as piores possíveis e imagináveis. Em artigo publicado em de março de 1948, no jornal "O Momento"¹⁷, veículo criado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) da Bahia, é apresentada uma perspectiva sobre o ambiente dos trabalhadores santamarenses das usinas. Em uma análise correlacionada ao ambiente existente nas fundições da cidade, creio que as condições estabelecidas na Tarzan e nas demais fundições não deveriam ser completamente distintas daquelas existentes nas usinas. Deste modo, o relato do vereador de Salvador Jaime Maciel nos apresenta um pouco dessa realidade:

Regressou de Santo Amaro o vereador e líder sindical Jaime Maciel. Conhecedor dos problemas angustiantes em que se debatem os trabalhadores da indústria do açúcar e da lavoura canavieira, por ele inúmeras vezes levantando da tribuna da Câmara Estadual, procuramos ouvir o vereador Jaime Maciel, que nos declarou: - As condições de vida dos trabalhadores das usinas são as piores possíveis. Tomando por base os ganhos dos operários da produção do açúcar, vemos que ganham por hora, \$1,55, perfazendo um total de 8 horas de \$12,40. Desta insignificante quantia, os operários sofrem ainda o desconto de 16% para o pagamento das residências, que mais parecem um chiqueiro para porcos, mas também pelo estado de conservação. São residências todas esburacadas, com cobertura de palha, nas quais moram 2, 3 até 4 operários. (O MOMENTO, 1948, p. 6).

Uma perspectiva sobre os trabalhadores da Fundação de Aço Trzan é um objetivo não alcançado por este trabalho. Contudo, apoiamo-nos no levantamento realizado pela egressa do BICULT, curso do CECULT, Tainara Freitas dos Santos (2017), que em artigo científico

¹⁷ BNDIGITAL. *O Momento*. Ed. 637. Impera a miséria e a exploração nas usinas do monopólio Magalhães. Salvador. 4 de mar. 1948. p. 6

publicado na Revista Visagem, apresentou alguns depoimentos de operários que compuseram o corpo de funcionários de algumas das indústrias siderúrgicas santamarenses. Em seu trabalho, a autora evidencia, a partir dos discursos dos trabalhadores, a reação excitada de alguns entrevistados quando questionados sobre a chegada da Fundição de Aço Tarzan à cidade. A expectativa por uma melhora de vida era evidente, assim como a expectativa de um ganho financeiro ainda maior, como fica demonstrado pelo discurso de Agnaldo, ex-funcionário da Fundição de Aço Tarzan, que exerceu a função de mecânico de manutenção por quase trinta anos:

Naquele tempo, ave maria, todo mundo só queria trabalhar lá. [...] Falavam: Carlo Tarzan, Carlos Tarzan, chegou um americano aí rapaz. Tinha outra fundição, Santa Luzia. Eu comecei lá, na Santa Luzia, aprendi lá. Então o pessoal da Santa Luzia passava pra lá e fretavam a gente [...] que na Santa Luzia pagava pouco e lá pagava melhor, a gente ficava doido pra passar lá. Todo mundo, não era eu somente, todo mundo queria trabalhar lá. (AGNALDO apud SANTOS, 2017, p. 118).

O relato de Lucília Trzan¹⁸, nora de Carlos Trzan, em setembro de 2017, também nos forneceu importantes informações para compreensão sobre as formas de trabalho e da configuração da fábrica, proporciona relatos sobre uma parte da vida dos trabalhadores da Tarzan. Seu depoimento, do ponto de vista de um membro da família do empregador, cita que o seu sogro “vivía para a fábrica”, passando quase que todas às vinte e quatro horas do dia no chão da Fundição. Ela nos informa que à época da aquisição do prédio principal, o industrial também adquiriu na cidade um antigo casarão nas proximidades da fábrica, o Solar Paraíso. Entretanto, sua relação com aquela indústria era tão forte que durante toda a jornada de existência da Fundição, Carlos residiu dentro do parque industrial, em uma casa construída do lado direito da fábrica. (DEPOIMENTO 1, 2017).

2.9 SOLAR PARAÍSO

É importante ressaltar a experiência da ocupação do Solar Paraíso neste contexto fabril, afinal seu uso teve relação direta com as relações construídas a partir da Fundição. O solar é um prédio de dois pavimentos localizado no alto de uma colina, em um amplo terreno, na entrada do bairro do Trapiche, na margem oposta do rio Subaé. O local é privilegiado, permitindo uma visão panorâmica da cidade de Santo Amaro, inclusive da fábrica. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em 1986, sua origem está ligada a

¹⁸ DEPOIMENTO 1. Depoimento obtido sem registro audiovisual. Setembro, 2017.

um antigo engenho da região, que teve o primeiro registro de posse no século XVIII pela Família Araújo Pinho. Adquirido em 1961 por Carlos Trzan, como informa os documentos do processo de tombamento do prédio, hoje, ainda pertence à família do industrial após processo de restauração realizado nos anos 2000.

Figura 9 - Imagem frontal do Solar Paraíso, Santo Amaro – BA.



Foto: TRZAN, Lucília Libório. Acervo pessoal de Lucília Trzan, 198-?.

Enquanto serviu à propriedade de Carlos Trzan, Lucília relata que o imóvel funcionou como moradia para alguns trabalhadores da Fundição, numa espécie de cortiço. Após o fim das atividades da fábrica na década de 1980, o prédio foi repassado aos novos proprietários, intencionado a servir como uma espécie de escola, mas, como o revela a documentação do processo de tombamento estadual do imóvel¹⁹ realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), cerca de trinta anos após o encerramento das atividades da Fundição, o prédio ainda servia à moradia de famílias pobres da cidade.

Atualmente no Solar Paraíso funciona um cortiço, e está em plena decadência, visitamos às famílias que lá moram e constatamos que os mesmos não têm a menor idéia do que representa o Solar, tanto na função social, como nos seus méritos arquitetônicos, a escadaria que impressiona, que dá a ideia de fausto e luxo, encontra-se totalmente abandonada e suja, o pavimento térreo parece mais decadente, onde deveria ser a cozinha ou copa, havia porcos, como se fosse um local de criação dos mesmos, a escadaria de madeira que dá acesso ao 2º pavimento, subimos através de uma mesa que corresponde a uns três ou quatro degraus e parecia que a qualquer momento ia desmoronar-se, porém, verificamos um cuidado maior de seus moradores, estava tudo arrumado e

¹⁹ A ocupação do imóvel no período do processo de tombamento pode ser consultada através da planta disponível no Anexo C deste trabalho.

limpo, e ficamos a imaginar o ciclo dos tempos; o começo, o meio e o fim. Felizmente nossa missão é de recomeçar. (IPAC, 1982, p. 43).

Figura 10 - Visão interna de um dos cômodos do Solar Paraíso.



Foto: TRZAN, Lucília Libório. Acervo pessoal de Lucília Trzan, 198-?,

A Fundação de Aço Tarzan não exerceu suas atividades por um longo tempo, do seu início até o encerramento passaram-se, apenas, cerca de quinze anos. Sobre o fim do seu ciclo não foram encontrados dados e informações consistentes que embasassem uma avaliação mais a fundo para permitir entender os motivos que levaram ao seu declínio. É importante compreender que a Bahia, e em específico a cidade de Santo Amaro contavam com uma vasta disponibilidade de matéria-prima, larga oferta de mão-de-obra extremamente barata e uma localização favorável às relações de exploração entre o interior e a capital, características cíclicas e presentes desde os primeiros momentos da exploração do Recôncavo.

Essas condições tornaram o mercado atraente para aquela que se tornou a primeira usina siderúrgica da região Nordeste do Brasil, que empregava parcela considerável da população local e abastecia grande parcela do mercado regional, mas que não estabeleceu as condições necessárias, na visão do empreendedor, para continuidade das atividades.

É curioso que o nome ao qual Carlos Trzan batizou sua fábrica permanece cristalizado no imaginário da população quando as ruínas são referenciadas pela comunidade local. Para os santamarenses, a Tarzan permanece vívida mesmo após outras ocupações e apesar do próprio desprezo da comunidade local. Aquela fábrica ainda é parte da construção paisagística de Santo Amaro, parte da construção da memória dos moradores, seja pelas relações de trabalho que ali

ocorreram, pelas brincadeiras nas ruínas ou simplesmente pela paisagem vista a cada chegada e partida da cidade.

Figura 11 - Visão de um dos arcos da fachada da Fundição de Aço Tarzan, ao fundo é possível ver a chaminé com o nome da indústria.

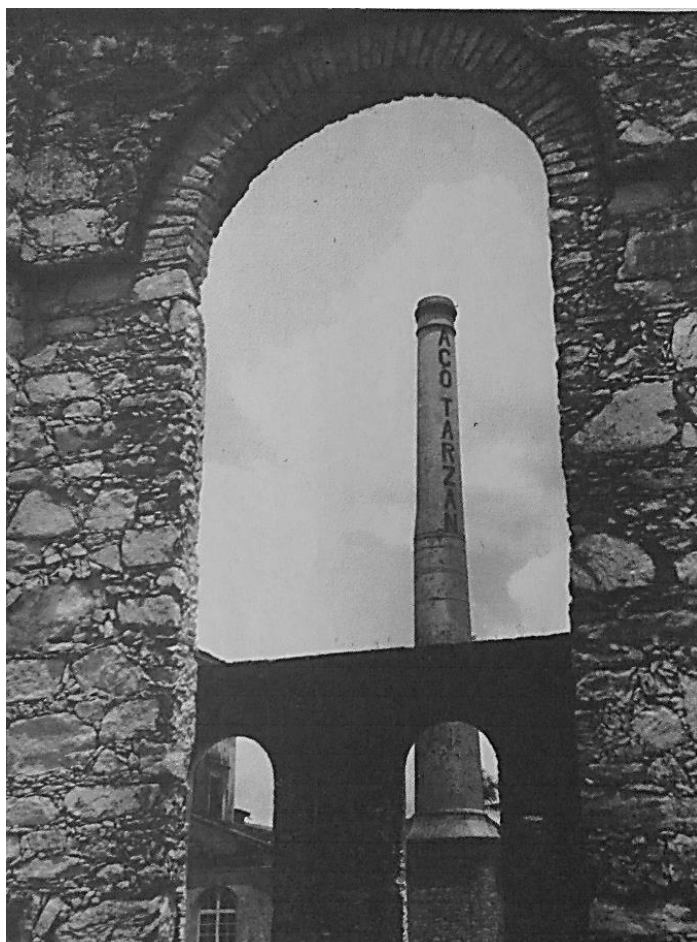


Foto: TRZAN, Lucília Libório. Acervo pessoal de Lucília Trzan, 196-?

2.10 SIDERÚRGICA SANTO AMARO

A Siderurgia Santo Amaro foi uma indústria de transformação que ocupou o antigo prédio da Fundição de Aço Tarzan nos anos 1960. O prédio foi adquirido pelo grupo Votorantim, que tinha como líder o empresário pernambucano Antonio Ermírio de Moraes, como afirma o pesquisador Jorge Caldeira, em publicação comemorativa sobre os 90 anos do grupo (CALDEIRA, 2007). A indústria funcionou até o princípio dos anos de 1980,

inicialmente como uma sociedade anônima²⁰, como revela o Decreto nº 54.863, de 03 de novembro de 1964, que instituiu o direito à “Siderurgia Santo Amaro S.A.” a funcionar como empresa de mineração. Entretanto, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)²¹, informa a existência de uma inscrição da empresa como uma sociedade limitada (LTDA), com registro realizado em 15 de setembro de 1966. É provável que a modificação tenha sido realizada para aumentar o controle sobre a subsidiária, haja vista, que uma empresa no formato de S.A. tem o capital aberto e a estrutura mais rígida no que tange a administração do negócio. Evidentemente, não foram encontrados outros dados que nos auxiliem a compreender, de fato, a razão da mudança.

As informações obtidas sobre o funcionamento da fábrica junto ao Grupo Votorantim são escassas. Afora as informações públicas, em periódicos e informativos, a Votorantim possui um memorial institucional que busca salvaguardar as informações relativas às atividades do grupo mas, curiosamente, raros são os dados sobre a siderúrgica. Em contato com os pesquisadores vinculados ao memorial em 2016, a existência da Siderúrgica era desconhecida da maioria, apenas sendo possível encontrar raros destaques de jornais da década de 1980 que detalham o encerramento da fábrica na época.

Sobre o funcionamento da Siderúrgica Santo Amaro sabe-se que a aquisição foi realizada diretamente das mãos de Carlos Trzan, entretanto as condições estabelecidas para efetivação da negociação são desconhecidas. Sabe-se que o Grupo Votorantim à época já investia na região nordeste, por exemplo, com a inauguração da Fábrica de Cimento Poty em Paulista, no estado de Pernambuco, em 1942, marcando a entrada da empresa nessa região. Nesse período de cerca de vinte anos, foram inauguradas unidades de diversos segmentos do Grupo em Sergipe, no Ceará e também na Paraíba. Na Bahia, a Siderúrgica Santo Amaro seria o primeiro investimento, como informa a nota “Aço para a Bahia”²² da revista “O Cruzeiro” de setembro de 1962, nela constam as características do investimento da siderúrgica baiana e os interesses do grupo Votorantim em ampliar sua atuação por toda a região nordeste:

No município de Santo Amaro, na Bahia, o Grupo Industrial José Ermírio de Moraes empreende o mesmo esforço que se observa em outras regiões do Nordeste, visando a valorização das áreas menos desenvolvidas do País. Ali uma siderúrgica vem sendo reaparelhada com o objetivo de suprir todas as necessidades de ferro e aço do Estado. A Siderúrgica Santo Amaro S.A

²⁰ A empresa possui o capital dividido em ações, limitando-se a responsabilidade dos sócios ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

²¹ Consulta realizada através do nº 15.913.841/0001-67 da Siderúrgica Santo Amaro LTDA, disponível através do site: https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp.

²² Revista *O Cruzeiro*. Ed. 50. Reequipando para produzir mais. Aço para a Bahia. Rio de Janeiro. 22 de set. 1962.

produz, atualmente, 10 toneladas diárias, entre peças e lingotes para a laminação. O plano de expansão prevê a produção de 60 toneladas diárias, dependendo, em grande parte do fornecimento de energia elétrica. O consumo atual de energia, que é fornecida pela Cia. de Energia Elétrica da Bahia (esta empresa detém o monopólio da distribuição da energia de Paulo Afonso), é da ordem de 176.000 kwh mensais, a custo elevadíssimo: cerca de 5 cruzeiros o kw (Paulo Afonso entrega a 80 centavos o kw). Esse preço constitui um dos principais entraves ao rápido desenvolvimento daquela indústria, bem como de toda a região. Superando dificuldade e encargos que oneram os investimentos nacionais, esse programa de expansão industrial, de caráter eminentemente nacionalista, realizado pelo grupo José Ermírio de Moraes, prossegue com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento nacional. (O CRUZEIRO, 1962, p. 73).

Um ponto importante para entender o contexto de instalação da Siderúrgica Santo Amaro, incorporada por um grupo nacional, em uma década marcada por problemas econômicos e uma região quase que completamente agrícola é a política. O jornal “Correio da Manhã”, de junho de 1959²³ revela quais eram os desafios dos industriais para a siderurgia no Nordeste. As recomendações da “Comissão A- I (Implantação de Indústria Siderúrgica)” no “Seminário de Desenvolvimento do Nordeste”, realizado em Garanhuns – PE, versavam sobre os tipos de produtos que deveriam ser mantidos, introduzidos ou retirados das empresas, bem como esforços para melhorar a logística desses empreendimentos com a fixação dos custos de transporte, bem como a formação de profissionais qualificados para atuarem nessas indústrias. Neste sentido buscava-se criar os mecanismos necessários para o desenvolvimento do setor siderúrgico na região, enfrentando a ampla concorrência do sul do país.

Assim, a Siderúrgica, grandiosa para os padrões santamarenses, se tornaria apenas mais uma do vasto cabedal de unidades do Grupo. Sobre as justificativas para tal investimento, apenas após o encerramento das atividades que foram encontradas informações que auxiliassem a entender a situação. À edição do “Jornal do Brasil”, de 20 de outubro de 1981²⁴, o então diretor-superintendente Antonio Ermírio afirmou que a instalação da siderúrgica se deu através de uma “súplica” do então governador da Bahia, Juraci Magalhães, para que “se investisse em um projeto siderúrgico no Estado”. Antonio Ermírio também afirmou que a aquisição da fábrica foi feita a contragosto, com o governador indo até ao grupo “de joelhos” e que apenas por esse motivo é que a aquisição da siderúrgica foi concretizada.

O historiador e pesquisador da indústria baiana, Daniel Rebouças (2016), apresenta um contexto mais atraente do que as justificativas apresentadas por Antonio Ermírio de Moraes

²³ BNDIGITAL. *Correio da Manhã*. Técnicos são otimistas quanto à indústria siderúrgica no Nordeste. Ed.20.305. 6º Caderno. Rio de Janeiro. 7 de jun. 1959

²⁴ BNDIGITAL. *Jornal do Brasil*. Ed. 195. 1º Caderno. Votorantim demite 157 e fecha siderurgia na Bahia. Rio de Janeiro. 20 de out. 1981

para realização do investimento na Bahia. Foi nesse período, ao fim dos anos de 1950, que o estado havia experimentado um novo fluxo na indústria local. Impulsionado pelo lançamento do Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) pelo então governador Antonio Balbino, uma série de propostas de ação para a ampliação da oferta industrial na região foram realizadas, inseridas no planejamento estabelecido pelo governo para utilização dos recursos federais enviados ao estado. Mais à frente, o PLANDEB não seria aprovado pela Assembléia Legislativa da Bahia, mas lançaria as bases de um novo pensamento sobre o desenvolvimento econômico e industrial da Bahia. (REBOUÇAS, 2016, p. 231). Foi a partir dessa ação que o governo baiano lançou o Plano Geral de Industrialização (PGI), que objetivava, entre outros desígnios, romper com a dependência agrícola da economia estadual, privilegiando atividades ligadas à indústria petroquímica e à siderurgia. Dessa iniciativa surgiram importantes iniciativas industriais para a Bahia, como o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari, que representaram o modelo de desenvolvimento proposto e que buscava promover a alteração da estrutura básica da economia baiana através do processo de industrialização. Ao que parece, a instalação da Siderurgia Santo Amaro se beneficiou desse processo, pois atendia aos requisitos do PGI, entretanto, mesmo instalados numa região próxima à capital, a fábrica não estava inserida no âmbito dos polos aglutinadores de desenvolvimento.

Uma importante questão é que não foram levantados dados significativos sobre o funcionamento dessa unidade do Grupo Votorantim. Durante os pouco mais de vinte anos de atividades, poucas são as informações presentes nos relatórios da empresa acessados no desenvolvimento da pesquisa. Ao que consta, no momento da incorporação foram realizadas uma série de adaptações estruturais ao prédio da extinta Fundação de Aço Tarzan e consequentemente na linha produtiva, como demonstra um dos relatórios da diretoria do Grupo. Nesse relatório, com data não especificada, mas que estimo ser ainda no princípio dos anos de 1960, estava indicado o início de uma reforma geral na Siderúrgica Santo Amaro, o que possibilitaria “[...] a ampliação, em larga escala, da sua produção de aço e laminados”. (SOCIEDADE, 1961, p.128). Nele também estão elencados os investimentos realizados em mais de quatorze estados brasileiros e estão instituídos preceitos que deveriam servir como diretrizes da atuação do Grupo em qualquer uma das suas unidades. Entre eles destaco um, que reafirma a obrigatoriedade de “não pedir favores a governos”, segundo eles, a marca da Votorantim.

Nesse período de funcionamento da Siderúrgica Santo Amaro, um caso em específico é importante para este trabalho: o fim das atividades da indústria. Este processo nos auxiliou a

ter uma visão aproximada de um componente relevante para os trâmites de incorporação da fábrica: a força de trabalho. No início dos anos de 1980, a edição do “Jornal do Brasil”, de 20 de outubro de 1981,²⁵ publicou que o Grupo Votorantim havia demitido 157 funcionários, ou seja, cerca de 96% do efetivo operário da unidade localizada em Santo Amaro - BA. Provavelmente, grande parte dos trabalhadores da Siderúrgica era da própria cidade ou da região. O fechamento da fábrica significaria, a partir daquele momento, o encerramento de um ciclo para muito trabalhadores, mas era justificada, nas palavras do então diretor José de Moraes Pinto Duarte, pelo “[...] prejuízo mensal que chegou nos últimos quatro meses a Cr\$ 5 milhões” (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 21). Entretanto, a crise que levou ao fechamento da fábrica teve início um ano antes, em fevereiro de 1980, quando a queda de braço entre a direção do Grupo e Delfim Neto, então ministro do Planejamento da ditadura civil- militar que governava o país como o General João Figueiredo à frente. A Secretaria Especial de Abastecimento e Preços do governo havia multado a indústria santamarense e cortado o acesso a qualquer tipo de crédito oficial, além de sofrerem uma fiscalização rigorosa por praticar preços acima da tabela dos produtos siderúrgicos, e o próprio governo teria deixado a informação vaziar. O grupo, imediatamente, fechou a unidade durante oito dias em uma espécie de represália ao Governo, como apresenta a edição nº 297 do “Jornal do Brasil”, de fevereiro de 1980²⁶.

A reabertura da fábrica contou com a intervenção do Governo do Estado da Bahia, na época comandada por Antonio Carlos Magalhães. A direção do grupo, na figura de Antonio Ermírio de Moraes, entrou em entendimento com o Governo Federal e decidiram pela volta ao funcionamento normal das atividades em 8 de fevereiro. À época, foram prometidos uma série de investimentos, pois o Grupo afirmava que a indústria era “a única que não funcionava bem” e que “não honrava às tradições do conglomerado”. Inclusive durante o último ano de funcionamento, a direção da Votorantim afirmou ter executado cerca de Cr\$ 15 milhões em melhorias e visavam criar uma nova linha de produção e teriam encomendando um projeto à empresa alemã Demag, especialista em automatização de processos industriais, mas que não executaram por conta da criação da USIBA, em 1973, pelo Governo do Estado com uma capacidade produtiva infinitamente superior à Siderúrgica Santo Amaro, o que de fato inviabilizava não só qualquer investimento, mas o funcionamento da fábrica.

²⁵ BNDIGITAL. *Jornal do Brasil*. Ed. 195. 1º Caderno. Votorantim demite 157 e fecha siderurgia na Bahia. Rio de Janeiro. 20 de out. 1981

²⁶ BNDIGITAL. *Jornal do Brasil*. Ed. 297. Economia. Grupo Votorantim fecha usina siderúrgica punida pelo CIP. p. 22. Rio de Janeiro. 1 de fev. 1980.

2.11 RUÍNAS TARZAN²⁷

Santo Amaro, cidade colonial do Recôncavo foi desmembrada ao longo de sua história, e muito da sua zona rural deu lugar à formação de novas cidades, como Terra Nova, Saubara, Amélia Rodrigues e Oliveira dos Campinhos. Entretanto, as características da cidade colonial se mantiveram ao longo da malha urbana contemporânea. O corpo da herança colonial firmada através de edificações no centro da cidade é quase o mesmo de cerca de três séculos atrás. Neste contexto, encontram-se as Ruínas Tarzan, às margens do rio Subaé, principal via de acesso à cidade colonial. Ali era a entrada e saída da região para a Baía de Todos os Santos, principal conexão com a capital, Salvador.

As ruínas Tarzan habitam agora, em meu entendimento, a categoria de vestígios materiais do universo do trabalho. Afinal, sua presença reside a cerca de oitenta anos na vida dos santamarenses, desde sua ocupação funcional até o seu abandono. Obviamente, que as gerações que antecederam a atual, foram as únicas que conheceram as siderúrgicas, em seu pleno funcionamento, e, posteriormente, sua decadência. Em uma visão perceptível nas conversas e diálogos que obtive em cerca de quatro anos vivendo, mesmo que parcialmente, em Santo Amaro, percebi que a Tarzan fora para essa geração um espaço de depositar as esperanças de uma vida melhor para seus trabalhadores, mas, que para os mais novos, nascidos a partir da década de 1970 aquele também foi um espaço de ludicidade, onde brincavam e viviam um universo único. Para os ainda mais novos, a Tarzan faz parte de um passado desconhecido, onde apenas se conhece o nome. Para aqueles que compõe a comunidade universitária do CECULT, aquele é o local onde depositavam-se os planos sobre um ideal de Universidade.

Este trabalho tem um caráter exploratório, pois pouco fora publicado sobre as origens destas ruínas. A edificação, independentemente do nome que atribuamos, serviu aos desígnios específicos de uma indústria, e mesmo sem nenhum maquinário ou vestígio do trabalho, em nada remetia ao imaginário comum de uma siderúrgica. Na posição de museólogo, vinculado oficialmente ao CECULT, busquei desenvolver uma pesquisa, no âmbito técnico, enquanto servidor, ao qual julguei necessário para entender o processo de requalificação.

Neste sentido, o desenvolvimento do trabalho, ainda no âmbito técnico-institucional, apontou a existência de uma ocupação anterior à Fundação de Aço Tarzan. Essa descoberta foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa inicial, pois apontou um universo de pesquisa

²⁷ Para referenciar as ruínas da Siderúrgica utilizarei, a partir deste ponto, o nome Ruínas Tarzan, respeitando a nomenclatura usualmente utilizada pela comunidade santamarense para identificar o local.

completamente novo e promissor. A informação surgiu através do livro “História de Santo Amaro”, uma espécie de síntese das memórias do político santamarense Herundino da Costa Leal, publicado originalmente em 1964, que apontava a existência de uma destilaria, denominada como Modelo como ocupação anterior a de uma nova oficina que surgia naquele período. Esta foi a primeira ocorrência, publicada, sobre a ocupação da Ruínas Tarzan, antes do funcionamento da fábrica que lhe dava nome:

Com o decorrer dos anos, à margem esquerda do rio Subaé, onde foi a Destilaria Modelo, surgiu uma grande oficina que, de dia para dia, vai sendo ampliada de acordo com as necessidades e a técnica moderna. As suas instalações amplas e confortáveis nada têm a desejar por que dispõem de maquinarias modernas e adequadas para todos os misteres, desde a fundição das mais complicadas peças até o serviço de torno e caldeira, uma vez que possui as melhores e as maiores do país. Esse empreendimento de grande valor econômico e artístico para a nossa cidade, deve-se ao espírito dinâmico do grande artista e industrial Carlos Tarzan, que desta forma, vai contribuindo para o engrandecimento de nossa terra. Da visita que tive a oportunidade de fazer a essa colmeia de trabalho, em companhia de Gustavo Vianna, tive de constatar que em cada seção há um grande movimento de trabalho produtivo, como no Almoxarifado estava depositado um grande número de peças, não só para o uso doméstico, como também para fins industriais, as quais vão tendo grande aceitação não só pelos consumidores locais, como ainda pelos do nosso e outros estados. O local onde está situada essa grande oficina é muito saudável e oferece o conforto necessário a todos quanto ali trabalham. (LEAL, 1964, p. 59).

O texto de Leal foi referência capital para o desenvolvimento desta parte da pesquisa, pois todas as menções que já havíamos escutado citavam a existência remota de uma destilaria, mas, absolutamente nada se conhecia sobre o seu funcionamento ou seu nome. Deste modo, compreendo que nos momentos que a existência de uma destilaria como ocupação original daquelas ruínas era mencionada, significava que ela compunha uma representação exclusiva de um passado remoto, sem importância, que havia sido apagada pelas ocupações da Fundação de Aço Tarzan e pela Siderúrgica Santo Amaro.

Evidentemente, o nome apresentado por Leal ampliava as possibilidades da pesquisa, permitindo que fosse possível investigar a trajetória daquelas ruínas. É importante salientar que inicialmente houve um conflito sobre o entendimento da localização da Destilaria Modelo naquele local, pois o referido autor, durante a apresentação do seu relato sobre os alambiques e destilarias existentes na cidade, cita a seguinte passagem:

A começar pelo Trapiche de Baixo, onde estava localizada a destilaria de genebra de Candinho Andrade, em direção à cidade, em S. Luzia, nos deparávamos com a de aguardente, de propriedade do Dr. Francisco da Rocha Lima. Subindo-se pela margem esquerda do rio que corta a cidade, havíamos de ver a ‘Meleira Grande’ e a ‘Destilaria Modelo’, com grande capacidade de

produção diária, como também os alambiques de Banco da Bahia, do Dr. Antonio Lacerda, do Jhenston, do Cel. Maneca Tourinho, do Major Valentim Melo e do Antonio Gomes Leite. (LEAL, 1964, p. 60).

A referência à existência de duas destilarias, a “Meleira Grande” e “Destilaria Modelo”, localizadas na mesma região era algo extremamente novo. Evidentemente que, atualmente, não há vestígios de outra edificação naquela região, com tais características. O “Diário Oficial do Município” de 2012 que tratou da doação da área da Tarzan à UFRB indicava a existência de uma destilaria nos limites das Ruínas Tarzan, “limita-se ao norte com os terrenos da Destilaria Jujuba LTDA” (SANTO AMARO, 2012, p. 3). Entretanto, dados obtidos no Arquivo Municipal de Santo Amaro, além de uma série de imagens da região, nos auxiliou a entender tal celeuma.

A edição nº 1347 do “Jornal Oficial O Município”²⁸ de Santo Amaro, de junho de 1949, na sessão “Indústrias e Profissões”, cita a existência da “Destilaria Jujuba Ltda.”, localizada “no Sinimbu, à margem esquerda do rio Subaé”, mesma referência da localização das Ruínas Tarzan. (O MUNICÍPIO, 1949b, p. 12) O mesmo periódico, em novembro de 1948²⁹, já apresentava dados sobre a produção de aguardente dessa destilaria, que se mostrava como a maior produtora da cidade com 100 mil litros produzidos, cerca de 35 mil litros a mais da segunda maior produtora, a empresa de “Antonio Bacelar & Cia. Ltda.”. Entretanto, não haviam informações visuais que confirmassem a existência daquela fábrica.

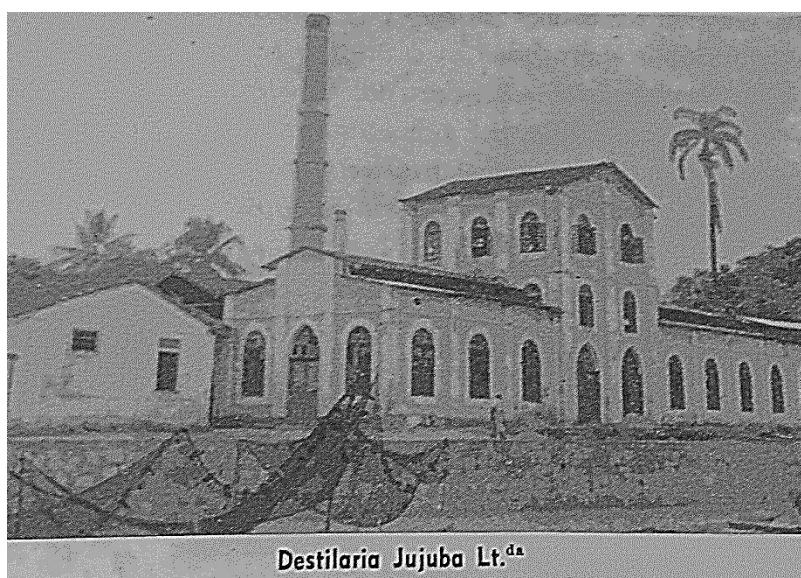
O volume 21 da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada no ano de 1958, a sessão sobre o município de Santo Amaro tratou de apresentar uma fotografia de uma fábrica referenciada como “Destilaria Jujuba” (IBGE, 1958, p. 303). A partir dessa informação, a investigação realizada no acervo documental e fotográfico do Instituto Feminino da Bahia (IFB), em março de 2017, também nos apresentou uma fotografia dessa edificação, em plano mais aberto, às margens do rio Subaé. Ambas fotografias apresentavam características semelhantes ao conceito arquitetônico vigente sobre prédios com funções de destilaria ou similares e a localização encaixava-se dentro das indicações apontadas por Leal (1964) para a existência de destilarias, contudo as referências nominativas eram divergentes. É possível que o autor tenha se equivocado e citados nomes genéricos, como poderemos notar a partir da leitura das imagens mais à frente.

²⁸ APMSA. *Jornal Oficial O Município*. Ed. 1.332. Sessão Indústrias e Profissões. Santo Amaro. 26 de fev. 1949.

²⁹ APMSA. *Jornal Oficial O Município*. Relação de produção de aguardente deste município mês de novembro de 1948. Santo Amaro. Nov. 1948.

É possível confirmar a existência e identificar o prédio da Destilaria Jujuba em ambas as imagens. A sua similaridade com as ruínas da Fundação de Aço Tarzan, o prédio com uma espécie de nave central, espalhando-se pelas laterais e a chaminé ao fundo, pode a princípio enganar um olhar desavisado. Contudo, na imagem apresentada pela publicação do IBGE é possível notar a presença de uma segunda chaminé, ao fundo, logo atrás da chaminé da Destilaria Jujuba. Esse fato nos evidenciou que, possivelmente, o prédio da Destilaria Modelo estaria localizado nas imediações.

Figura 12 - Vista lateral do prédio da Destilaria Jujuba, em Santo Amaro - BA



Fonte: Retirado da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, 1953. IBGE

Figura 13 - Vista da Destilaria Jujuba e do rio Subaé.



Fonte: Acervo da Biblioteca Marieta Alves / Instituto Feminino da Bahia, autor e data desconhecida.

Uma outra imagem, obtida através do site “Coletivo Amaro”³⁰, apresentou uma perspectiva visual que corrobora com nossa hipótese sobre a ocupação da localidade. Em suma, a Destilaria Jujuba esteve localizada ao lado da Destilaria Modelo, coabitando a grande área à beira do rio. Nesta imagem é possível distinguir claramente as duas edificações, o prédio da antiga Fundição de Aço Tarzan, provavelmente ainda em funcionamento, mais à esquerda, e imediatamente à sua direita a Destilaria Jujuba. Saliento que os prédios são aparentemente dispares em relação às suas dimensões. Não é possível precisar o período em que a fotografia foi realizada, tão pouco a sua autoria. As informações sobre sua existência indicam que ela funcionava na década de 1940. São desconhecidos os motivos que levaram a destruição da Destilaria Jujuba. Atualmente, na localidade, há apenas uma garagem para os coletivos intermunicipais das empresas Santana e Rodonave.

Figura 14 - Visual panorâmica do prédio da Fundição de Aço Tarzan e da Destilaria Jujuba



Fonte: Retirado do blog “Coletivo Amaro”, autor e data desconhecidos.

As origens da Destilaria Modelo, entretanto, ainda eram uma incógnita. Entender os motivos da sua implantação era um desafio a ser compreendido no processo de reconversão proposto pela UFRB, que incluso nas condições estabelecidas desconsiderava todo aquele arcabouço histórico, desprezando parte da memória daquele local, ainda vivida através dos seus componentes arquitetônicos. Entendemos que a narrativa historiográfica da região do

³⁰ O Coletivo Amaro é um blog que compila temas de história, música, literatura, dança e demais expressões culturais da cidade de Santo Amaro. Foi proposto como atividade curricular de alunos do Instituto Federal da Bahia - Campus Santo Amaro na turma 2º ano do curso de Eletromecânica.

Recôncavo é baseada, majoritariamente, sobre o prisma da colonização portuguesa, que avançou por essas terras visando sua exploração irrestrita. Sei que Santo Amaro fora uma das principais, senão a principal cidade do ciclo da cana-de-açúcar e que basicamente viveu de um sistema escravocrata que forjou a herança de sua gente as marcas indeléveis deste processo. Neste sentido, buscaremos nos próximos capítulos traçar uma visão sobre a construção historiográfica desta cidade, caminhando para o contexto da edificação da Destilaria Modelo, percorrendo as fontes históricas e o processo de construção dos patrimônios culturais e históricos locais, buscando produzir outros olhares sobre seus sentidos vigentes.

3. SANTO AMARO, UMA INVENÇÃO COLONIAL

*Não há uma só família da cidade que não tenha laços com
uma família do interior;
Não há tempestade na baía que não faça subir
as águas dos rios do Recôncavo.
Não há má colheita lá que não cause pobreza aqui.
(MATTOSO, 1992, p. 51).*

Desde a ocupação europeia há cerca de quinhentos anos, a região que compreende os territórios do Recôncavo e da cidade de Salvador tem como elo o acidente geográfico constituído pelas águas que bordeiam o seu litoral. Baía e Recôncavo são lados de uma mesma moeda. É impraticável buscar compreender uma sem levar em conta a história do outro, pois as águas do Atlântico que penetram a linha tênue da costa e que formam a Baía de Todos os Santos conectaram a concavidade costeira às “mãos” do antigo mundo em remotos novembros.

Era o dia de Todos os Santos do ano de 1501 quando o navegador florentino Américo Vespucci adentrou a boca da baía, cerca de seis meses após sua partida de Lisboa. Em agosto, a viagem já havia alcançado as terras brasileiras, em um ponto batizado pelo navegador como cabo de São Roque, local onde está atualmente localizado o estado do Rio Grande do Norte. Seguidamente, Vespucci procedeu a viagem, descendo pela costa brasileira até se deparar com uma entrância de grandes proporções³¹, se dava ali o primeiro relato dos europeus do contato com o que hoje ainda chamamos de Baía de Todos os Santos. Por força da festividade cristã que dava nome a data da sua chegada, Vespucci decidiu nomeá-la com tal invocação. Com esse gesto, agradecia a travessia e também a descoberta de um porto natural onde poderia, de forma segura, descansar e reabastecer-se de água, conforme afirmam os historiadores Luís Henrique Dias Tavares (2006, p. 44) e Katia Mattoso (1992, p. 41).

Inserida na cartografia portuguesa, a porção de terra que se desnudava ao norte da baía receberia em pouco tempo uma ocupação que visava estruturar naquele local o modelo implantado pelas nações europeias para os territórios conquistados no Novo Mundo: tomar, explorar, destruir e tudo levar.

³¹ A Baía de Todos os Santos é uma reentrância da costa do litoral brasileiro localizada no atual estado da Bahia, um topônimo explicitamente oriundo deste mesmo acidente geográfico, mas que por tradicionalismo manteve a grafia antiga, modificada pela reforma ortográfica de Portugal em 1911. Seus extremos territoriais estão posicionados ao sul da cidade Salvador, na ponta do atual bairro da Barra e ao norte do município de Jaguaripe, região da Ponta do Garcês, estendendo-se por todo o litoral por cerca de 1200 km² e adentrando cerca de 80 km até o seu fundo. Comparativamente a extensão da área da Baía de Todos os Santos equivale a quase duas vezes a área total das dimensões da cidade de Salvador.

A Baía de Todos os Santos apresentava atributos essenciais para o estabelecimento português em terras brasileiras, isso foi notado desde o século XVI. Contudo, após a chegada de Vespucci, não houve durante cerca de trinta anos nenhuma ocupação oficial lusitana nas terras da baía, mas por lá passaram diversas missões estrangeiras, inclusive o próprio Vespucci que retornou à região em 1503, como revela Tavares (2006, p. 46). A chegada oficial dos portugueses, intencionados a fixar-se na região, acontecera apenas em 1536, justificada pelo envio de colonos dispersos por toda costa brasileira pela concessão de possessões.

As capitanias eram a formalização de uma distribuição territorial estabelecida por Portugal que pretendia ocupar produtivamente as terras brasileiras através da concessão a colonos exigindo destes a exploração “[...] com os seus próprios recursos” ficando a Coroa obrigada “[...] a conceder sesmaria ao cristão que a solicitasse e a pagar taxas e tributos ao rei e à Ordem de Cristo” como assegura Tavares (2006, p. 83). Esse período se sobrepôs à fase inicial de ocupação, a qual os portugueses realizaram, basicamente, o saqueamento dos bens naturais das terras brasileiras, atendendo aos interesses econômicos da Coroa, em sua maioria voltados para a comercialização de produtos nativos.

Tavares ressalta que desde os primeiros momentos de instalação das capitanias algumas culturas agrícolas, exógenas às terras brasileiras, foram sendo introduzidas pelos colonos. A transposição de plantações, como a cana-de-açúcar, atendia exclusivamente aos interesses comerciais do mercado europeu e foram realizadas com êxito em capitanias como as de Pernambuco e da Bahia. Francisco Pereira Coutinho, militar que servira na Índia e que possuiu a alcunha de Rusticão, foi o enviado para ocupar uma destas capitanias: a recém-criada Capitania da Bahia de Todos os Santos. O então donatário edificou habitações que determinaram a criação do primeiro povoamento sob ordem da Coroa na baía, a denominada Vila Velha ou Vila do Pereira, na região que está localizado atualmente o bairro da Barra, em Salvador. Instituíam-se, naquele momento, as bases da colonização das terras ao longo da costa da Baía de Todos os Santos (TAVARES, 2006, p. 86).

Entre a chegada de Vespucci à baía e a instauração do povoamento de Vila Velha, marcos estruturantes da chegada portuguesa à região, passaram-se cerca de quarenta anos. Contudo, foi com a fundação da cidade de Salvador em 1549 que se estabeleceu, de fato, a oficialidade da Coroa na colonização da baía. Deste modo, a compreensão de que a criação das cidades, no contexto colonial português, assumiu um papel específico nos territórios absorvidos, constituiria um polo intencional de demarcação das fronteiras que visavam garantir o domínio sobre as terras conquistadas. Essas cidades desempenharam uma função

administrativa e de proteção, buscando anexar novas áreas para o cultivo das culturas importantes para a colonização.

A criação da cidade de Salvador e a instituição do Governo Geral eram ações promovidas pela Coroa que buscavam retomar o controle sobre as capitânias, descentralizadas pela distância entre a metrópole e a colônia e pela ausência de um poder centralizador em terras brasileiras. A nomeação de um governador e de outros oficiais representantes, fixados em terras brasileiras, trouxeram Tomé de Souza a assumir o cargo de capitão-general da fortaleza do Salvador e governador geral do Brasil. Neste período, Salvador se tornou sede da capitania real da Bahia e consequentemente capital do que viria a se tornar a colônia até o ano de 1763, como afirma o historiador americano Stuart Schwartz (1988, p. 77). Contudo, a escolha por Salvador deve-se à sua relação com a baía e com as terras a sua costa, compreendida como uma área de proteção natural a eventuais ataques externos, era também um ambiente que facilitava o trânsito marítimo por todo o seu litoral, ligando-se às terras ao longo da costa através dos diversos rios que as adentravam. Essas condições tiveram, de fato, papel preponderante no plano português de colonização, em específico compreendido mais à frente como um dos fatores para avanço sobre as terras do Recôncavo, como afirma o expedicionário português Gabriel Soares de Sousa (2010, p. 134)³² que esteve no Brasil em 1587, onde anunciava, no relato de sua viagem, a grandeza da baía e da sua importância para a metrópole naquele momento.

El-rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brasil, especialmente à Bahia de Todos os Santos, que, se vivera mais alguns anos, edificaria nele um dos mais notáveis reinos do mundo, e engradecera a cidade do Salvador de feição que se pudera contar entre as mais notáveis de seus reinos, para o que ela estava mui capaz, e agora o está ainda mais em poder e aparelho para isso, porque é senhora desta baía, que é a maior e mais formosa que se sabe pelo mundo, assim em grandeza, como em fertilidade e riqueza. (SOUSA, 2010, p. 134).

Tais características garantiram relevante posição frente aos interesses portugueses e estavam ordinariamente atreladas a estruturação do colonialismo lusitano. A historiadora greco-brasileira Katia Mattoso atribuiu tal condição a uma tríplice distinção³³: uma localização geográfica singular; as condições naturais extremamente favoráveis ao desenvolvimento de culturas agrícolas; e a possibilidade de expansão territorial. Tais condições estavam presentes

³² A primeira edição publicada dos relatos de Gabriel Soares de Sousa data do ano de 1851, pela Typographia Universal de Laemmert. Neste trabalho, quando a obra for citada fará referência a edição publicada no ano de 2010.

³³ “[...] um local protegido em uma baía segura, larga e profunda; uma hinterlândia³³ próxima, [...] que envolve a cidade e que foi por ela gerado; enfim, as imensas possibilidades das terras tropicais”. (MATTOSO, 1992, p. 41).

por toda faixa de terra que circunda a baía, e asseguraram que durante os primeiros duzentos anos conduzissem o avanço da ocupação de Salvador e ao fundo da baía.

A origem formativa do Recôncavo está intimamente ligada à formação de Salvador enquanto cidade colonial. Só há um Recôncavo por que existe uma Salvador. Não havia uma divisão territorial instituída pela Coroa que delimitasse os alcances da região, eram apenas as terras ao fundo da baía de Todos os Santos que iniciavam após os limites de Salvador. Portanto, a compreensão histórica sobre esse contexto constitutivo do Recôncavo enquanto território colonial deve ser feita de forma crítica, tornando fragilizado o entendimento sobre a gênese da ocupação do fundo da baía que desconsidere a existência contígua de Salvador, do elo natural entre elas e do território estabelecido pelos habitantes originários. A tríade baiana, baía-cidade-recôncavo, foi imposta processualmente pelos portugueses através da injunção de uma estruturação territorial comum, mas, sobretudo, de uma estruturação das relações sociais, culturais, políticas e econômicas que se desenvolveram a partir do século XVI, como ressalta Katia Mattoso:

A capital não pode ser dissociada da baía, da qual é ciosa guardiã, mas também não o pode ser de sua hinterlândia, esse Recôncavo celeiro de açúcar e de farinha. [...] mais que qualquer outra cidade, a da Bahia está ligada à sua imediata hinterlândia agrícola, pois é seu mercado e seu elo com o mundo exterior. (MATTOSO, 1992, p. 51).

Nesse sentido constitutivo, o estabelecimento de um processo de interiorização, advindo de Salvador, foi estruturado como uma ação essencial para as intencionalidades da Coroa Portuguesa. Para alcançar as terras do Recôncavo era de fundamental importância que a metrópole instituisse a criação de cidades pela colônia, com o afirma o geógrafo e professor Paulo Roberto Teixeira de Godoy (2011). A construção das cidades coloniais foi uma invenção pragmática, “[...] conectada aos fluxos de mercadorias e as necessidades do comércio e da concentração de excedentes (mão-de-obra e produção agrícola).”, que desempenhou “[...] uma função de suporte às necessidades da produção e do consumo.” (GODOY, 2011, p. 9). No caso da cidade de Salvador, era preciso estruturar um polo da Coroa na Colônia, mas tornava-se preciso ir além, penetrar as suas adjacências e estabelecer novos territórios para exploração da terra com intuito de abastecer a cidade e também remeter a produção à metrópole. Em sentido lato, adentrar aquele recôncavo objetivava estabelecer as condições de aprofundamento do cultivo da cana e prover a transformação desta, em um dos gêneros mais apreciados na mesa europeia no período: o açúcar.

A cana era um insumo exógeno à cultura nativa das terras brasileiras. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil já havia intencionalidade em prospectar locais para implantação de latifúndios agrícolas para desenvolvimento dessa cultura. Contudo, não há informação documental já levantada que apresente a datação exata da introdução dela no Brasil, muito menos os responsáveis por tal ato, como descreve Schwartz (1988, p. 31). É presumível que sua transposição tenha ocorrido ainda nos primórdios da ocupação portuguesa, anterior até mesmo a instauração do sistema de capitanias. Tal afirmação pode ser compreendida através do ato do envio de um técnico na manufatura de açúcar, já em 1516, pela Casa da Índia, órgão de administração colonial, que ordenara a construção de um engenho no Brasil e da presença da chegada de açúcar do nordeste brasileiro, em 1526, na alfândega de Lisboa, informação também apresentada por Schwartz (1988, p. 31).

A chegada do primeiro governador geral Tomé de Souza, em 1549, para estabelecer a fundação da cidade de Salvador e também instaurar o Governo Geral no Brasil já elucidava essa intenção produtiva sobre a cana. A presença de diretrizes da Coroa para a criação de uma indústria açucareira na região estavam delimitadas nas instruções remetidas ao governador, como relatam Schwartz (1988, p. 35) e Sousa (2010, p. 138-139). Deste modo, considerando que, tanto a criação da cidade de Salvador como o avanço sobre as terras do Recôncavo foram ações planejadas e estruturadas com objetivos previamente definidos, torna-se necessário salientar que outros critérios também foram essenciais para estabelecer a ocupação e o desenvolvimento da produção colonial-agrícola, em específico da cana-de-açúcar na região. As peculiares e excelentes condições de localização dos solos e do clima existentes foram pontos essenciais para ocupar o Recôncavo após o estabelecimento da cidade de Salvador, como demonstra Schwartz:

[...] a área do Recôncavo oferecia ótimas condições geográficas e climáticas para o cultivo da cana de açúcar. A região da baía de Todos os Santos apresentava índices pluviométricos apropriados e solos excelentes, especialmente o negro e argiloso massapê, ao longo de toda a margem norte e oeste. A própria baía proporcionava condições de transporte e comunicação acessíveis e baratas para os engenhos litorâneos, e constituía-se em ancoradouro seguro para os navios que transportavam açúcar para a Europa. Tais vantagens foram devidamente apreciadas pela Coroa. (SCHWARTZ, 1988, p. 34).

As condições estruturais para implantação da cultura da cana estavam estabelecidas. Fundamentalmente, o objetivo da Coroa era constituir controle sobre a colônia e explorá-la de acordo com os interesses comerciais vigentes na Europa. Para isso, sob a ótica do colonialismo, era preciso ter uma ocupação urbana, além de terras abundantes para que colonos cultivassem

e produzissem principalmente açúcar. Porém, há de se advertir que ao fundo da baía, mesmo com a existência da capitania, em 1549, aquelas terras ainda não haviam sido exploradas.

A ação de interiorização desenvolvida nas terras do Recôncavo seguiu uma lógica de operacionalização similar à ocupação em Salvador, promovendo, inicialmente, a sobreposição territorial através do extermínio, da escravização e da subjugação religiosa das comunidades indígenas que habitavam a região. Era a implantação de uma política que propunha submeter os “gentios” pela fê³⁴ mas, sobretudo, pela força. Um exemplo claro pode ser observado na construção do emblema da cidade de Salvador. Segundo o antropólogo baiano Edison Carneiro, a pomba branca presente na bandeira até os dias de hoje, “era um símbolo de paz”, e que não havia “explicação razoável para a escolha do motivo”, sendo uma determinação da Corte Portuguesa e que seu uso fazia “reverência à Igreja Católica, já tão lembrada no nome da Cidade, nos navios das armadas, nos baluartes... Um sinal de extrema beatice da época” (CARNEIRO, 2017, p.80-81).

Tavares (2001, p. 154) relata que o processo de ocupação desse extenso território realizou-se lentamente, através de um método de conquista, posse e povoamento que enfrentou obstáculos naturais, rios, matas, serras e, sobretudo, a resistência indígena. A estratégia de ocupação utilizada pelos portugueses na campanha que penetrava o litoral da baía e que acabou caracterizando grande parte da colonização do Recôncavo ocorreu através da instalação de engenhos e do desenvolvimento de plantações, quase que exclusivas, de cana-de-açúcar por toda a extensão da costa, como afirma Schwartz (1988, p. 35).

A denominada hinterlândia de Salvador compreendia, neste período, a uma faixa territorial limitada que iniciava ao noroeste da cidade e prosseguia até a região onde hoje se localiza o município de Candeias, com a presença de poucos engenhos na região. Já no século XIX, Katia Mattoso (1992, p. 51) estabeleceu uma definição ainda mais ampla sobre esse mesmo território, abrangendo “[...] todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das raias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar: uma orla de quase trezentos quilômetros [...]”. Neste sentido, a ideia que processualmente foi sendo estabelecida sobre o Recôncavo era estritamente territorial, decorrente da expansão da cidade de Salvador. Avançar rumo ao interior da baía era constituir progresso para o comércio, desconsiderando as múltiplas formações territoriais anteriormente estabelecidas pelas comunidades indígenas.

³⁴ No Brasil esse termo geralmente se refere aos indígenas que mantinham relações amistosas com os religiosos. Anterior à proibição da escravidão indígena (1570), exceto por meio da guerra justa, os portugueses chamavam os indígenas de "negros da terra", em referência aos cativos trazidos da África. (SILVA; AMORIM, 2017, p. 185)

O avanço confirmado pela força dos portugueses nos três primeiros governos gerais (1549-1572) afirmou o estabelecimento de uma política de concessão das terras da costa que formatou o território que constituiria o recôncavo colonial. Estas propriedades, denominadas como sesmarias, eram doadas a colonos e eram a prática majoritariamente estabelecida na colônia, como afirma o professor e pesquisador Nelson Nozoe:

Modelada com base em usos e procedimentos legais legados pela tradição, [as sesmarias] essa norma jurídica constituiu-se no principal meio de promoção da colonização e do aproveitamento dos vastos territórios do além-mar que a expansão ultramarina colocou sob domínio da Coroa lusitana. A transposição deste instituto jurídico para terras brasileiras deu-se em face do desejo da Coroa portuguesa de promover o povoamento e o aproveitamento por particulares, de um lado, e, de outro, da ausência de um meio legal alternativo para viabilizar aqueles intentos. (NOZOE, 2006, p. 1-2).

Torna-se evidente que para lograr êxito na exploração das terras do Recôncavo, a Coroa compreendia que precisava repassá-las a particulares, para que promovessem a exploração da cultura agrícola. Contudo, era preciso ultrapassar uma barreira formada pelas ocupações dos nativos, estabelecidos em significativo número na região. Nesse intento, o terceiro governador geral, Mem de Sá, se destacou na continuidade da política de seu antecessor Duarte da Costa, e estabeleceu como principal característica da sua administração o extermínio e subjugação dos povos indígenas, exclusivamente para ocupação desse novo território ao fundo da Baía de Todos os Santos, conforme afirma Schwartz:

O crescimento da indústria açucareira no Recôncavo acompanhou de perto as linhas gerais da expansão política e militar dos portugueses em detrimento dos indígenas da região. Durante as décadas de 1560 e 1570 conquistaram-se novas terras e construíram-se mais engenhos. Esse processo foi particularmente acentuado durante o governo de Mem de Sá (1558-72), que subjugou com energia a maioria das tribos do Recôncavo e levou a cabo um programa de reagrupamento dos índios em povoados controlados pelos jesuítas. [...] Mem de Sá não hesitou em tirar proveito pessoal de seus atos políticos e, ao conceder numerosas sesmarias para a construção de engenhos nas terras recém-conquistadas, garantiu para si próprio um excelente local, no rio Sergipe, bem no coração do Recôncavo. (SCWHARTZ, 1988, p. 35).

A divisão territorial implantada para além da cidade de Salvador, sobretudo, para a implantação da cultura da cana oficializou o início do ciclo que estruturou as relações sociais, políticas e econômicas na Colônia. O Recôncavo se tornou rapidamente em um dos principais territórios de produção e transformação da cana do sistema colonial e assim permaneceu até o século XIX. Tomava a forma, estabelecida pelas mãos do colonizador, uma invenção portuguesa que dizimou e escravizou comunidades indígenas e que estabeleceu os modos de

ocupação por séculos, trouxe forçadamente homens e mulheres de outros locais do mundo para no seu âmbito usurpar a dignidade humana sob o manto legal da escravidão.

A ocupação deste território que, sobretudo, foi uma ação de apoderar-se sobre o outro, refletiu na vida da região por todo o período e ainda reflete na contemporaneidade, como pode ser notado pelo legado entranhado nas diversas cidades que hoje compõem a região, um espólio patrimonial diverso, além dos sinais evidentes nos corpos e mentes do seu povo. O Recôncavo não é apenas uma região geográfica, não é apenas o fundo da baía de Todos os Santos, mas foi, essencialmente, a materialização territorial de um projeto político e econômico instituído por Portugal e por seu sistema colonial.

3.1 NASCE UMA CIDADE – FORMAÇÃO DE SANTO AMARO (SÉCULO XVI – SÉCULO XIX)

Nominalmente, o município de Santo Amaro é igualmente conhecido por Santo Amaro da Purificação. Essa designação ficou estabelecida nos primórdios formativos do atual município, oriundo da antiga freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Sergipe do Conde. Entretanto, é recorrente que o nome oficial e o acréscimo designativo extralegal se confundam e sejam compreendidos com uma junção dos nomes de duas das igrejas existentes na cidade na contemporaneidade, a de Santo Amaro, considerada a primeira a ser edificada na localidade em terras que seriam da Ordem Beneditina, e a de Nossa Senhora da Purificação, construída posteriormente, e que se tornou padroeira da igreja matriz da cidade.

A origem formativa destas capelas reside nas primeiras ocupações da região. As vilas eram concebidas e localizadas estrategicamente em áreas de escoamento junto a rios navegáveis, e mesmo antes de serem erguidas à sede de formações urbanas, já se constituíam em centros interiores (engenhos, povoados, sedes de freguesias, etc.). A historiografia produzida por alguns dos memorialistas locais, como Herundino da Costa Leal (1964), Pedro Tomás Pedreira (1977), Clóvis Amorim (1967) e Zilda Paim (1974), apontam que a edificação desses espaços sacros estaria ligada às ordens religiosas, como os beneditinos e os jesuítas, que teriam ocupado a região. Entretanto, os autores não apresentam as fontes utilizadas para construção historiográfica das suas produções textuais. Neste sentido, revisei os documentos de formação colonial, explicitando a influência das ordens beneditina e jesuíta, como também

dos engenhos particulares no processo formativo do povoamento, vila e, posteriormente, cidade de Santo Amaro, refletindo sobre a formação de um patrimônio local baseado na colonização.

Inicialmente, evidencio que o uso do nome e do cognome do município têm de fato origem na presença das ordens religiosas na gênese da colonização das terras que hoje formam o município de Santo Amaro, mas que não ocorreram como ocupações de povoamento. É importante ressaltar que as organizações religiosas foram essenciais para os intentos do projeto colonial português no Brasil e em toda América Latina, promovendo o desenvolvimento dos diversos povoados, elevados à vilas e cidades, e inclusive “batizando” as ocupações com nomes de santos e devoções cristãs, como revela o arquiteto e pesquisador brasileiro Murillo Marx:

No Brasil colônia, uma das formas recorrentes de formação de povoados era a partir da doação de terras por um morador, ou conjunto de moradores, ao patrimônio de um santo de devoção da Igreja Católica. Estas terras cedidas passavam a constituir um bem sagrado e sobre elas poderia ser erguida uma capela, proporcionando a formação e expansão de um povoado, e determinando, sobretudo, legitimidade à terra, conforme as ordenações eclesiásticas. À medida que o povoado se desenvolvesse este poderia adquirir o estatuto de freguesia. Quando a freguesia era elevada ao estatuto de vila, a delimitação do *rossio* e do termo eram fundamentais na ocupação do território e na definição do espaço urbano, distinto do rural. Da mesma maneira, são importantes as relações que este urbano estabelece com o rural e o papel de cada núcleo urbano numa rede regional hierarquizada de povoados, freguesias, vilas e cidades. (MARX apud SALGADO; PEREIRA, 2017, p. 18).

A colonização do Recôncavo expôs a importância da fundação de povoados, freguesias e vilas para o sucesso do plano português de ocupação e exploração das terras do interior após o estabelecimento da cidade de Salvador. Deste processo, afirmo que a formação do atual município de Santo Amaro está ligada ao avanço da apropriação territorial do meio rural na costa da Baía de Todos os Santos ainda no século XVI. Em 1560, as terras nas proximidades da cidade de Salvador para além de São Tomé de Paripe, região na costa noroeste da cidade, já haviam sido ocupadas por alguns engenhos. Deste ponto buscou-se alcançar as terras mais ao fundo da Baía, estabelecendo a política expansionista da Coroa que ensejava o retorno financeiro com as culturas a serem implementadas e que também abasteceriam a nova cidade.

Para penetrar no Recôncavo, foi necessário aprofundar o massacre indígena na região, criando uma “pacificação” que viabilizaria proceder com a doação das terras para os primeiros colonos. O *modus operandi* estabelecido na Baía de Todos os Santos pelo Governo Geral desenhava, aos poucos, uma nova cartografia dos limites dos domínios da colônia e permitiu, no seu transcurso, a criação de povoações e embriões de núcleos urbanos nessas áreas. Foram

as sesmarias de cunho particular que estabeleceram a configuração territorial da ocupação do entorno da Baía por cerca de duzentos anos.

Muitos dos engenhos criados em decorrência deste processo de divisão permaneceram em funcionamento até o século XIX, tornando-se a característica principal do povoamento do Recôncavo. Intencionados a formar núcleos populacionais, geralmente a serem criados em torno de capelas pequenas, isoladas e humildes, como cita Mattoso (1992, p. 36). A proximidade dos rios também era uma característica fundamental, preponderantemente avalizada para a instalação desses núcleos, devido à grande necessidade de uso da água para a sobrevivência, e no caso em específico, para a produção de açúcar, bem como a natural condição de acesso à baía e, assim, diretamente à Salvador, como aponta Schwartz:

[...] em 1572, a distribuição geográfica da produção açucareira na Bahia já assumira sua forma definitiva. Embora houvesse engenhos em toda a baía, eles se concentravam no litoral a norte e oeste ou ao longo dos numerosos rios de pequeno porte tributários da baía. O rio Paraguaçu, de proporções maiores, abrigava vários engenhos; contudo as terras do sul do Recôncavo eram arenosas ou acidentadas demais para a cana-de-açúcar. Em 1570 havia dezoito engenhos na Bahia. Por volta de 1590 esse número já quase triplicara, ficando entre quarenta e cinquenta; a capitania assumira seu lugar como importante produtora de açúcar, ao lado da de Pernambuco, ainda próspera. (SCHWARTZ, 1988, p. 35).

Schwartz também explicita que estes espaços foram gerando ocupações territoriais mais heterogêneas, com a formação de novas vilas e cidades pelo interior, com intensa participação da Igreja Católica:

A partir da base de Salvador, os santos e os engenhos caracterizavam a colonização da capitania. A primeira paróquia da cidade, Nossa Senhora da Vitória, foi criada em 1549 e logo em seguida pela fundação da Sé, em 1556 [...]. Quando, na década de 1560, povoados começaram a desenvolver-se no Recôncavo, com uma população fixa instalada nas imediações dos engenhos, a Igreja reconheceu essa realidade através da criação de paróquias distintas. (SCHWARTZ, 1988, p. 81).

É importante salientar que as sesmarias do Recôncavo assumiram um perfil bastante “abrasileirado”, se caracterizando por estabelecer ocupações de dimensões dilatadas e, até certo ponto, incontrolláveis, como verdadeiros latifúndios, em muito semelhante às grandes capitanias, conforme admite Tavares (2006, p. 84-85). Nessas terras o colono – ou sesmeiro – deveria priorizar, sobretudo, a formação de estruturas visando a plantação e transformação da cana-de-açúcar, algo que já se previa desde o governo de Tomé de Souza, onde foi estabelecido um regramento para concessão de terras, obrigando-os a apresentarem “condições de equipar um engenho no prazo de três anos”, sob a premissa de neles edificarem torres ou casas fortes

necessárias à defesa contra o gentio, detalhes apontados por Schwartz (1988, p. 35). Essa condição estabelecida para suportar os custos de manutenção e produção de um engenho foi a característica assinalada por Schwartz (1988) e Tavares (2006) para estabelecer o fim das capitanias.

Em linhas gerais, o surgimento do povoamento no território da atual Santo Amaro ascende da concessão de uma grande sesmaria em 1559, na região que hoje compreende além do próprio município, os de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Saubara. A realização deste ato expresse do expansionismo territorial português foi cometida pelo então Governador Geral, Mem de Sá, que doou a sesmaria ao oficial lusitano Fernão Rodrigues Castelobranco, que à época sequer vivia na colônia. Schwartz (1988, p. 394) aponta que as terras da sesmaria recobriam cerca de “[...] duas léguas ao longo da costa por quatro léguas em direção ao interior [...]” e incluíam “[...] com expressa finalidade a construção de um engenho [...]”. Posteriormente nesta região foi estabelecido, o Engenho Real de Sergipe, ou apenas Engenho Sergipe, ao qual certamente tenha sido o maior Engenho da região no período.

A denominação do Engenho fora estabelecida em decorrência do rio que margeia suas terras. Hoje as suas ruínas estão circunscritas no município de Santo Amaro, e o antigo rio tem o nome de Subaé. Sua sede fica nas proximidades da antiga entrada da cidade, conexo à atual região da Caieira, onde aportavam os vapores que chegavam a Santo Amaro.

Construído em 1563, o Engenho Sergipe, peculiarmente, e por mais estranho que possa parecer, era de propriedade do governador Mem de Sá, pois apenas um ano após a doação feita ao oficial Castelobranco, o então sesmeiro, doou a sesmaria recebida a Francisco de Sá, um dos filhos do Governador Geral, que também não habitava a colônia³⁵. A análise estabelecida por Schwartz sobre o caso nos impõe que as transações realizadas por Mem de Sá apontavam para a ilegalidade dessas ações, sob o ponto de vista do código que regulava a distribuição de sesmarias, no que tange a doação das terras coloniais, pois eram exigidos, por parte do receptor, residência no local onde foram concedidas e que não poderiam ser transferidas ou alienadas no período de três anos, após a doação original (SCHWARTZ, 1988, p. 394). Peremptoriamente, o então governador geral estava desenvolvendo, de fato, um plano de expansão territorial imprescindível para a Coroa Portuguesa, mas ao mesmo tempo, erigia na Colônia o seu patrimônio particular e de sua família.

³⁵ Conforme relata Schwartz (1988, p. 394) é provável que o oficial Castelobranco e Francisco de Sá nunca tenham pisado em terras brasileiras.

A morte de Mem de Sá quase dez anos após a construção do engenho fez com que as terras fossem diretamente entregues ao controle de seu filho Francisco de Sá, haja vista que o primogênito que veio ao Brasil junto com o pai, havia sido morto em combate com os indígenas, anos antes. Entretanto, Francisco também morreu em Portugal, apenas oito meses após Mem de Sá, sem deixar nenhum legatário direto. Legitimamente, o Engenho Sergipe fora adjudicado a única descendente viva do antigo Governador, a sua filha Felipa de Sá. Cortejada a partir daquele momento, pela vultuosidade do patrimônio legado a ela, Felipa casou-se em 1573 com dom Fernando de Noronha, herdeiro do título de Conde de Linhares. O matrimônio soleniza a posse sobre o engenho Sergipe que passa a ser compartilhada pelo casal, assim como todo o espólio de Mem de Sá.

Estabelecia-se, com a efetivação dessa união, uma nova alcunha para o Engenho, que viria a torná-lo conhecido como Engenho Sergipe do Conde, nome ao qual permanece popular até a atualidade, mesmo em ruínas. O direito sobre as terras do engenho permaneceu por cerca de quarenta anos sob a posse do casal, entre os anos de 1576 e 1618, sendo diretamente gerenciados por administradores vindos de Portugal. Por conta de diversos ataques indígenas e pelo absenteísmo dos proprietários, os gerentes que estiveram à frente do Engenho venderam partes das terras, como afirma Schwartz (1988, p. 395).

As terras do Engenho Sergipe foram substancialmente sendo desmembradas ao longo de sua existência. Parte das terras foram sendo vendidas ou cedidas a particulares, sempre com uma contrapartida do sesmeiro. Outra parte havia sido alienada a ordens religioso-cristãs, como os beneditinos, que contribuíram largamente para o avanço da colonização de Salvador e do Recôncavo, tanto religiosamente na doutrinação dos indígenas, como economicamente, através da criação e gestão de engenhos. Ressalta-se também, nesse contexto, a efetiva participação dos jesuítas no processo de ocupação do próprio Engenho. É factual que ambas ordens coexistiram no âmbito da colônia, substancialmente para angariar “almas” e gerar renda em benefício próprio, mas que, sobretudo, se caracterizaram por instituir atributos simbólicos ao processo colonial no Recôncavo que reverberam até a contemporaneidade. Alguns indicativos sobre esse simbolismo foram percebidos no transcorrer da pesquisa, como no nome e cognome do município, mas que inicialmente não estavam revelados, mesmo que evidentes, no meu contato inicial com a historicidade da região.

Decerto que o desmembramento das terras do Engenho teve impacto capital na formação do povoamento originário do município de Santo Amaro, como aponta o memorialista santoamarense Pedro Tomás Pedreira (1977). É consensual, entre a produção de

outros memorialistas santamarenses, que a Ordem Beneditina teria desenvolvido papel estruturante na formação do povoamento, o que posteriormente levaria a criação da Vila de Santo Amaro.

A ordem jesuíta também chegou ao Brasil no século XVI, auxiliando os governos gerais a penetrar o Recôncavo, catequisar as comunidades originárias e na formação da mão-de-obra escravizada. Segundo o professor e historiador Fabrício Lyrio Santos (2007) há poucas informações sobre o trabalho dos missionários dos jesuítas no Recôncavo, “[...] salvo que a organização de aldeamentos para a catequese indígena seguia de perto as guerras de extermínio e a escravização” (SANTOS, 2007, p. 31). Como exemplo, o Seminário de Belém foi fundado pelo Padre Alexandre de Gusmão no termo da vila da Cachoeira, em 1686, e que funcionava como um colégio interno secundário, com o objetivo de dispensar uma formação humanitária, visando formar bons cristãos.

3.2 QUAL CULPA CARREGAM OS BENEDITINOS?

A presença de diversas sesmarias no território do Recôncavo foi característica do momento de transição para o século XVII. Em Santo Amaro, não foi diferente, como demonstra o levantamento das unidades territoriais evidenciado por Pedreira (1977):

No território que hoje constitui o município de Santo Amaro, ainda outras sesmarias foram concedidas: em 23 de janeiro de 1573 ao Governador Geral, D. Luis de Brito e Almeida; outra, no mesmo ano, a Antonio Dias Adôrno (margens do rio Traripe); em 13 de junho de 1609, aos irmãos Luiz Vaz de Paiva e Manoel Nunes de Paiva; em 7 de outubro de 1612, ‘uma legoa em quadra em Seregipe do Conde e rio Traripe até o Jacuhipé’, a Simão de Almeida; em 1670, ‘das sortes de terras’, pelos Jesuítas do Colegio de Santo Antão de Lisboa, aos Beneditinos. (PEDREIRA, 1977, p. 8).

Pedreira apresenta um relato indicando que até a formação da Vila de Santo Amaro no século XVIII, parte das terras santamarenses estiveram sob o domínio dos beneditinos e dos jesuítas (1977, p. 8). Segundo ele, os beneditinos teriam sido os primeiros a ocupar a região, em 1602, adquirindo as terras de Gonçalo Alves³⁶, um monge da mesma ordem, que havia arrematado, anteriormente, dos herdeiros de Mem de Sá. Pedreira afirma que este teria sido o primeiro desmembramento do Engenho do Conde, e o caracterizou como o primeiro passo

³⁶ O sobrenome do monge beneditino aparece grafado de formas diferentes: Anes, Enes e Alves. Optei por usar Alves.

formativo da vila de Santo Amaro, consolidado através da construção de uma capela³⁷ em homenagem ao santo beneditino nessas terras:

Ainda pertencente a Dona Felipa de Sá, a sesmaria começou a ser desmembrada, sendo que o primeiro desmembramento ocorrido foi em 22 de novembro de 1602, vendidas nessa data a Gonçalo Alves, pelo Procurador da Condessa de Linhares, Francisco Negreiros, ‘quatrocentas braças de terra em quadra’, por 640\$000 réis, nas proximidades do rio Pitinga e do atual Subaé, alienadas aos Monges Beneditinos da Bahia, em 26 de março de 1607, pela quantia de 680\$000 réis, onde estes, em 1667, construíram a pequena igreja dedicada ao Abade Santo Amaro. [...] em tais terras formou-se a povoação que originou, em 1727, a Vila de Santo Amaro. (PEDREIRA, 1977, p. 8).

A referida capela ainda resiste em Santo Amaro, atualmente localizada na entrada do bairro do Trapiche de Baixo, próximo à estrada que liga o município à cidade de Cachoeira, denominada como Igreja de Santa Luzia. As afirmações sobre a capela publicadas por Pedro Tomás Pedreira serviram de fonte documental para a pesquisa histórica desenvolvida na produção do “Inventário de Proteção do Acervo Cultural”³⁸ (IPAC, 1982) realizado entre as décadas de 1970 e 1980 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em parceria com a Secretária de Planejamento, ambos órgãos do Governo do Estado da Bahia. Em sua ficha (Nº 32.117 – 1.0 - I 006) referente à Capela de Santo Amaro, é evidenciado um histórico arquitetônico onde a referida capela teria sua origem ligada aos monges beneditinos, influenciado pelo texto de Pedreira (1977) como citado em suas referências. Ressalto que a localização da igreja é no sopé de uma colina encimada por um casarão antigo, denominado Solar Paraíso, ao qual consta também neste relatório (Nº 32.117 – 1.3 – I 011) que à época da sua aquisição no século XVIII por João Ferreira de Araújo, teria se dado diretamente com os beneditinos. Sobre essa edificação, que é protegida por tombamento Estadual – Decreto nº 33.252/1986 – na documentação do decreto de proteção, consta que era conjugada à capela do Abade Santo Amaro e que por “dificuldades financeiras” o proprietário não detinha recursos financeiros para realizar a manutenção da capela “[...] fazendo com que o levasse a doá-la a população de Santo Amaro” (PEDREIRA, 1977, p. 9).

³⁷ Essa edificação é considerada como a primeira igreja do município, e está localizada na entrada do bairro do Trapiche de Baixo, em Santo Amaro.

³⁸ Este inventário foi produzido pelo órgão na intenção de inventariar os bens edificados de relevância histórica para o Estado.

Figura 15 - Vista lateral da atual Igreja de Santo Amaro / Santa Luzia



Foto: Moari Castro R de O Alfredo, Santo Amaro - BA, Setembro, 2018

Figura 16 - Placa comemorativa da Igreja de Santo Amaro / Santa Luzia, citando a sua suposta origem beneditina.

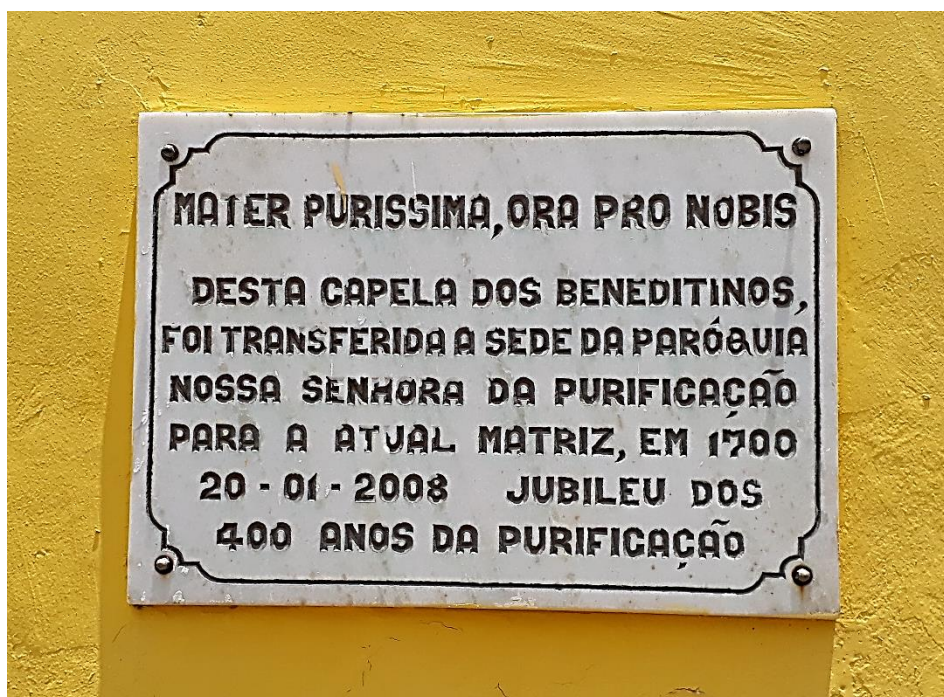


Foto: Moari Castro R de O Alfredo, Santo Amaro - BA, Setembro, 2018

A pesquisadora da ocupação beneditina no Brasil, Maria Herminia Olivera Hernández (2009), contraria o levantamento histórico produzido por Pedro Tomás Pedreira. Em sua pesquisa é afirmada a existência de uma ocupação da Ordem Beneditina em terras que de fato foram doadas pelo monge Gonçalo Alves, mas que a doação da propriedade teria ocorrido no ano de 1586, em local distinto do que fora apontado pelo memorialista santoamarense. As terras

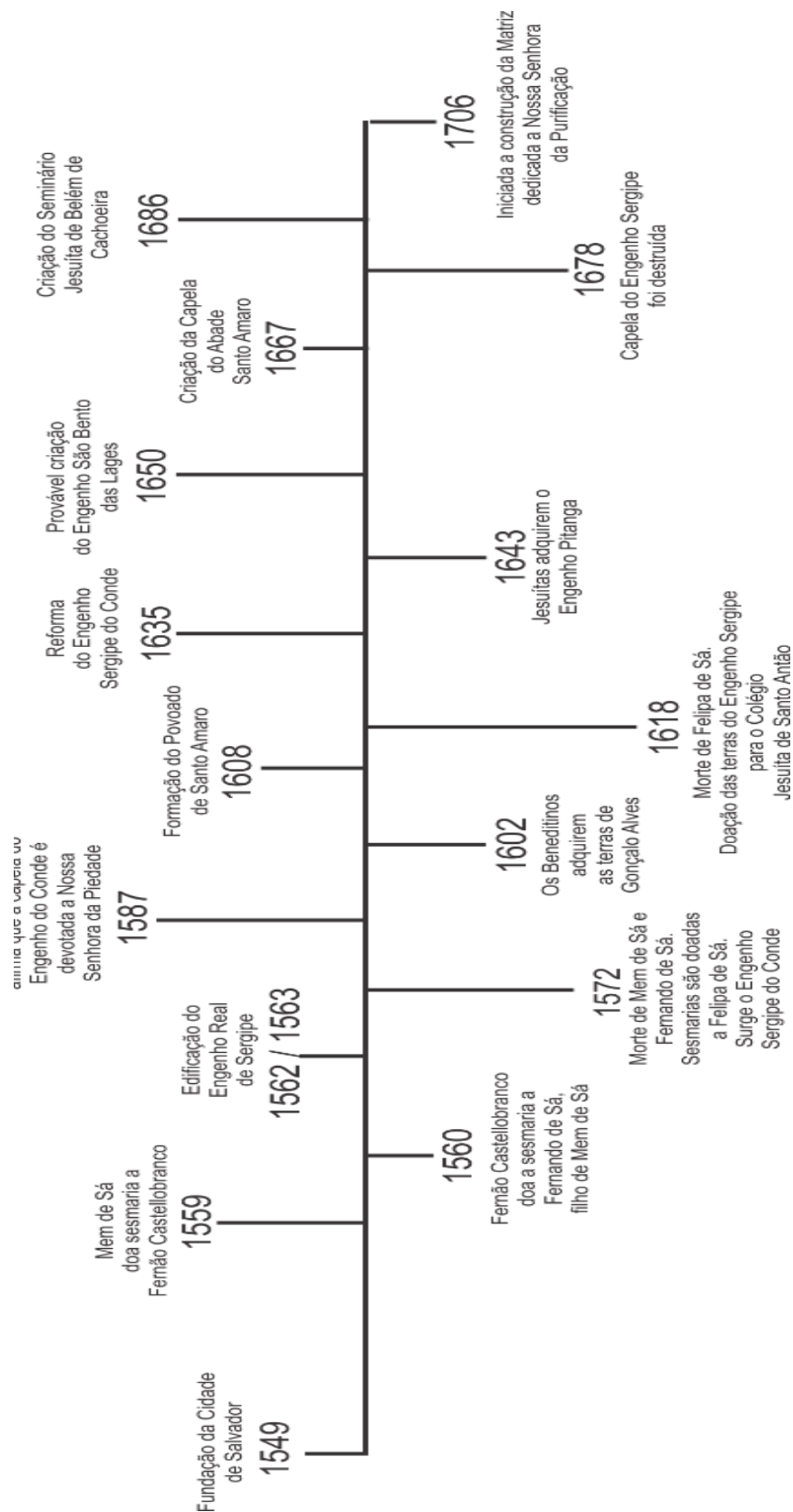
citadas por Hernández não fazem parte do atual município de Santo Amaro, pois seriam aquelas a qual o mosteiro de São Bento havia tomado posse mais ao sul, na região de Lages, atual município de São Francisco do Conde (OLIVERA HERNANDÉZ, 2009, p. 87-89). Segundo a pesquisadora (OLIVERA HERNANDÉZ, 2009, p. 88), as terras da região de Lages estavam na circunscrição do Engenho Sergipe e haviam sido posteriormente unidas à cerca de “400 braças em quadra”, adquiridas ao Conde Linhares em 1602 pelo mosteiro e a outras doadas por Catarina Alvarez, em 1640, que dariam forma a uma enorme propriedade beneditina ainda no século XVII. (OLIVERA HERNANDEZ, 2009, p. 285).

Olivera Hernández (2009) afirma que os beneditinos posteriormente criaram de fato um engenho nas terras adquiridas junto ao Engenho do Conde, sob a custódia do Padre Frei Paulo de Jesus, batizando-o com o nome de Engenho São Bento, que ficara conhecido como Engenho São Bento das Lages. É crível afirmar que os beneditinos ocuparam de fato a região de Lages ainda no século XVI, edificando uma capela e, em seguida erigindo o engenho, mas apenas no século XVII. Tal afirmação é embasada pelos relatos de Sousa (2010), apresentada no ano de 1587, onde se observa um indicativo de que já se havia construído uma capela beneditina na região próxima ao Engenho Sergipe do Conde:

Desta banda do engenho [Sergipe] até a barra do rio que podem ser duas léguas, não vive nenhum morador; por ser necessária a terra para o meneio do engenho, e por ter perto da barra uma ribeira, onde se pode fazer outro engenho muito bom; mas, da outra banda do rio, de cima até abaixo, está tudo povoado de muitas fazendas, com mui formosos canaviais, entre os quais está uma, que foi de Gonçalo Anes, que se meteu frade de São Bento, **onde os frades têm feito uma igreja do mesmo santo com seu recolhimento, onde dizem missa aos vizinho.** (SOUSA, 2010, p.145, grifos nossos).

É admissível afirmar que foi nessa região citada por Sousa (2010) que a capela beneditina foi edificada e que posteriormente o Engenho de São Bento das Lages foi construído, muito provavelmente por volta de 1650, como revela Olivera Hernández (2009, p. 89). Nesse sentido, conforme o relato sobre a capela foi realizado em 1587, supõe-se que a edificação possa ter sido erigida, de fato, em momento anterior ao Engenho, como concorda Olivera Hernández (2009, p. 91). Pela datação estabelecida para a construção da capela de Lages e compreendendo que a teoria instituída por Pedreira sobre a criação de uma Capela em Santo Amaro pelos beneditinos se dá apenas em 1667, entendo que há fragilidade nas afirmações do memorialista santamarense e que, sobretudo, não estão embasadas em princípios metodológicos que considere o uso das fontes históricas para estabelecer tal afirmação, e como podem ser notadas na linha temporal a seguir:

Quadro 1 - Linha temporal do processo de formação da cidade de Santo Amaro



Fonte: Moari Castro R de O Alfredo com base nos referenciais apresentados por Sousa (2010), Tavares (2006), Pedreira (1977) e Olivera Hernandez (2009) , 2017

O Engenho São Bento das Lages foi cedido para construção da Escola Imperial Agrícola no século XIX, para criação do primeiro centro de ensino brasileiro para a formação de profissionais nesta área. O arqueólogo e pesquisador alemão Carlos Ott (1996), em sua publicação sobre o povoamento do recôncavo baiano pelos engenhos, reafirma que o Engenho São Bento nasceu da doação das terras de Gonçalo Alves aos beneditinos na região de Lages.

A ligação entre a ocupação beneditina em Lages e o povoamento que viria a se tornar Vila de Santo Amaro é desconexa. Não há indicativos de que realmente tenha ocorrido, pelo menos não nas terras onde foi realizada a construção da capela de Santo Amaro em 1667. Neste sentido, na contramão da historiografia oficializada pelos memorialistas santamarenses, Ott (1996) aponta que a referida capela não teria a sua origem vinculada a essa Ordem, mas com um antigo engenho que nominalmente homenageia o santo beneditino:

Neste Lugar estava funcionando o engenho Santo Amaro que, porém, não era dos beneditinos como se poderia pensar devido ao padroeiro, Santo da dita Ordem, mas sim pertenceu a **João de Aguiar Vilas Boas**; e foi ele quem construiu esta igreja mais antiga da cidade de Santo Amaro que possui em cima da portada a data de 1667. Não foram, pois, os beneditinos que construíram esta igreja, como afirmou Pedro Tomas Pedreira; nem se pode afirmar, devido ao arco interrompido, aí aplicado na sua portada que foi Frei Macário de São João, o arquiteto beneditino quem o desenhou, porque aplicou este tipo de arco em São Bento, como quer Dom Clemente da Silva-Nigra. Entretanto, esse arco interrompido constava de qualquer manual de arquitetura daquele tempo e foi aplicado, no mesmo temo, na prefeitura da cidade de Salvador e na igreja dos jesuítas (hoje catedral) no Terreiro de Jesus. As duas portas laterais junto a principal da fachada hoje existentes nesta igreja de Santo Amaro, provavelmente nasceram de janelas existentes de ambos os lados da portada, característico das igrejas do recôncavo baiano, juntamente com duas janelas na parte superior da fachada, pois na segunda parte do século XVII, como encontraremos em páginas seguintes exemplos de frontispícios de ambos os tipos. O acréscimo das torres e das duas naves laterais nesta igreja de Santo Amaro é de tempos posteriores. (OTT, 1996, p. 45, grifo nosso).

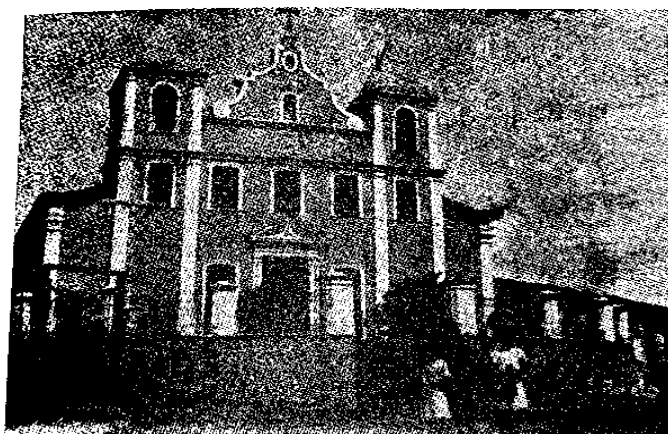
Especialmente essa sesmaria não é mencionada no relato descritivo dos memorialistas locais, muito menos a existência do Engenho Santo Amaro fora citada em alguma obra. Contudo, a existência de ocupação na região pelo referido proprietário pode ser comprovada na “Carta de Sesmaria”, republicada pela Biblioteca Nacional no livro de “Documentos Históricos” em 1934³⁹. Tal documento versa sobre as provisões, patentes, alvarás, sesmarias emitidas entre 1670 e 1672, onde está apontada a solicitação de ampliação de uma antiga

³⁹ BNDIGITAL. *Documentos Históricos*. p. 103. VOL. XXIV. Provisões, Patentes, Alvarás, Sesmarias, Mandados, etc. Registro de uma petição de João de Aguiar Villas-Boas e Bartholomeu Soares e de sua carta de sesmaria.

propriedade concedida anteriormente a João de Aguiar Villas-Boas e Bartholomeu Soares na Freguesia de Sergipe do Conde, onde o primeiro teria um engenho de açúcar.

Tal afirmação permite-nos assegurar que o Engenho Santo Amaro, provavelmente, tenha sido erigido nos primeiros 50 anos do século XVII. Ademais, o nome do sesmeiro acima referenciado, aparece em mais um documento que trata sobre um estudo genealógico da Casa da Torre publicado pelos “Anais da Biblioteca Nacional”⁴⁰ em 1926, onde é referenciado como “[...] senhor do engenho Santo Amaro de Sergipe do Conde”. O político e historiador santamarense José Wanderley de Araújo Pinho em sua célebre obra sobre o Engenho Freguesia, localizado no município de Candeias – BA, também menciona a existência do Engenho Santo Amaro, condicionando a existência dessa capela de forma contígua à existência do engenho.

Figura 17 - Fotografia da capela do antigo Engenho Santo Amaro, com referência à sua criação.



*Capela do antigo “Engenho Santo Amaro”, hoje
Cidade de Santo Amaro, em cuja portada está
inscrita a data de 1667.*

(Gentileza de Armando Leonardo Pereira)

Fonte: Retirado de “História de um Engenho do Recôncavo”, Wanderley Pinho, 1982.

Deste modo, a compreensão sobre o processo formativo da região da atual Santo Amaro, em específico da edificação do primeiro centro religioso local, que considere a origem da ocupação através dos beneditinos não é demonstrada pelas fontes históricas levantadas. É crível que haja uma distorção sobre a procedência dessas ocupações construídas, sobretudo pelos memorialistas. Deste modo, o cruzamento das fontes documentais com a produção textual existente me auxiliou a estabelecer uma lógica organizativa sobre a criação da vila de Santo

⁴⁰ BNDIGITAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Ed.48. v. XLVIII. p.312. Rio de Janeiro. 1926

Amaro, construção deveras importante para esse trabalho, pois ampara uma possível leitura sobre os marcos visuais e históricos instituídos na malha urbana da atual cidade. A presença de informações textuais, assim como a comunicação visual sobre o patrimônio edificado ligado à colonização da região existente hoje, constitui uma narrativa patrimonial errônea sobre tais marcos, como apresentarei mais à frente.

Excetuado essa questão, Stuart Schwartz (1988) afirma que a ocupação portuguesa nas terras de Santo Amaro ocorreu em 1608, onde se formara um pequeno povoado na região. De fato, não se sabe qual o nome o povoado adotou nesse período, mas a ocupação aconteceu categoricamente pelas excelentes condições, pois os colonos encontraram um “excelente solo e madeira em abundância”, fixando-se ali os princípios da instituição da Vila de Santo Amaro, fundação que só iria se efetivar em 1727 (SCHWARTZ, 1988, p. 89-90). É importante salientar que a vila de São Francisco do Conde foi a primeira a ser criada, como afirma Tavares (2006, p. 155) por decorrência das feiras semanais que eram realizadas no entorno da capela do Engenho Sergipe.

De fato, pode-se afirmar que a denominação da Vila de Santo Amaro de Nossa Senhora da Purificação, nome estabelecido no momento da sua fundação, é constituída pelo nome da capela/engenho de Santo Amaro, um santo beneditino, mas que não teria relação originada com a ordem religiosa. Observaremos mais à frente que o aparecimento do cognome ligado à Nossa Senhora da Purificação é retirado da oficialidade, mas que está estritamente ligado à capela existente no Engenho Sergipe do Conde e aos jesuítas da Ordem do Colégio de Santo Antônio de Lisboa que o ocuparam após a morte de Felipa de Sá em 1618. A junção destas denominações que “batizaram” a Vila podem ser explicadas pela força religiosa dos jesuítas, que ao subirem o rio e adentrarem a ocupação denominada como “várzea de Santo Amaro” instituíram a vila baseada na religiosidade. Sobre tal questão, faz-se necessário explicar a estruturação da ordem nesse contexto formativo.

3.3 OS JESUÍTAS E O CASO DA CAPELA DO ROSÁRIO

Diferentemente da ordem de São Bento que ocupou a região de Lages e precisou edificar seus bens, os jesuítas encontraram um amplo Engenho, muito bem estruturado⁴¹ para ocupar

⁴¹ A posse do Colégio lisboeta sobre a propriedade só ocorreu no século XVIII, após intensa disputa com o Colégio Jesuíta da Bahia e com a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Tal contenda decorre do processo de partilha do espólio da Condessa, pois Mem de Sá havia deixado em testamento parte dos seus bens para a os Jesuítas da Bahia.

aquela região. Eles receberam uma unidade colonial tradicional, formada por edificações como a casa-grande, capela, senzala e por uma “fábrica de açúcar” como cita Schwartz (1988, p. 98). Sobre esse tema, o antropólogo Gilberto Freyre ao analisar a sociedade colonial brasileira, definiu que a “capela de engenho” estabeleceu uma das expressões singulares da colonização, instituindo uma caracterização arquitetônico-religiosa brasileira extremamente comum, ao invés de erigirem catedrais ou igrejas isoladas, como foi feito em Portugal (FREYRE, 2006, p. 271). Seria a capela rural, uma das principais ferramentas da colonização para a catequização dos habitantes originários dessas terras, sacralizando o local onde seriam realizadas as ações de conversão religiosa, e que eram dedicadas a um padroeiro que estivesse ligado pela fé à ordem ou a devoção do dono do engenho particular.

Neste sentido, a capela do Engenho Sergipe do Conde tem origem provável no momento da sua construção inicial. A maioria dos autores que abordam o tema (SCHWARTZ, 1988; OLIVERA HERNANDÉZ, 2009; PEDREIRA, 1977; LEAL, 1964) apontam que a capela, desde sempre, fora devotada à invocação de Nossa Senhora da Purificação. Schwartz (1988) aponta a existência da capela com tal devoção e que assim permaneceu até 1722, quando foi erigida uma nova paróquia na região de Santo Amaro (1988, p. 413). Olivera Hernández (2009) citando um documento da época, assegura que o Engenho Sergipe, quando ocupado pelos jesuítas, foi reformado em 1635 e que seria admissível que a ordem tenha mudado a invocação:

O Engenho de Sergipe com sua levada, com as suas casas, com os seus utensílios, com os seus canaviais na Grande Patatiba, Acupe e Sergipe, com seu alambique de aguardente, pessoal e organização, era melhor que qualquer outro Engenho da Baía em tudo. Dizia Estevão Pereira. Isso em 1635. **Renovou-se sem dúvida, construíram-se e reconstruíram-se casas, e até a sua igreja primitivamente de N^a S^a da Purificação, se deve ter refeito, mudado de orago, como era hábito comum, canônico, ao erigir-se alguma Igreja ou Capela nova.** E dava-se geralmente a invocação que a Piedade popular no momento mais distinguia. (OLIVERA HERNANDEZ, 2009, p. 403, grifos nossos).

Pedreira (1977) reafirma que a capela fora construída sobre a referida invocação e justifica sua declaração apresentando relatos do frei Agostinho de Santa Maria, ao passo que relatava a devoção dos primeiros proprietários e os objetivos para sua edificação:

No seu engenho hua Ermida, & como ele era devotíssimo dos primeiros Padres da Companhia que passarão ao Brasil... mandaria alguns desses padres a conversão dos gentios, e eles lhe darião o arbítrio de que se levantasse no seo mesmo Engenho, que já o teria feyto, huma Igreja para nella se dar o Baptismo aos Indios e se lhes fazer Doutrina [...] nesta mesma Igreja, dizem

A ordem baiana de fato ocupou as dependências do Engenho após a morte de Felipa, o que naturalmente criou um imbróglcio entra as instituições irmãs.

alguns que colocara logo em seus princípios huma Devotissima Imagem da Mãe de Deos pelos primeiros Padres que forão á redução e conversão dos gentios, com o título de Purificação. (SANTA MARIA apud PEDREIRA, 1977, p. 8-9).

Contrariamente, Sousa (2010) afirma que em 1587 a devoção da capela seria dedicada à Nossa Senhora da Piedade. Como estas são invocações iconográficas distintas, considero possível que, em algum momento, possa ter havido uma mudança das padroeiras da capela, ou apenas houve um erro de leitura por parte de Sousa sobre a invocação:

Descendo por este esteiro abaixo, légua e meia sobre a mão direita, está situado o afamado engenho de Mem de Sá, que agora é do Conde de Linhares, seu genro, o qual está mui fabricado de casa forte e de purgar, com grande máquina de escravos e outras benfeitorias, com uma igreja de Nossa Senhora da Piedade. (SOUSA, 2010, p. 145).

Saliento, entretanto, a existência de um outro Engenho dedicado à Nossa Senhora da Purificação, na região de Acupe, distrito ao sul de Santo Amaro. As informações sobre esta propriedade estão apresentadas na escritura de venda que fez Francisco de Negreiros, representante dos Conde e Condessa de Linhares, a Luiz Machado no livro de “Tombo das terras” pertencentes à Igreja de Santo Antônio republicado pela Biblioteca Nacional em 1943⁴². Recorrentemente as ações administrativas realizadas por Negreiros consideram a utilização desta propriedade. Segundo a fonte consultada, este engenho estaria localizado “[...] numa ponta de terra no rio do Acú”, muito próximo às terras do Engenho Sergipe, e teria sido adquirido em 1602. Sua existência não é considerada na formação da cidade e pode ser confundida com a propriedade do Engenho Sergipe, numa referência ao padroeiro.

É factual que em algum período entre o final do século XVII e início do século XVIII, os jesuítas subiram o rio Sergipe e estabeleceram uma nova ocupação religiosa na região da atual Santo Amaro. Todavia, não há como precisar o período da chegada da Ordem, haja vista, a existência de relatos de presença jesuíta nessa área já no século XVI, como veremos mais à frente.

A distância entre as terras do Engenho Sergipe do Conde e a ocupação da várzea de Santo Amaro é de cerca de dois quilômetros, e são conectadas facilmente pela via fluvial. Os motivos que levaram a tal modificação, contudo, são controversos. Um documento publicado nos “Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” em 1909⁴³ apresenta uma relação de

⁴² BNDIGITAL. *Documentos Históricos*. p. 182. VOL. LXI. • Tombo das terras pertencentes a' Igreja de Santo Antônio da Companhia de I.H.S. Bahia — Livro V.' CIA. DE JESUS - BAHIA - 1727 - TOMO 2.

⁴³ BNDIGITAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Ed.31. v. XXI. p.201. Rio de Janeiro. 1909.

informações sobre o ordenamento da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Recôncavo da Bahia em 1757, sua autoria é atribuída ao vigário José Nogueira da Silva. Nesse momento, a citada freguesia faria parte da Vila de Santo Amaro. Neste documento está sinalizado que no ano de 1704, a igreja de Nossa Senhora da Purificação de Sergipe do Conde teria sido transferida das terras do Engenho para a região denominada Patatiba⁴⁴. O argumento exposto pelo vigário não era específico sobre os motivos da mudança, afirmando exclusivamente que o “sítio não era conveniente” para continuar abrigando a capela, como pode ser aferido no trecho abaixo:

Teve essa freguesia a sua primeira Igreja Matriz no sitio do Engenho do Conde de Linhares fundado na margem do Rio Sergipe e por esta razão se intitulava naquelle tempo com o nome de N. Senhora da Purificação de Sergipe do Conde, e como o dito sitio não era conveniente, no anno de 1704, meya legoa rio acima se fundou nova Matriz em hu sitio chamado S.^{to} Amaro por haver nelle húa capella consagrada ao mesmo Santo e húa pequena povoação de alguns visinhos; ficando a nova matriz distante da capella, tambem rio acima hum tiro de pessa. [...] Está fundada esta Matris quase no meyo do território, que compreende dentro dos seos limites, porque por três lados dista das extremas das freguesias com que confina duas legoas pouco mais ou menos, e do da extrema da freguesia de S. Gonçalo da Barra de Sergipe do Conde dista hua legoa; porque pela parte do Sul confina com a Freguezia de S. Domingo de Sambara. O território que em si compreende na distancia de duas legoas todo se intitula com o nome geral de Patatiba, suposto que cada sitio tenha seo nome particular com que se distinguem huns dos outros; neste continente ou paiz se achão oito Engenhos de fabrica açúcar, a saber dous do Collegio de S. to Antão da Cidade de Lisboa, hum chamado do Conde que por haver sido do Conde de Linhares de quem o dito Collegio o houve por legado ainda conserva o nome de Engenho Conde. (ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1909, p. 201).

A narrativa apresentada por Pedreira (1977, p. 15) sobre essa modificação assevera que a capela do Engenho Sergipe havia se arruinado em 1678, ou seja, cerca de vinte e seis anos antes da mudança relatada pelo Vigário. Para realizar a migração, Pedreira relata que os jesuítas não desejavam permanecer no local original, pois alegavam a existência “[...] de uma grande perturbação e encommodo espiritual e temporal”, e que por isto ambicionavam construir uma nova capela fora das terras do Engenho, em contraposição aos interesses do Vigário. O parecer para construção da nova igreja foi concedido pelo Mestre de Campo Roque Barreto que determinou edificar um novo templo às margens do rio Traripe dedicada à Nossa Senhora do

⁴⁴ Em suma, a região da Patatiba corresponde a região urbana da atual cidade de Santo Amaro como apontam Pedreira (1977), Leal (1964) e Amorim (1967)

Rosário. Segundo, Pedreira, esta capela funcionaria provisoriamente nas terras do engenho de mesmo nome, visando a edificação posterior de uma matriz.

Não há uma datação apontada para a edificação da capela e raras são as informações sobre o referido engenho. Entretanto, Ott (1996) considera a existência de um engenho denominado Rosário no século XIX na região de Santo Amaro, ao qual estaria situado nas proximidades “dos engenhos Pilar e Papagaio”. Não há informações pormenorizadas sobre a unidade, onde está citado apenas o registro realizado em fevereiro de 1859 pelo Major Francisco Pires de Carvalho juntamente com outros engenhos de sua propriedade, Pericoara, Catacumba e Passagem (1996, p. 46).

A origem jesuítica deste engenho, citada por Leal (1964) e Pedreira (1977), é controversa. Através do levantamento das possessões da referida Ordem no Recôncavo, Fabricio Lyrio Santos (2008) afirma que em 1759, período em que a foram expulsos do Brasil, eram em número de cinco os Engenhos da Companhia de Jesus na Bahia, dentre os quais não há informação sobre a propriedade de um Engenho do Rosário:

Sergipe do Conde, Petinga e Sant’Ana, pertencentes ao Colégio de Santo Antônio de Lisboa; Pitanga e Cotegipe, pertencentes ao Colégio da Bahia. O engenho da Petinga ficava perto do Sergipe do Conde e foi adquirido pelo Colégio de Santo Antônio em 1745. O da Pitanga foi adquirido pelo Colégio da Bahia em 1643 e o de Cotegipe havia sido doado testamentariamente ao Colégio, em 1755, pelo Coronel Antonio Álvares da Silva. Após a saída dos jesuítas, seus engenhos e demais propriedades foram levados a leilão. (SANTOS, 2008, p. 31).

Compreendo que seja factível que os jesuítas possam ter edificado a capela em terra alheia, apenas visando abrigar-se temporariamente durante o período de transição para uma nova sede. Contudo, creio ser essa hipótese pouco plausível, afinal os colégios jesuítas já possuíam terras muito próximas à localidade apontada pelos referidos autores. Leal (1964) afiança que os jesuítas realizaram a compra dessas terras. Tal afirmativa estaria relatada em um documento de escritura sobre a posse das terras no século XVII, e que, posteriormente, foi vendida por um membro da ordem para particulares, ademais, como pode ser notado no trecho abaixo, Leal ainda afirma que seria aquela a primeira ocupação do Recôncavo:

Numa escritura de venda passada pelo ano de 1700 ao Dr. José Pires de Carvalho Albuquerque por D. Ana Maria Franco Corte Real, filha ou neta do antigo navegador Corte Real, de um encapelado de Nossa Senhora do Rosário, hoje termo de Santo Amaro, consta que nos anos de 1600 e tantos, os jesuítas fundaram uma capela em louvor à virgem do Rosário para o que compraram terras à margem do rio Traripe, sendo esta Capela o primeiro estabelecimento no recôncavo da Bahia. Nesse mesmo local foi criado, conjuntamente, uma povoação por ser essa localidade bastante arejadas, seus oiteiros alcantilados,

a forma da pequena serra, deixando ao mesmo tempo, uma bacia coberta de relvas, por onde podia se estender um rico povoado. Dessas terras desprende-se imensas fontes em forma de grutas, dando nascências às cristalinas águas que se desprendem a deita sobre o Traripe com as suas voltas. Diz ainda aquela que de um lado dessa planície está um grande lago intermediário e frondosas árvores onde mil pássaros terrestres e aquático aí vem repousar e ar seus melodiosos cânticos em louvor à virgem do rosário. Em frente, talvez, à meia légua está o agradável rio Subaé, antiga habitação dos índios Abatirás, cobertas por suas frondosas matas, onde ainda não havia chegado a mão civilizadora do Europeu. (LEAL, 1964, p. 28)

É pouco provável que a capela tenha sido a primeira ocupação do Recôncavo. Em linhas gerais os jesuítas seguiam a linha de ocupação imposta pela força dos Governos Gerais, deste modo, suponho que tal afirmação tenha sido gerada por um desejo de afirmar uma suposta relevância histórica da colonização de Santo Amaro frente às outras cidades da região. Ademais, Pedreira relata um acontecimento extremamente peculiar sobre a capela. Este episódio estabelece um fato que apressaria a mudança, antes provisória, para uma nova sede na Villa:

Nessa capela (cujas ruínas podem ser vistas, ainda, a entrada da cidade, no Pilar), construída também pelos Jesuítas que aí possuíram o Engenho do Rosário, foi o vigário assassinado quando celebrava a Missa, ficando assim profanado o pequeno templo. Revoltando-se, os moradores do lugar resolveram transferir a sede da Freguezia para outro ponto (PEDREIRA, 1977, p. 10).

É fato que este discurso estabelecido pelos memorialistas citados está estabelecido pela existência de uma capela na localidade, e que até este momento continua a existir no local, resistindo a todas as intempéries. A citada capela, de hipotética origem jesuítica, e que supostamente fora construída no Engenho do Rosário está localizada às margens da BA-420, como afirma Pedreira (1977). Os motivos, os autores e a vítima desse relatado assassinato são desconhecidos pois, o memorialista não apresenta as fontes consultadas que os confirmem.

Atualmente a capela é apresentada por demarcações patrimoniais que foram instituídas pelo poder público municipal entre os anos de 2017 e 2018. No local está definida a posição de “marco zero” da ocupação da cidade de Santo Amaro, afirmando-se como o primeiro ponto de estruturação da urbanização da região do que viria se tornar o município. Há de se ressaltar, inclusive, a existência da datação de fundação da capela, remetendo ao ano de 1557, provavelmente abrigada pela informação apresentada na Enciclopédia dos Municípios brasileiros (IBGE, 1953, p. 303), que faz menção a esta data para criação do povoado de Santo Amaro. A capela e as informações relativas à sua referência podem ser observadas nas imagens a seguir (Figura 18 e Figura 19):

Figura 18 - Placa informativa sobre as supostas ruínas da capela do Rosário, às margens da BA-420



Foto: Moari Castro R. de O. Alfredo, Santo Amaro - BA, Agosto, 2018.

Figura 19 - Fotografia da entrada das supostas ruínas da capela do Rosário



Fonte: Acervo do CECULT, autor e data desconhecidos

As informações apresentadas pela Prefeitura de Santo Amaro são também avalizadas pelo IPHAN⁴⁵ e corroboram as indicações da formação da vila de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro apresentadas por Pedreira (1977) e Leal (1964) reafirmando a existência de sesmeiros e da criação da capela do Rosário nas margens do rio Traripe:

Ali viveram os primeiros colonizadores portugueses, entre eles o major João Ferreira de Araújo e membros da família Dias Adorno. Anos mais tarde, os jesuítas do Colégio de Santo Antônio de Lisboa se fixaram à margem do rio Traripe e fundaram uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Ao redor da capela e nas terras vizinhas cresceu o povoado. (HISTÓRIA, 2018).

O texto que versa sobre a relação da Freguesia de Santo Amaro da Purificação, escrita pelo Vigário José Nogueira da Silva não faz menção a esse incidente, e relata a transposição da capela de Nossa Senhora da Purificação do Engenho Sergipe do Conde diretamente para a matriz atual, mas cita a existência de uma capela de Nossa Senhora do Rosário no engenho Itapimirim, nas proximidades do rio Traripe. Sobre a existência de ocupação na capela do Rosário, a publicação “Memória sobre o Estado da Bahia”, de 1893, afirma que foi por volta do ano de 1630 que a capela teria sido fundada pelos jesuítas, em terras que pertenceram a Antonio Dias Adorno:

Uma escriptura de venda dos annos de 1700, diz que nos annos de 1630 e tantos os jesuítas fundaram uma capella de Nossa Senhora do Rosario á margem do Traripe, onde se estabeleceu uma povoação, a meia legua da qual corria o Subahé, antiga habitação dos indios Abatirás, coberta de frondosas mattas onde ainda não tinha chegado a mão civilizadora da Europa. Por dissensões particulares proprias d'aquellas epochas, irritaram-se os moradores da dita povoação contra seu sacerdote, e quando este celebrava a missa, d'uma das embarcações que estavam no rio fronteiro á capella dispararam uma arma que matou o padre, salpicando as paredes com o seu sangue. Por este crime ficou interdicta a capella, e isto trouxe a emigração do povo, que foi se estabelecer na margem do Subahé a ali construiu uma capella com a invocação de Nossa Senhora da Purificação, origem da actual cidade. Gabriel Soares, porém, escritor da maior fé, descrevendo estas regiões na sua obra pelos annos de 1584- 87,-diz quanto ao ponto em que devia estar a egrejinha do Rosario, o seguinte: ‘Entra a maré por este rio de Sergipe passando tres leguas onde se mette uma ribeira, que se diz Tarary (Traripe), onde esteve já um engenho que fez Antonio Dias Adorno, o qual se despovoou por lhe arrebentar um açude que lhe custou muito a fazer, pelo que está em mortorio, mas não estará muito tempo por ser a terra muito bôa e para se metter nella algum capital’ E', pois, admissivel, que pouco depois construissem alli os jesuitas a capella do Rosario de que fala a citada escriptura, mas a passagem da população dali para o Subahé, a fundação ahi da egreja da Purificação. (VIANNA, 1893, p. 35).

Segundo Pedreira, corroborado pelo relato acima, após a suposta morte do vigário os “[...] fregueses decidiram transferir a sede, ainda provisoriamente, para outro local” (1977, p.

⁴⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1833/>

11). A capela de Santo Amaro teria sido a opção para acolher as celebrações até construção de nova sede, mas que seria dedicada à antiga padroeira da capela do Engenho Sergipe. Segundo o Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia a construção da matriz de Nossa Senhora da Purificação foi iniciada em 1706, mas sua conclusão apenas aconteceu no final deste mesmo século.

A construção da Matriz demorou quase cem anos, durante o período, houve uma adaptação aos modismos de cada época. Ampliada em 1750, a igreja teve o seu interior, modificado durante a década de 1920, onde destacam-se os forros com pintura ilusionista da nave e transepto, dez painéis figurados de azulejo, o acervo de imagens e alfaías. Antes da finalização da igreja, o povoado de Santo Amaro tornou-se autônomo em relação a São Francisco do Conde em 1727, e se instituiu como Vila de Santo Amaro.

Neste contexto, os engenhos já estavam estabilizados na região. É notório que o açúcar moldou a sociedade do Recôncavo e de Santo Amaro. A formação da Villa ratificou a estruturação local para criar condições para florescimento da indústria da cana. Formava-se a “Nação da Cana”, expressão popular recorrentemente utilizada para referendar a cidade, à qual recorro às palavras do escritor santamarense Clóvis Amorim que, em 1967 publicou um pequeno livro sintetizando as bases da sociedade estruturada pelo colonialismo:

Já com seus salões iluminados a gás de acetilene, a cidade massapêzeira, mais se apurado no gosto e requintado no luxo, dançava a quadrilha nos saraus, tocava valsa ao piano, bebia chá da Índia, usava louça chinesa e prata lusitana. Trajada à moda, caprichava-se nas anquinhas e espartilhos, nos paletós de alpaca e calças de fustão, o trancelim de ouro no pescoço e a barba respeitável na cara, o brinco na orelha e a bengala flamenga na postura. Crescendo a toques de caixa de açúcar, tinha o seu destino bem adocicado e, passando por um processo de aculturação virava a terra dos barões e viscondes, a nobreza, por vez, comprada a preço de cinco contos de réis, uma pequena fortuna. Daí, envaidecendo-a, a existência dos Calmons e Monizes, dos Barretos e Pires e Albuquerque, dos Oliveiras e Costapintos, dos Bandeiras e dos Dantas, a fina-flor duma linhagem, produtos de raças que não se desmancham. (AMORIM, 1967, p. 4-5)

Os engenhos garantiram o desenvolvimento financeiro da região e a grande concentração destas unidades nas terras da Patatiba muito provavelmente influenciou o deslocamento dos jesuítas para o local, objetivando uma maior proximidade com os paroquianos, que em grande parte financiaram a construção da igreja Matriz. Schwartz afirma que em 1720, Santo Amaro ainda era uma vila relativamente pequena, pois possuía apenas cerca de quatrocentos residentes livres do sexo masculino, aos quais proporcionariam “[...] um esqueleto administrativo, instalações portuárias e serviços às terras agrícolas onde se

estabeleciam” (1988, p. 81). Evidentemente que o número de engenhos na região era significativo, assim como o número de homens e mulheres escravizadas, necessários para funcionamento da lógica colonial. Em 1724, seu levantamento assinala que a Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro apresentava 39 engenhos, e que a população era formada por um total de 6.024 pessoas, sendo que destes apenas 1800 eram formados por cidadãos livres, sendo 950 homens e 850 mulheres. Os demais foram divididos em criados⁴⁶, em total de 71 cidadãos e uma maioria absoluta de escravos totalizando as 4.152 pessoas restantes.

Pode-se notar o crescimento dessas ocupações através dos relatos de Sousa (2010), que em 1587 já havia identificado a existência de 36 engenhos em funcionamento e mais 4 em construção, além da presença de oito “casas de melles” ou alambiques espalhados por toda a Bahia. Cerca de cem anos depois, em 1676, Schwartz aponta a existência de 130 engenhos apenas no Recôncavo. Em 1710, indicou-se a existência de 146 em toda a Bahia.

É importante ressaltar que as questões sobre o processo formativo de Santo Amaro não estão bem posicionadas na historiografia e nas narrativas patrimoniais da cidade. Optou-se por buscar explicar aqui a ocupação religiosa e particular que gerou a criação da Vila de Santo Amaro, considerando a sua ocorrência, mas buscando com isto evidenciar o desprezo da historiografia sobre massacre dos aldeamentos indígenas, estabelecidos pela sobreposição territorial através da força e da fé. Os engenhos foram a marca principal do processo de formação da região. É a partir deste processo que desenvolveremos a narrativa até a construção do prédio das Ruínas Tarzan.

⁴⁶ Dado que Schwartz aponta como sendo provavelmente dependentes residentes ou empregados domésticos.

4 FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS DO TRABALHO EM UMA RUÍNA SANTAMARENSE – O DESVELAR DE UMA DESTILARIA

Cana doce, Santo Amaro / Gosto muito raro
Trago em mim por ti / E uma estrela sempre a luzir
Bonde da Trilhos Urbanos / Vão passando os anos
E eu não te perdi / Meu trabalho é te traduzir

Caetano Veloso (1979)

No contexto de estruturação das ordens religiosas no Recôncavo, os engenhos particulares eram espaços preponderantes para a consolidação da ocupação territorial. Estabilizados na região desde o início da dominação dos portugueses, os engenhos estiveram centralizados, majoritariamente, pela produção de açúcar, tornando-se o modelo produtivo básico da estrutura social e da economia durante quase três séculos. Como evidenciado no capítulo anterior, o processo de formação urbana da Vila de Santo Amaro ratificou a criação das condições organizativas que favoreceram o florescimento da indústria da cana no contexto das terras ao redor da Baía de Todos os Santos. Entretanto, entre a produção do açúcar nos engenhos coloniais, produto de alta relevância para o mercado interno e externo à Colônia e a produção em grande escala da aguardente pelos alambiques e destilarias santamarenses no fim do ciclo da cana, percorreu-se uma extensa trajetória que apresentou oscilações econômicas, interesses mercantis e transformações sociais e políticas, questões que incidiram diretamente no processo que levou à formação das Ruínas Tarzan, hoje, um marco material do passado ainda encravado no centro urbano santamarense, que fazem parte da história, das memórias e do que formam o patrimônio industrial de Santo Amaro.

O professor e pesquisador estadunidense Eul-Soo Pang, em seu estudo sobre o Engenho Central do Bom Jardim⁴⁷, significativo espaço fabril de açúcar na Bahia do século XIX, afirmou que Santo Amaro “[...] tornou-se conhecida pelo seu massapê, terra barrenta vermelha e preta, pelo açúcar, pela cachaça e por ter sido o berço, bem como o campo de treinamento dos futuros gigantes políticos do império” (PANG, 1979, p. 22). A declaração anterior evidencia, entre outras questões, a reafirmação da preponderância da cana de açúcar no desenvolvimento econômico da região, algo sempre “ventilado” na historiografia sobre o período colonial

⁴⁷ O Engenho Central Bom Jardim foi o primeiro engenho central a ser construído na Bahia, em 1880, pelo Visconde de Sergimirim, na região do então município de Santo Amaro (PANG, 1979).

brasileiro, mas que também adjudica características simbólicas, usualmente citadas na construção de uma memória oficial santamarense, reafirmando um conjunto de atributos que seriam bases de uma formação de identidade desta cidade. Objetivamente, Santo Amaro teria sido edificada enquanto cidade através de uma tríade formadora colonial: o solo peculiar; o cultivo e transformação da cana pelos engenhos; e as oligarquias (econômica e religiosa).

Inserido nessa perspectiva, os oligarcas da região dominavam a cadeia produtiva da cana estabelecendo engenhos e se utilizando do trabalho escravo como a base estrutural dos seus interesses. Os engenhos eram o centro do poder oligárquico e, em sua maioria, estavam ligados a, exclusivamente, transformação da cana, à qual majoritariamente permaneciam dedicados à produção de açúcar para exportação. Mattoso (1992, p. 592) afirma que no Recôncavo açucareiro cada “[...] engenho abrigava uma comunidade rural circunscrita aos seus limites territoriais”, o que os caracterizava como um polo estrategicamente localizado, que baseava sua ordem no prestígio e na dominação dos senhores.

Segundo a pesquisadora brasileira Esterzilda Berenstein de Azevedo (2009, p. 10), especialista na temática, os engenhos brasileiros eram basicamente, de um ponto de vista objetivo, complexos arquitetônicos que cumpriam funções diferenciadas e imbricadas entre si, variando em quantidade de construções e nos padrões da arquitetura em acordo com a sua capacidade produtiva. Estavam localizados pelos seus interesses produtivos, alguns com certa diversificação, outros apenas voltados à produção de açúcar. Neste campo, o estudo publicado por Azevedo (2009) na série “Roteiros do Patrimônio”, do Programa Monumenta, apresenta uma formatação da estrutura dos engenhos do Recôncavo e mapeia os resquícios arquitetônicos dos engenhos ainda existentes no início do século XXI, evidenciando a primazia da arquitetura e da materialidade colonial na concepção de patrimônio cultural nacional erigida pelo IPHAN e que conduz os processos de salvaguarda de bens culturais nesse contexto:

[A série] propõe aos leitores interessados em nosso patrimônio arquitetônico uma viagem por alguns dos monumentos remanescentes da arquitetura do açúcar na Bahia. Os conjuntos tradicionais ali instalados com suas casas-grandes, capelas, fábricas e senzalas são descritos em minúcia e com muitas imagens, inclusive as dos vestígios que ainda podem ser visitados. (AZEVEDO, 2009, p. 139).

A presença da materialidade arquitetônica dos engenhos é uma característica marcante e preponderante na paisagem do Recôncavo. São poucas as edificações que sobreviveram à ação do tempo e do homem, como o engenho Vitória, localizado às margens do Rio Paraguaçu, na região de Cachoeira-BA, que carrega um potencial visual impactante, algo intrínseco a edificações tão singulares. Estes locais são carregados de dispositivos simbólicos intrínsecos ao

projeto de formação da sociedade brasileira, por vezes desconsiderado nas ações de preservação, afinal a “arquitetura do açúcar” é mais do que apenas uma disposição organizada de tijolos com utilidade definida. São marcos físicos da existência de relações sociais do processo colonizador.

Azevedo (2010) afirma que os engenhos são parte do patrimônio cultural brasileiro, compreendendo-os como espaços pioneiro no desenvolvimento de um processo contínuo de transformação da cana, base da formatação de um processo industrial.

[...] os engenhos açucareiros devem ser considerados como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Sua proteção legal deve ter em consideração sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e suas máquinas, seus elementos subterrâneos e suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico. (AZEVEDO, 2010, p. 21).

Chama a atenção a perspectiva atribuída pela autora à preservação dos bens industriais ou que fazem menção ao universo do trabalho nos engenhos. É um caminho importante para promover uma discussão que enxergue além da visualidade arquitetônica e das memórias das oligarquias, afinal, memórias relacionadas ao universo do trabalho forçado e livre, dos homens e mulheres escravizados são suprimidas no processo de patrimonialização, numa espécie de eufemismo patrimonial.

As narrativas patrimoniais são elementos importantes em contextos como esse, haja vista, o processo de naturalização que ocorre com a reocupação de prédios históricos. Um caso em específico é especial e merece ser pontuado. Na região de Caboto, município de Candeias – BA há um antigo engenho instalado às margens da Baía de Todos os Santos. O engenho Freguesia fora edificado ainda no século XVI, mas apenas em 1968 foi transformado em museu, como o nome de “Museu do Recôncavo Wanderley Pinho – Engenho Freguesia”, pelo Governo do estado da Bahia, em homenagem a um antigo proprietário, saliente-se herdeiro de uma das famílias da oligarquia açucareira. Três anos mais tarde passou a abrigar uma exposição inaugurada pelo então governador Luiz Viana Filho. Publicada pela “Imprensa Oficial da Bahia” o roteiro sobre a exposição, e por ventura também sobre a edificação, apresenta as características do acervo e a disposição museográfica do espaço. Figuras da oligarquia açucareira, como o Conde de Passé e o Barão de Cotegipe, estão presentes na nomenclatura atribuída às salas do museu, em uma clara tentativa de perpetuação da memória dos oligarcas. O acervo é majoritariamente composto por arte decorativa, como mobiliário, pinturas e outros

elementos decorativos do cotidiano dessa elite econômica. Ademais, alguns elementos destoam da narrativa principal e nos trouxe maior a atenção.

As salas de número 11, 12, 13, 14 e 15, localizadas no subsolo da edificação conforme a planta apresentada na publicação, diferentemente das demais apresentam uma denominação generalista, sem nenhum tipo de homenagem a alguma personalidade. Estão, simplesmente, indicadas como as salas de Contribuição do Elemento Negro. É preciso afirmar que a narrativa do Museu é fundamentada em escolhas sutis, mas que não deixam de ser escolhas, afinal, museus são construídos através dos interesses de alguém ou de um grupo. Neste caso, em específico, a “contribuição do elemento negro” seria fruto de um processo que busca legitimar a memória das oligarquias através de uma representação artística da cultura negra. É manifesta e clara a tentativa de cunhar um “eufemismo museográfico” para a escravidão na narrativa da exposição, instituindo uma herança dos homens e mulheres escravizados em engenhos, como o Freguesia, através da presença de obras artísticas que remeteriam a um legado gerado pela colonização, como salienta o trecho abaixo:

A importante participação do grupo negro na economia, na exploração do braço escravo, a sua contribuição para a formação da sociedade, a miscigenação, as relações entre brancos e pretos, as contribuições culturais com elementos materiais e espirituais estão bem representados nas coleções e exposições do Museu nas várias salas dedicadas a contribuição do negro na civilização do Recôncavo. Uma iconografia formada de pintura, gravuras antigas e modernas destacando-se a tela de Lucilo de Albuquerque Mãe-Preta, original do acervo do Museu do Estado da Bahia, os guaches de Caribé documentando Orixás e Deuses Nagô do Gravador Emanuel Araújo forma um conjunto dos mais agradáveis da exposição. Na primeira sala da frente estão atabaques antigos do rito nagô, escavados em troncos, de feitura primitiva da coleção etnológica do Museu do Estado e merece atenção o Exú, em madeira do escultor Mário Cravo Júnior, peça da fase mais antiga da sua produção. Nas duas últimas salas estão montados com intuito de mera documentação os instrumentos de castigo a que eram submetidos os escravos: correntes com gargalheiras para conduzir grupos de escravos, algemas individuais, troncos de pesadas madeiras e ferramentas com fechaduras, peças consideradas rasas. (ROCHA, 1971, p. 8).

Os escravizados eram e continuaram invisíveis, sob esse ponto de vista. Neste recorte apenas expostos pelo viés da violência sofrida cotidianamente, como um mero registro documental. Não há memória institucional que não seja a memória construída pela visão da oligarquia. Este ponto, em especial, se congrega a discussão apresentada sobre a questão da restauração das ruínas da Destilaria Modello. A disputa sobre o direito à memória e da construção historiográfica, é fundamental que o patrimônio industrial busque compreender, para além da recomposição estrutural as lógicas que fizeram e fazem funcionar as engrenagens.

Em certa forma, entendo ser importante apresentar as trajetórias dos engenhos baianos. Seguindo uma configuração básica, como aponta Tavares (2006, p. 135), em um razoável delineamento apresentado em seu trabalho historiográfico sobre a Bahia, os engenhos dispunham de características comuns. Tavares (2006) revela em seu estudo uma disposição sobre a localidade e as características das unidades que existiram até o século XIX na região:

Engenhos reais, os que eram movidos com a força d'água e tinha escravos em todos os setores (lavoura, casas de caldeira, e de purgar, etc.). Engenhos de borda d'água, os que estavam à beira do mar ou de rios e engenhos de mato adentro, os que se encontravam mais para o interior e contavam com a proximidade de mata. Estes dois últimos eram tratados como engenhocas. (TAVARES, 2006, p. 135).

Notadamente, parte das pesquisas desenvolvidas sobre o Recôncavo Colonial versam sobre os engenhos, as relações escravistas, sua economia, seu funcionamento, e invariavelmente abordam perspectivas sobre o mercado do açúcar, fator evidentemente compreendido pela sobrepujança deste produto frente a outros concorrentes da época, mas que também foram cultivados, transformados e comercializados na região. Ademais, artigos como fumo, algodão, aguardente e mandioca eram produtos que exibiam relevância produtiva e de consumo no Recôncavo. A produção do fumo na região de Cachoeira e São Félix e da mandioca na freguesia de São Domingos de Saubara, pela característica do solo, em suma, muito arenosos, eram preponderantes e quebravam a ideia generalizante da cana como único produto do ciclo colonial no Recôncavo, como afirma o professor e historiador estadunidense B. J. Barickman (2003, p. 44), um dos autores que desenvolveu pesquisa sobre a diversificação produtiva da região. Contudo, para além da multiplicidade de produtos explorados, de fato, prevaleceu um certo grau de especialização geográfica por quase três séculos: o açúcar provinha sobretudo de São Francisco do Conde, de Santo Amaro e de Santiago do Iguape; o fumo, de Cachoeira; e a farinha, das vilas do sul.

Há um produto extremamente relacionado ao universo produtivo-colonial do Recôncavo que, invariavelmente, esteve à sombra do açúcar: a cachaça. Neste sentido, é fundamento deste trabalho introduzir uma discussão sobre a questão da produção de aguardente e da presença dos alambiques no âmbito dos engenhos na Bahia, pois tratam-se de pontos preponderantes para compreender a trajetória da indústria de transformação da cana em Santo Amaro. Entretanto, para além de um delineamento sobre os engenhos, que nos permite apontar a presença e as características destes empreendimentos na região, é fundamental estabelecer quais as relações concebidas na formação e trajetória dos alambiques santamarenses e na produção de aguardente local até a criação e funcionamento da Destilaria Modello no século XIX.

Inicialmente, os alambiques eram unidades complementares à produção de açúcar, inteiramente inseridas nas instalações dos engenhos, conforme afirma Azevedo (2009, p. 69). Se diz complementar, pois a produção de aguardente era, sobretudo, um processo de aproveitamento das sobras da cana utilizadas no fabrico do açúcar. Sua disposição na estrutura do empreendimento colonial variava desde um salão anexo da casa de purgar, isto é, o local onde o açúcar era armazenado para passar pelo processo de branqueamento, a um galpão independente, com dimensões maiores. Azevedo (2009) reafirma que a presença da estrutura da “casa de melles”, nome por qual o alambique também era conhecido⁴⁸, é recorrente no esqueleto dos engenhos coloniais, inclusive nos baianos, contudo, no que tange ao seu funcionamento trata-se de um tema pouco aprofundado e difundido.

A cachaça nasceu e consolidou-se para o mercado colonial como um produto de baixo status não apenas em termos de consumo, mas também de produção. A técnica de destilação já era conhecida pelos portugueses e em outras colônias portuguesas já se plantava cana-de-açúcar. Há registros da cachaça antes mesmo do início da produção do rum – que tem processo de produção semelhante ao da cachaça – no Caribe, como afirma o folclorista brasileiro Luis da Câmara Cascudo (2006). O próprio nome cachaça é uma criação brasileira, nome de uso comum ao povo, o qual não se encontra registros nos livros até as Cartas Chilenas de Tomaz Antonio Gonzaga (CASCUDO, 2006, p.16).

O professor e historiador brasileiro Ricardo Luiz de Souza aprofunda-se sobre a condição da produção de aguardente na ocupação colonial no Brasil, afirmando que, majoritariamente, ela esteve vinculada em seus primórdios a uma fabricação em pequena escala, advinda de “pequenos engenhos – as chamadas engenhocas–, e seu consumo foi predominantemente vinculado às camadas mais baixas da população colonial.” (SOUZA, 2004, p. 57). A própria distribuição e venda, muitas vezes, se deu às margens da lei ou em pequenos estabelecimentos, agregando, em síntese, os “desclassificados” e marginalizados do sistema. Cascudo (2006, p. 5) reafirma essa posição submetida à cachaça, tratada, por hora, como uma bebida vulgarizada pelo senso comum, como aponta nos registros do navegador francês Pyrard de Laval em visita à cidade de Salvador no início do século XVII onde tratou do “[...] vinho com o suco da cana, que é barato” e seria destinado “[...] só para os escravos e filhos da terra”. (LAVAL apud CASCUDO, 2006, p. 5)

⁴⁸ A expressão “Casa de Melles” tem relação com o “mel”, líquido advindo do tratamento da cana para transformação em açúcar.

Sobre o mercado consumidor da aguardente brasileira, Souza (2004) evidencia inicialmente um caráter interno do consumo da cachaça através de exemplo sobre a produção difundida nos engenhos da região de Minas Gerais.

A grande produção de aguardente no século XVIII deveu-se ao mercado consumidor constituído pelas comunidades auríferas, mas teve como fator, igualmente, a posição peculiar dos engenhos mineiros: sem acesso ao mercado externo, eles direcionaram sua produção para o comércio local e especializaram-se na produção de aguardente em pequena escala; exatamente o produto requerido por esse mercado. (SOUZA, 2004, p. 57).

A participação da aguardente no mercado interno e de exportação da Bahia entre os séculos XVI e XIX é relevante e mensurável. Tavares (2006, p. 193) afirma a existência de uma evolução da pauta de exportação dos produtos brasileiros, inserindo a cachaça entre os principais produtos exportados pelo país no século XVIII. Entretanto no mercado interno, Souza (2004, p. 59) destaca a criação de mecanismos que a Coroa portuguesa estabeleceu para brecar consumo de aguardente, justificados por “[...] excessos praticados inclusive por religiosos” em função do seu uso. No ano de 1748, foi ordenado que o então governador da Bahia não concedesse novas licenças para que as engenhocas fabricassem aguardente e, nove anos depois, as tavernas foram proibidas de abrir durante a noite e em determinados períodos festivos-religiosos, “[...] sob pena de 15 dias de prisão e multa de 12\$000 réis.” (SOUZA, 2004, p. 59).

A bebida que se tornou produto eminentemente nacional, de largo uso no país até o presente, era de consumo explicitamente restrito em princípios do século XIX, segundo autor. Estas, provavelmente, sejam afirmações inverossímeis do autor que corroboram com uma imagem construída sobre a cachaça.

[...] bebiam-na quase que somente os negros e mulatos, a gente do povo. Os burgueses, fazendeiros, senhores de engenho, serviam-se de vinho, segundo o tradicional costume português. Não se usava a aguardente, nesse tempo, nem para veículo de antigas fórmulas, beberagens e mezinhas caseiras (SOUZA, 2004, p. 60).

Sobre esse “costume”, apresento um relato do viajante alemão Julius Naher, traduzido para o português pelo economista e escritor Osvaldo Augusto Teixeira (2011) que versa sobre as bebidas ingeridas nos trópicos. Em seu livro, Naher apresenta um panorama do Recôncavo e de Santo Amaro, através de uma visita que fez a familiares em 1878. Também autor de gravuras que ilustraram a célebre obra “História de um engenho do Recôncavo”, publicada em 1946 por Wanderley Pinho, ele discorre sobre as impressões de um europeu em uma cidade típica do Recôncavo, dando uma visão interessante sobre o funcionamento do local, dos engenhos e de costumes da oligarquia no período:

À mesa, no Brasil, bebe-se o vinho português Figueira, que tem um gosto muito próximo ao do vinho do Porto e que também é relativamente barato (três marcos por garrafa) [...] À noite, meu concunhado mandava servir um copo da chamada cerveja Tívoli, de Berlim, que no entanto era quente demais para que eu pudesse matar a saudade da nossa refrescante *Gerrtensaft* nacional. (TEIXEIRA, 2011, p. 125-126).

Em outro momento, para citar uma excentricidade do comportamento oligárquico, Naher, em visita ao Engenho Mataripe, cita comportamentos típicos dos trópicos e relata a presença de um tipo de bebida fermentada mais “abrasileirada” em comparação às bebidas europeias:

A mesa do almoço está bem servida e não faltaram os autênticos pratos brasileiros de *vatapá*, *caruru* e *pirão*. Entre os vinhos, destacava-se um mosto de mais de 15 anos, preparado com a fruta do cajueiro, que não deixava nada a dever aos fortes vinhos portugueses. Nos banquetes brasileiros, não faltam brindes; tendo algum sido feito, vai se levantando um atrás do outro para, com um discurso de louvor, enaltecer algum membro da família, e os *viva, viva!* não têm fim.” (TEIXEIRA, 2011, p. 163, grifos do autor).

Sobre as questões relacionadas à exportação de aguardente brasileira Souza (2004, p. 57) analisa que a cachaça se tornou moeda de troca no tráfico de escravos no século XVIII, o que inseriu o produto em um circuito econômico que ultrapassou o âmbito doméstico, inserindo os pequenos produtores de aguardente em contato com o comércio externo:

Criou-se, contudo, uma dicotomia, com os grandes engenhos dedicando-se prioritariamente ao açúcar e tendo em vista o mercado externo, e as engenhocas - na maioria das vezes clandestinas e sem a aparelhagem necessária à produção de açúcar e muito menos o capital para adquiri-lo - dedicando-se exclusivamente à produção de rapadura e cachaça, produtos destinados majoritariamente ao mercado interno. (SOUZA, 2004, p. 57).

O historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro (2000) justifica a inserção da aguardente de cana em sua análise sobre o tema, onde afirma que em contrapartida ao rejeito da cachaça brasileira no mercado europeu, ela obteve excelente penetração em território africano. Questões como a peculiaridade do produto e o papel que as bebidas alcoólicas exerciam como “[...] a caloria mais barata que os pobres podem comprar” (ALENCASTRO, 2000, p. 308) ajudaram a estabelecer um nicho mercadológico na África, mas sobretudo inseridas em uma lógica acessível e de aproveitamento total da matéria-prima pelo produtor no Brasil. Esse mercado despertou interesse no lucro gerado pela cachaça, como pode ser percebido por pontos apresentados pelo historiador que revelam as condições da produção e comércio da cachaça brasileira desde o século XVI:

Conquistando as feiras africanas, a cachaça proporciona lucros aos senhores de engenho, aumenta a oferta de escravos e assegura a preeminência brasileira sobre o trato negreiro da África Central. Dada a escala da produção canavieira

e a facilidade de reciclar parte do produto é, o artesão livre ou escravo encarregado de fazer e consertar os tachos (as pombas e os vários paróis) dos engenhos, podia fabricar um alambique – o qual, à falta de cobre, costumava ser feito de pedra-sabão ou de barro cozido –, o potencial de produção da cachaça no Brasil era considerável. [...] Baseado na contabilidade secular (1716-1816) de mais de uma dezena de engenhos baianos, Stuart Schwartz calcula que o melaço e o seu derivado, a cachaça, representavam entre 7% e 17% da renda anual dos engenhos. Sem ser divididos com os lavradores de cana, esses subprodutos aumentavam o lucro bruto dos senhores de engenho em cerca de 25%. (ALENCASTRO, 2000, p. 310).

Neste sentido, apresentada a natureza histórica, produtiva e comercial dos alambiques, pondero ser imprescindível oferecer um panorama sobre a presença dessas iniciativas de transformação da cana. Partindo da ocupação do Recôncavo pelos colonos, logicamente, tratarei das unidades santamarenses pela relação direta com a origem da Companhia União dos Lavradores. É evidente que esta organização cooperativa de oligarcas objetivava, no final do século XIX, produzir aguardente em grande escala absorvendo a experiência do *lôcus* produtivo que era Santo Amaro, uma cidade que detinha os requisitos fundamentais para naquele momento produzir cachaça, sob outra perspectiva de produção. Neste intento, é infactível não atrelar a origem dos alambiques aos engenhos, haja vista a relação embrionária destas unidades desde os primórdios da produção.

Entre os séculos XVII e XVIII houve um crescimento exponencial do número de engenhos por toda a Bahia, fato que levou, conseqüentemente, ao surgimento das ocupações urbanas por todo o fundo da Baía. Esse avanço, como revela o quadro abaixo, desenvolvido por Azevedo (2009, p. 35), aponta de maneira objetiva o crescimento expressivo dos engenhos baianos em duas fases: um crescimento gradativo do início da ocupação até o final do século XVIII e um “boom” que se estendeu até o final do século XIX .

Tabela 1 - Dados quantitativos sobre os Engenhos na Bahia

Período	Quantidade de engenhos
Século XVI	25
Século XVII (1612)	50
Século XVII (1629)	80
Século XVII (1676)	130
Século XVIII (1710)	146
Século XVIII (1750)	172
Século XVIII (1790)	200
Século XVIII (1799)	400
Séculos XVIII – XIX (1728 – 1827)	462
Século XIX (1834)	603
Século XIX (2ª metade)	511
Século XIX (final)	855

Fonte: Adaptado de Esterzilda Berenstein de Azevedo, Engenhos do Recôncavo Baiano, 2009.

Inicialmente, tal expansão é justificada pelo processo avanço na exploração do campo mas, sobretudo, surgiu do empenho colonial em atender às exigências de cada localidade, afinal sobre as condições encontradas tornava-se extremamente favoráveis para avançar ainda mais com a exploração. O século XIX experimentou um crescimento ainda mais relevante no quantitativo de engenhos, como explica Azevedo (2009), entretanto apresentavam características um pouco diferentes das unidades coloniais:

Os novos engenhos somaram-se aos existentes, do período colonial, voltados para a monocultura e a exportação. Mas havia características bem distintas entre os dois grupos. Os novos engenhos eram menores e voltados para a policultura; foram fundados por ‘novos senhores’, sem grande capital, atraídos pelo crescimento momentâneo da empresa açucareira e o prestígio da condição de proprietário rural. A interiorização e a multiplicação dos engenhos, no século XIX, foram incentivadas e subsidiadas pela Coroa. Os antigos engenhos tiveram suas terras fragmentadas por questões de herança e endividamento, transformando-se em pequenas e médias propriedades, o que estimulava a construção de novos engenhos. Reforçava-se assim a tendência à formação de engenhos menores, e mais numerosos, característica prevalente do século XIX. (AZEVEDO, 2009, p. 103).

Outros autores (SOUSA, 2010; SCHWARTZ, 1988, PANG, 1979, OTT, 1996; PEDREIRA, 1977) apontam, e corroboram que a leitura sobre o quantitativo de engenhos na Bahia expõe, em linhas gerais, uma condição de crescimento célere e contínuo das ocupações relacionadas à cana-de-açúcar desde os primeiros anos da colonização, ao passo que, conseqüentemente, fomentaram a criação das vilas no entorno da Baía de Todos os Santos. Deste modo, é importante compreender que as unidades dos engenhos iniciais de Santo Amaro estiveram concentradas nas terras da Patatiba, como afirma Carlos Ott (1996), mas espalharam-se por uma enorme região e criaram as condições para estabelecimento do povoamento local.

Os primeiros relatos sobre a ocupação dos engenhos são atribuídos a Sousa (2010, p. 123), que já afirmava a existência de trinta e seis engenhos em funcionamento e mais quatro em construção já em 1587 ao fundo da cidade da Baía. Ressalto a presença, em sua narrativa, da referência à existência de oito “casas de melles” ou alambiques espalhados por toda a região, sendo uma das primeiras alusões à divisão espacial e a diversificação produtiva da cana-de-açúcar na região. Aproximadamente, cem anos depois, em 1676, já com o Recôncavo ocupado de fato, Schwartz (1988, p. 90) aponta a existência de cento e trinta engenhos, apenas nesta região. No ano de 1710, o autor indicou a existência de cerca de cento e quarenta e seis unidades espalhadas em toda a Bahia, sendo vinte e seis em Santo Amaro, mas não cita a frequência de alambiques, possivelmente por entender estes espaços como unidades comuns ao mesmo espaço produtivo do engenho.

Sobre os engenhos e a composição social de Santo Amaro neste período é factível que em 1720 a localidade já havia se formado enquanto vila, entretanto o número de engenhos santamarenses era significativo já no século XVIII. Mesmo no interior, o nascimento de ocupações fora da estrutura comum dos engenhos também esteve vinculado ao trabalho compulsório e, especificamente, no caso de Santo Amaro, à confluência das condições naturais, através da economia de exportação do açúcar que concebeu um fluxo peculiar à localidade.

A formação urbana, neste contexto, desempenhou uma função de suporte às necessidades da produção e do consumo dos engenhos, mas também com forte presença do escravismo, como afirma o pesquisador e professor brasileiro, Marcus J. M. de Carvalho sobre as cidades escravistas:

No passado, a escravidão urbana era interpretada como uma extensão, quase um apêndice, da escravidão rural. Estudos recentes mostram, porém, que a urbanização brasileira é indissociável da escravidão e do trabalho compulsório em geral. Nossas maiores cidades atlânticas africanizaram-se muito cedo, pois foi nelas que desembarcou a imensa maioria dos navios negreiros. (CARVALHO, 2018, p. 156).

Santo Amaro apresentava à época um crescimento exponencial dos engenhos e da região urbana da Vila em um pequeno espaço de tempo e o quantitativo populacional de cativo nos proporciona um panorama clarificado das relações de trabalho e servidão que se estabeleciam naquele local. Santo Amaro, assim como todo o Recôncavo, era demasiadamente escravocrata, apresentando índices de aproximadamente 70% da sua população total como cativa, seja na ruralidade dos engenhos, seja na urbanidade da Vila. Uma regra comum para a lógica colonial do período.

O historiador e professor baiano Walter Fraga apresenta informações que explicitam a importância econômica do Recôncavo em finais do século XIX, colocando-a como a região mais importante da província, bem como a mais bem povoada.

Segundo o Censo de 1872, a região concentrava 35,7% da população da província. Na época, a Bahia possuía 165.403 escravos, que correspondiam a 12,8% da população cativa de todo o Brasil. Entre 1884 e 1887 a província sofreu uma perda de 42,1% de seus cativos. Em 1887 a Bahia possuía 76.838 escravos [...] No Recôncavo, o declínio foi provavelmente menos acentuado devido à resistência do setor açucareiro em se desfazer dos últimos escravos. (FRAGA, 2014, p. 28).

Pedro Tomás Pedreira (1977, p. 13) apresenta um panorama da organização social e econômica de Santo Amaro do início do século XIX, mais precisamente em 1814, sendo possível notar um aumento populacional acentuado em quase três vezes o número de pessoas após cerca de cem anos. Em seu texto, está demarcada a já citada diversidade produtiva, bem

como o avanço do número de engenhos e alambiques como características desse momento, além de relatar uma forte presença religiosa:

Exporta-se desta Villa e seo termo para a Cidade grande quantidade de assucar, tabaco, aguardente, algodão, sabão e outros gêneros mais. Cadeira Nacional de primeiras letras, outra de Grammatica Latina. No districto desta Freguezia há **trinta e quatro Alambiques** e quarenta e cinco Engenhos de fazer assucar pela propriedade do terro para a producccão das cannas, e entre eles 15 capellas ou cazas de oração, a saber, São Braz, Santa Catharina, Santo Antonio dos Calmons, S. Gonçallo do Poço, Pitanga, Pantaleão, Brotas, S. Pedro, Moribeca, S. Miguel, Desterro, Passagem, Pilar e Partido, todas filiaes da Matriz, calculando-se ter mais de 15.000 almas so essa Freguesia (VILHENA apud PEDREIRA, 1977, p. 15, grifo nosso).

Carlos Ott (1996), em seu extenso levantamento sobre os engenhos do Recôncavo enumera a existência de sessenta engenhos nos finais do século XIX na Freguesia de Santo Amaro contrapondo um relatório oficial de 1854 que havia registrado a presença de cinquenta e sete unidades. Eul-Soo Pang (1979) assegura que em 1870, relatórios oficiais utilizados em sua pesquisa contabilizavam 130 engenhos e cerca de 25 alambiques na região de Santo Amaro (PANG, 1979, p. 38).

É notável que sobre os alambiques do Recôncavo, e nisso se inclui os de Santo Amaro, é complexo instituir um momento e a localização das iniciativas originárias do fabrico de cachaça, entretanto torna-se evidente que em algum momento os alambiques “romperam” com a estrutura dos engenhos, isto é, deixaram de operar nos mesmos espaços que o fabrico de açúcar e tornaram-se autônomos, pela possibilidade de sua implantação com menos recursos. Possivelmente, tal ação tenha acontecido na transição do século XVIII para o XIX, baseada na diversificação produtiva e pelas proibições que ainda afetavam o fabrico nesse período.

A edição de nº 261 do jornal “Correio Mercantil”⁴⁹, de novembro de 1848, apresenta informações que indicam a existência de uma separação evidente entre as unidades, engenhos e alambiques. O anúncio é direcionado aos senhores de engenhos, mas também a proprietários de alambiques e objetivava buscar compradores para máquinas a vapor produzidas por uma fundição local de propriedade de John Willing.

Para além do levantamento produzido pela pesquisa e relatadas anteriormente, foram examinadas outras fontes que versam sobre as iniciativas existentes em meados do século XIX em Santo Amaro. Todas as citações estão contidas na publicação “Almanak Administrativo,

⁴⁹ BNDIGITAL. *Correio Mercantil: Jornal Político, Comercial e Litterario*. Aviso Importante. Ed. 261. 20 de nov. 1848.

Mercantil e Industrial da Bahia”, dos anos de 1860, 1862 e 1863, organizado por Camillo de Lellis Mafson e trazem uma espécie de levantamento sobre as atividades profissionais e empreendimentos existentes em cada município do estado da Bahia. Esta publicação afere quantitativamente a existência de vinte e um alambiques em 1860⁵⁰, dezessete em 1862⁵¹ e dezenove em 1863⁵², todos em funcionamento em Santo Amaro. Nesse levantamento trienal, os proprietários dos alambiques santamarenses eram majoritariamente homens, alguns com títulos honoríficos, seguidos também, por vezes, de uma indicação honorária do proprietário do alambique, como o Barão de Sergimirim, que detinha um negócio no Trapiche de cima e possuía condecoração da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, como pode ser visto na lista dos anos de 1862 e 1863.

Em um documento⁵³ encontrado no Acervo do pesquisador José Luís Pamponet Sampaio (APJLPS), no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) estão apresentados os nomes dos responsáveis pelos empreendimentos e a sua localização na cidade de Santo Amaro no ano de 1876. No documento, os empresários solicitavam a seguinte demanda ao Inspetor da Tesouraria Provincial da Bahia:

Os proprietários de fabricas d’aguardente, abaixo assignados, usando de um direito que não lhes é vedada pela Constituição Política do Império, vem muito respeitosamente ante a presença de V. Ex.^a, digno Delegado do Governo Imperial, guarda vigilante das leis, representar contra o artigo 16 das instruções de 30 corrente, - referente ao imposto sobre a aguardente. (CEDOC / APJLPS, 1876, p. 1)

É observável nesse documento a presença de 20 proprietários de alambiques que solicitam com urgência uma revisão sobre a tributação incidente no processo de produção da cachaça baiana, frente à grave crise que afetava a lavoura santamarense. Saliento que treze anos após o levantamento apresentado no “Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia” de 1863 apenas cinco dos proprietários citados estavam listados nesta referida carta. Possivelmente tenham vendido ou repassado suas propriedades. O número de propriedades santamarenses no interstício de cerca de 60 anos pode ser observado no gráfico que segue:

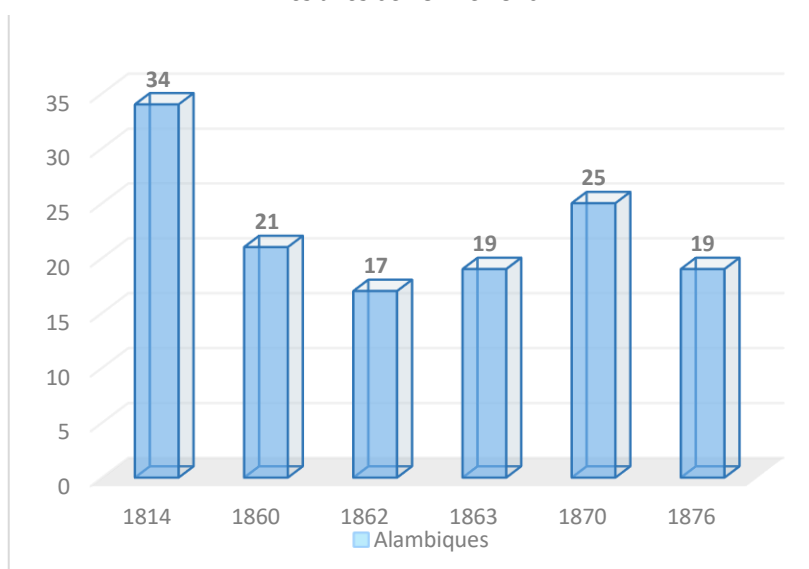
⁵⁰ BNDIGITAL. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1860. p.502.

⁵¹ BNDIGITAL. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1862. p. 512

⁵² BNDIGITAL. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1863. p.435-436.

⁵³ CEDOC. APJLPS. Série Engenhos Aguardente – Fábricas de aguardente (S. Amaro), 1876. CAIXA28 (“Indústrias da Bahia no século XIX, manuscritos, ARQEB”). Pacote nº 3. Maço 4603.

Gráfico 1 - Quantitativo de alambiques autônomos em Santo Amaro entre os anos de 1814 e 1876



Fonte: Adaptado de Pedreira (1977), Pang (1979), CEDOC (1876), Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (1860, 1862, 1863)

Uma significativa quantidade de engenhos e alambiques funcionaram durante longo período utilizando-se basicamente de tecnologias primárias. O avanço tecnológico e produtivo destes empreendimentos foi alcançado apenas no século XIX, com a divisão das etapas da produção e a introdução de maquinários mais eficientes dos Engenhos Centrais que, como o próprio nome define, centralizavam a produção local. Tal avanço, tem origem em uma crise do setor açucareiro baiano e brasileiro no período (perda de mercado externo e baixa internacional dos preços), onde os produtores encontraram na modernização a justificativa para estabelecer uma saída econômica para os problemas da lavoura, mas que também foi resultado de uma “[...] complexa equação que envolveu interesses políticos, de classe e de *status* de um grupo outrora símbolo da riqueza” como afirma o historiador e pesquisador do tema da indústria Daniel Rebouças (2016, p. 94) em seu estudo sobre o setor industrial baiano. Tais considerações reafirmam a posição do engenho como iniciativa principal da organização social do Recôncavo entre os séculos XVIII a XIX, e que o poder senhorial, o açúcar e o comércio de escravos prosseguiram entrelaçados, fazendo e desfazendo fortunas de muitos patriarcas do Recôncavo.

Como apresentando anteriormente, Santo Amaro era uma cidade com relevância produtiva de aguardente. O reconhecimento das características peculiares da sua produção perdurou até a contemporaneidade, como pode ser evidenciada pela imagem criada sobre a cachaça local. A citação no romance “Baía de Todos os Santos” do escritor baiano Jorge Amado

(1973), apresenta a aguardente santamarense, a definindo como sendo produzida por uma cidade detentora do “título” de melhor cachaça da Bahia.

A melhor cachaça da Bahia vem de Santo Amaro da Purificação, cidade do Recôncavo, coração a zona açucareira, terra de Caetano Veloso e Emanuel Araújo. Entre as cachaças de Santo Amaro mais conhecidas e festejadas pela sua qualidade encontra-se a ‘Azuladinha’, a ‘Água Fria’ e a ‘Dois Amigos’, esta última de muita reputação. (AMADO, 1973, p. 11).

É factível afirmar que tal consideração esteja ligada a uma marca atribuída ao passado colonial da cidade pela preponderância da cultura da cana que ali foi dominante. Contudo, atualmente a produção local tornou-se irrelevante, desconhecida, ou até inexistente. Durante o desenvolvimento da pesquisa não foram encontrados empreendimentos locais que produzam atualmente qualquer tipo de aguardente em Santo Amaro, seja em pequena ou grande escala. Pode ser impreciso levantar afirmações sobre tal condição ser alcançada nos dias atuais, mas alguns casos ocorridos no início da década de 90 do século XX podem apresentar indícios que a justifiquem, como no episódio conhecido como “Cachaça da Morte”⁵⁴, onde cerca de dez moradores da cidade morreram ao consumir a aguardente armazenada em vasilhames de Metanol reutilizados. (FERREIRA, 2014).

O fim da “melhor cachaça da Bahia” é um registro singular da extinção produtiva da cana no município de Santo Amaro, entretanto é fundamental compreender os caminhos e os critérios que levaram os produtores coloniais a produzir cachaça, haja vista que a aguardente de cana não era um produto consumido com relevância na Europa e muito menos o objetivo principal da exploração agrícola no Brasil. A origem colonial de Santo Amaro e sua produção direcionada à cana-de-açúcar fez com que a cidade obtivesse referências nominativas peculiares. É recorrente a denominação atribuída ao município como a “Nação da Cana”, expressão construída pelos memorialistas locais que buscava sintetizar uma herança colonial e estruturar o sistema produtivo da cana como grande marca local, algo recorrente em cidades do interior.

O escritor santamarense Clóvis Amorim em 1967, através da Prefeitura Municipal de Santo Amaro, publicou o texto “Santo Amaro – Nação da Cana”, que objetivava sintetizar as bases da sociedade e estruturada pelo colonialismo e que buscava “[...] dar a mais ampla divulgação a tudo quanto espelhe o espírito da terra e os valores que possibilitem um reencontro com os seus padrões culturais” (AMORIM, 1967, p. 1). A referida publicação foi apresentada

⁵⁴ Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2014/01/1403690-cachaca-batizada-mata-na-bahia-e-no-piaui.shtml>

durante o “Festival do Folclore” ocorrido no mesmo ano na Universidade de Brasília. São evidentes as referências às famílias economicamente importantes, aos eventos sociais que as congregavam e os exotismos que as diferenciavam apresentando um modo de vida que delineia uma nação peculiar, uma nação de poucos, daqueles que detinham o poder sobre o trabalho desde o século XVII, e que hereditariamente construíram um imaginário que representava uma perspectiva sobre a sociedade santamarense.

As representações sobre a construção de um passado ligado à elite da cana transpassaram os textos dos memorialistas e engendraram por outros aspectos sociais. É perceptível a presença destes referenciais de classe nas insígnias do Estado, ou seja, a Nação da Cana estabeleceu-se enquanto discurso também na oficialidade, legitimando-o sobre a formação da sociedade santamarense, tanto através da imagem, com a presença dos ramos de cana-de-açúcar e de fumo apresentados como apoio ao escudo no Brasão do Município, na versão mais recente da insígnia⁵⁵.

Figura 20 - Heráldica sugerida ao Município de Santo Amaro, em 1922, pelo Ir. Paulo Lachenmayer



Fonte: Retirado do livro “Louvação à Santo Amaro”, Jorge de F. Goés, 1966.

⁵⁵ A versão anterior foi proposta em 1922 pelo Ir. Paulo Lanchemayer, monge germânico radicado na Bahia. Sob influência da tradição artística germânica e da arte sacra, irmão Paulo deu uma contribuição ímpar para as artes gráficas baianas, ao desenhar brasões (como o da Universidade Federal da Bahia e o do Museu de Arte Sacra), ilustrar livros e planejar espaços litúrgicos.

Figura 21 - Heráldica atual do Município de Santo Amaro



Fonte: Retirado do “Informativo Turístico de Santo Amaro”.
Secretária de Cultura e Turismo de Santo Amaro: Santo
Amaro, 1999.

A presença deste imaginário ligado à cana também pode ser percebido no Hino Oficial da cidade, composto por Pedro Tomás Pedreira, onde podem ser notadas referências diretas ao trabalho escravo, aos engenhos e à cana como substratos essenciais à formação da cidade.

Teus engenhos, com braços escravos
Que as canas cortavam ao sol,
Foram a seiva fecunda de bravos,
Da fugaz liberdade o farol.
Benemérita e leal cidade,
Teu presente, de paz e progresso,
Nos conduz, pelo bem e a verdade,
A um futuro de luz e sucesso!
(PEDREIRA apud Lei Nº 1.312 de Outubro de 1999)

Os símbolos do processo da colonização estão inseridos no contexto formativo de Santo Amaro e se fazem presentes até o dia de hoje. Esta relação estabelecida entre o signo e a coisa impõe coletivamente uma perspectiva que influi diretamente na construção das identidades e das memórias individuais. O imaginário de “nação da cana” impele à sociedade santamarense à organização da construção de seu patrimônio cultural em torno desse eixo, que lhes confere uma única direção, a do discurso hegemônico, dos barões, do açúcar e da cachaça. Em suma, o processo de reconversão das Ruínas Tarzan se insere nesse processo, no entanto, é preciso

conhecê-la para estabelecer sobre quais narrativas esse processo será constituído. Neste sentido, iremos apresentar uma análise das ocupações que constituíram a edificação em sua gênese, objetivando instituir um registro documental desse objeto como recurso para as futuras ações.

4.1 A DESTILARIA MODELLO – UM PROCESSO DE ARQUEOLOGIA DOCUMENTAL

Compreender as relações de forças que estruturam a Destilaria Modello não foi um processo simples. O contexto que estabeleceu as condições para sua edificação era completamente desconhecido para mim, enquanto pesquisador. Julguei ser fundamental, como metodologia de pesquisa entender o processo de colonização ocorrido em Santo Amaro para compreender, minimamente, como aquela indústria se estabeleceu em um contexto tão específico. Neste sentido, apresentarei uma narrativa sobre as fontes históricas e referenciais encontradas, que ajudam a traçar um delineamento dos processos de criação, funcionamento e encerramento das atividades da Destilaria.

Neste sentido, o desenvolvimento da pesquisa busca estruturar métodos de reconstituir a trajetória da Destilaria, apagada pelas ocupações que foram atribuídas ao prédio durante seu percurso funcional, entendendo-a como objeto relacional constituidor de uma multiplicidade de memórias, e que assim como a sua trajetória está invisibilizada. Contudo, busquei refletir sobre perspectivas de abordagem para além de uma preservação de natureza estrutural-arquitetônica, hegemônica nesse contexto, visando sobretudo compreender como a trajetória da Destilaria Modello e suas reocupações conectam-se às possibilidades de reutilização espacial na contemporaneidade, inseridos em uma lógica de salvaguarda que majoritariamente desconsidera questões essenciais à percepção destes espaços como lugares de memória.

Como descrito anteriormente, foi o memorialista local Herundino da Costa Leal que indicou, em sua obra “História de Santo Amaro”, a ligação entre o que hoje são as Ruínas Tarzan e o prédio que constituiu a antiga Destilaria Modello. Neste sentido, compreendo que os registros arquitetônicos daquelas ruínas podem ser entendidos como fontes importantes para entendimento dos processos de formação e ocupação da cidade, fazendo-se necessário refletir sobre os significados dados a este local, considerando os percursos, trajetórias, relações e movimentações. Sobre o tema, creio ser fundamental que ao reocupar estes espaços e assim

ressignificá-los, deve-se considerar que carregam o poder de agregar histórias, memórias e identidades, conforme afirma Meneguello:

Os espaços são relidos e transformados, queiramos ou não. Mas, no caso do patrimônio industrial, é evidente que os novos usos buscam limpar, ordenar e apagar memórias que podem ser chamadas de memórias difíceis: a do trabalho industrial e suas rotinas, do cansaço, do sono em frente aos teares, dos acidentes de trabalho, dos assédios às operárias, das lutas políticas e das organizações de trabalhadores [...] Também as memórias de orgulho e luta dos trabalhadores acabam expurgadas, porque o que se apaga é que aqueles locais foram, um dia, usados para a produção. (MENEGUELLO, 2011a, p. 252).

O prédio da antiga Destilaria é um imóvel de traços arquitetônicos e dimensões singulares. A partir de seu contexto formativo, supus que a edificação seria uma das reminiscentes edificações ligadas à indústria canavieira. A confirmação de sua existência é apresentada por Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1903), sobrinho homônimo do Marquês de Abrantes, que assinala a origem da destilaria em sua obra “O assucar e o álcool na Bahia”⁵⁶, uma espécie de relatório sobre a produção dos dois produtos na região. Esta publicação foi lançada pela Sociedade Nacional de Agricultura – SNA em razão da “Exposição internacional de aparelhos à álcool”, como afirma o artigo publicado por Marcelo Lopes de Moraes e Mirian Rumenos Piedade Bacchi:

A primeira iniciativa de divulgação do álcool no Brasil foi promovida pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) que, em outubro de 1903, realizou a Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool e, paralelamente, o Congresso Internacional de Álcool, com o objetivo de apresentar propostas para ampliar o uso do produto na matriz energética, destacando a sua utilização em veículos automotores. (MORAES; BACCHI, 2015 p. 608).

Almeida (1903) apresenta na sua obra um panorama detalhista da produção açucareira e do álcool no estado da Bahia no início do século XX. Importante salientar que ao fim do século XIX, engenhos e usinas de açúcar ainda coabitavam o Recôncavo e, nesse contexto, a destilaria não se encaixava em nenhuma dessas categorias de empreendimento. Mas se assemelhava ao processo de transformação da cana utilizado pelas usinas, as quais, usualmente, seguiam a lógica de distanciamento entre as terras, onde havia a produção agrícola, e o local de transformação do produto. A diferença estava na constituição de uma indústria de produção exclusiva da cachaça, e que estava encravada na zona urbana da cidade. Essas questões suscitaram questionamentos durante o desenvolvimento da pesquisa, pois a produção de cachaça, produto considerado de menor valor, e pejorativamente ligada aos homens e

⁵⁶ Esta publicação está disponível em versão digital no acervo do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, uma autarquia do governo federal que tinha sede no Rio de Janeiro. Criada em junho de 1933 por meio do Decreto nº 22.789, com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional, foi extinto em 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

mulheres escravizados, e a localização da fábrica eram um sinal evidente da modificação nas lógicas produtivas locais.

Evidentemente, o texto apresentado por Almeida (1903) retrata uma perspectiva exclusiva da comunidade que detinha o capital financeiro, político e social no Brasil à época. A maior parte da população não era considerada relevante para a publicação, assim como acontecia nas relações cotidianas. O povo, majoritariamente negro, era percebido apenas como uma das partes da engrenagem do sistema de exploração do trabalho, que precisava manter-se em funcionamento. Neste contexto, Almeida retrata perfeitamente a perspectiva social dessa elite agrícola:

Depois da libertação dos escravos, a vida arrasta-se difficilmente, na zona assucareira, e os antigos proprietários de engenhos acham-se todos em situação muito precária. A fundação das fabricas centraes trouxe alguma animação á industria do assucar, mas não melhorou senão parcamente a sorte dos lavradores. Incontestavelmente, a desorganisação do trabalho agricola e as praticas retrogradadas, arraigadas no espirito dos nossos homens do campo, são os factores capitaes de sua misera condição, e só a abolição dessas causas poderá melhorar a sua sorte (ALMEIDA, 1903, p. 43).

Outrossim, o autor também nos apresenta uma visão peculiar sobre as atividades ligadas à produção de álcool no município de Santo Amaro. Seu levantamento nos permite ter um panorama sobre o perfil da atividade de transformação da cana, importantes para compressão do funcionamento da Destilaria Modello, citada no texto:

O municipio de Santo Amaro possui actualmente cerca de 160 engenhos, 28 alambiques, 10 usinas de assucar e uma distillaria de grande capacidade. Dos engenhos, pequeno é o numero em actividade: a maioria delles fornecem cannas ás usinas e alguns produzem mel. Dos alambiques, 23 funcçionam regularmente, produzindo cada um de 1.200 a 2.000 litros de aguardente por dia. Das usinas, seis trabalham bem e fornecem por anno cerca de 180 mil sacos (1 sacco, 60 kilogrammas) de assucar branco ou 225 mil de Demerara. A producção total do municipio pode ser calculada em 200 mil saccos de assucar branco e 7.000.000 de litros de aguardente a 53. O transporte de quasi a totalidade destes productos faz-se por intermédio da Estrada de Ferro Santo Amaro, de propriedade do Estado da Bahia, até a cidade de Santo Amaro, e dahi, por mar, á capital. O transporte é barato. (ALMEIDA, 1903, p. 43).

A Destilaria Modello é apresentada com extremo destaque. Qualificada como sendo o empreendimento mais importante do Brasil no início do século XX, o autor revela que anteriormente, o empreendimento teve outro nome, e que havia sido fundado por um grupo de empresários, mas que não havia logrado êxito na iniciativa:

O estabelecimento, cujo nome encima estas linhas [Destilaria Modello] e que outr'ora era conhecido sob a denominação de Meleira, é o mais importante do Brazil, no ponto de vista da fabricação de aguardente. Fundado graças á iniciativa de alguns proprietários, representava esse commettimento um dos

mais bellos tentamens realizados no dominio da nossa industria agricola. Mas, infelizmente, nem compensou os capitaes empregados, sendo antes uma fonte perenne de consideráveis prejuizos, nem contribuiu de modo algum para melhorar a condição da lavoura. (ALMEIDA, 1903, p. 43).

Através de uma descrição minuciosa do seu maquinário e do funcionamento, o autor apresenta uma série de fotografias que evidencia as características da fábrica. Estas imagens, conectadas ao nome da Destilaria Modelo, tratam-se da confirmação da existência deste empreendimento relacionado às ruínas. Entre documentos e suposições, as fotografias confirmam os indícios encontrados em todas as fontes históricas, que de fato as Ruínas Tarzan têm origem em uma destilaria do século XIX.

Figura 22 - Destilaria Modello, visão do fundo.



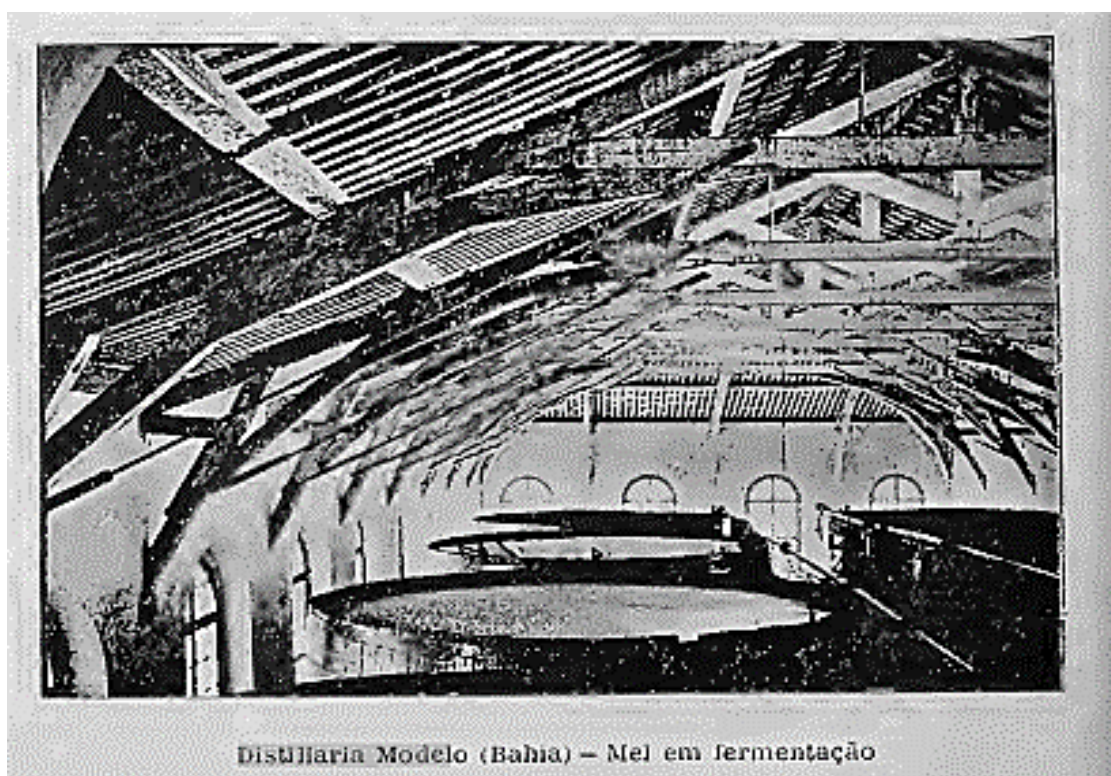
Fonte: Retirado de “O assucar e o álcool da Bahia”, ALMEIDA, 1903. p.24

Figura 23 - Destillaria Modello, visão frontal



Fonte: Retirado de "O assucar e o álcool da Bahia", ALMEIDA, 1903. p.24

Figura 24 – Dornas de Mel da Destillaria Modello, vista interna superior.



Fonte: Retirado de "O assucar e o álcool da Bahia", ALMEIDA, 1903, p.26.

Figura 25 – Dornas de Mel da Destillaria Modello, vista interna inferior.



Fonte: Retirado de “O assucar e o álcool da Bahia”, ALMEIDA, 1903, p.26

No relato apresentado por Almeida, pode-se perceber como era a divisão interna da fábrica, e como, ela despertou surpresa no autor, provavelmente acostumado a visitar unidades de produção de aguardente, ao se deparar com as suas características monumentais:

A distillaria compõe-se de varias secções, sendo as principaes: deposito de combustível, deposito de mel, sala das caldeiras, torre dos alambiques, pavilhão de fermentação, além de escriptorio e gabinete de chimica e microscopia. A fachada do edificio tem 100 metros de largura e a chaminé de alvenaria é monumental. Está situada na cidade de Santo Amaro, passando em sua frente o rio Subahé, onde são lançados os resíduos da fabricação da cachaça, e possui ramaes férreos para conducção de combustível e aguardente, recebendo todo o mel para distillação pela Estrada de Ferro Santo Amaro e por animaes. Acha-se sob a gerência do coronel Luiz António de Freitas e é dirigida na parte technica pelo Sr. Friederich Seypell. (ALMEIDA, 1903, p. 43).

Consequente, Miguel Calmon nos revela que apesar das suas imponentes características a Destilaria encontrava-se em declínio financeiro, e que estava adjudicada ao Banco Mercantil da Bahia. Em sua leitura, a decadência da indústria era justificada pelo não

cumprimento de uma dupla condição: de ter o mínimo de custo de instalação aliado ao máximo de produção.

Fica assim evidenciado o contexto formativo da Destilaria Modello, a primeira referência factual sobre o prédio, ligado à indústria de transformação da cana. Compreendo que através da narrativa construída por Miguel Calmon, seu surgimento poderia estar ligado ao processo de reordenação das forças produtivas, se rearticulando para manutenção da exploração tocada pelas oligarquias locais, um caminho diferente para continuidade de um processo que iniciara três séculos antes e que faz do prédio da grande destilaria um marco.

A partir das referências apresentadas por Miguel Calmon, procedi com um levantamento de fontes que permitissem entender o processo de criação da Destilaria Modello, antes da sua derrocada financeira. Nesse sentido, foi realizada a investigação no banco de dados do Acervo Digital e na Hemeroteca Digital, ambas ferramentas disponibilizadas pela Biblioteca Nacional, em imagens e periódicos situados, inicialmente, no interstício entre os anos de 1880 e 1910 em busca de informações com referências à Destilaria. Complementarmente, foi realizada também um intenso processo de pesquisa em *sites* públicos, a partir dos termos que remetessem ao universo da destilaria.

A referência que estabeleceu novos parâmetros para o desenvolvimento da pesquisa adveio, exatamente, de um site especializado na comercialização de bens históricos financeiros, sediado na Alemanha, de nome *Historisches Wertpapierhaus*⁵⁷, em janeiro de 2017. O documento, Nº 2.841 do catálogo do site, é uma ação financeira da Companhia União dos Lavradores (CUL). Em sua composição é possível aferir importantes dados que serviram a compreensão da Destilaria Modello como a demarcação: “sediada em Santo Amaro da Purificação”, que conferia veracidade a sua localização.

Datada da última década do século XIX (1890), o documento possui numeração sequenciada e uma indicação nominal do sócio que adquiria a ação a um valor de 100\$000, corroborada pelas assinaturas do presidente da Companhia e seu secretário: “O Sr. João Damaceno dos Reis pagou a quantia de cem mil reis, valor desta acção que fica no gozo de todos os direitos e sujeito a todos as obrigações na forma dos Estatutos” (HWPH, 2016). Ao centro da ação, destaca-se a imagem de uma fábrica, com a figura de um maquinário à esquerda. A representação era uma indicação direta ao prédio da Destillaria Modello.

⁵⁷ Em uma tradução literal, pode ser compreendida como Casa de Papéis de Valores Históricos. Disponível em https://www.hwph.de/accoes-antigas/losnr-auktnr-pa15-2841_pt.html

Figura 26 - Ação da Companhia União dos Lavradores, com sede em Santo Amaro da Purificação



Fonte: Retirado do site *Historisches Wertpapierhaus*, 2017.

Aparentemente, os dados obtidos traçavam a existência daquela Companhia no período imediatamente compreendido após o fim da legalidade da escravidão no Brasil. Entretanto, restava ampliar o arcabouço de dados que auxiliassem a formar uma representação mais nítida desse empreendimento. Com posse dessas informações, procedeu-se com a pesquisa em busca de outras fontes utilizando, inicialmente, o acervo digital da Biblioteca Nacional. A primeira referência encontrada foi um registro iconográfico da fachada da “Distillaria Modello”. A fotografia realizada de algum ponto na margem contrária do rio Subaé mostra a edificação, em provável funcionamento. Do lado esquerdo da imagem é possível notar a presença de uma outra pequena edificação que, hoje, já não existe. As cores do prédio são diferentes entre o prédio central e os anexos laterais. É também possível notar que a região da fábrica era completamente cercada e possuía um cais improvisado onde encontra-se uma espécie de jangada ancorada. Esses registros fotográficos estão apresentados em conjunto com outras fotografias de empreendimentos locais. O destaque, invariavelmente, é para os maquinários e para o modo de produção nesses espaços fabris, no entanto creio ser importante salientar a presença constante de homens, em sua maioria negros, nessas imagens, numa representação secundária do objetivo da imagem. Nas imagens seguintes (Figura 27 e Figura 28), em específico, é possível observar tal representação, com registro especial à fotografia do setor de tanoaria da Companhia Alcoolica da Bahia.

Figura 27 - Edifício da Destillaria Modelo



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital, Santo Amaro – BA, 19--, autor desconhecido.

Figura 28- Visão interna do setor de tanoaria da Companhia Alcolica da Bahia



Fonte: Biblioteca Nacional, acervo digital, Santo Amaro – BA, 193-?, autor desconhecido.

Foram também encontradas referências a CUL em uma série de periódicos brasileiros que confirmaram a existência e o funcionamento da Companhia. No início da década de 1890, mais precisamente do ano de 1891, a edição 120, do “Jornal de Recife”⁵⁸, datado em 30 de maio

⁵⁸ BNDIGITAL. *Jornal de Recife*. Ed. 120. Notícias Financeiras. Pernambuco. 30 de mai. 1891.

de 1891, na sessão Notícias Financeiras, apresenta os procedimentos legais para criação da CUL, através a seguinte notícia:

Sob a presidência do Exe. Sr. Dr. Araújo Pinho realizou-se em S. Paulo em uma das salas do Paço Municipal a sessão de instalação da Companhia União dos Lavradores, cujos estatutos foram unanimemente aprovados, depois de haver o Sr. Ismael de Andrade lido o certificado do Banco Mercantil em que se declarava estar recolhida a aquele banco a primeira chamada do capital subscrito. (JORNAL DE RECIFE, 1891, p. 2)

A edição 3.442, de maio de 1891, do “Jornal de Notícias”⁵⁹, periódico baiano, anunciava a um informativo da Companhia União dos Lavradores, ao qual convidava a todos os “subscriptores” para a realização da Assembleia Geral de Instalação na intendência municipal de Santo Amaro, a ocorrer em 7 de maio do mesmo ano. Já a edição 3.489, de julho de 1891, do mesmo periódico⁶⁰, apresentava um edital de chamamento de fornecedores para construção de um prédio e dos equipamentos voltados à produção de aguardente apresentadas pelo Sr. Ismael de Andrade. As propostas teriam quarenta e cinco dias, contados a partir do dia 26 de junho de 1891, para serem apresentadas e os materiais deveriam ser entregues em Santo Amaro.

Esses documentos permitem afirmar o momento de criação da Companhia União dos Lavradores, sob quais as condições foram estabelecidas o seu formato organizativo, bem como estava sinalizada a perspectiva em estabelecer a construção de um prédio para a produção de aguardente, principal produto do empreendimento. É notado que a CUL se desenvolvia de uma forma estruturada, desde a sua criação, instituindo-se como uma sociedade dividida por ações, com obrigações, lucros e projeções estabelecidas. Dentre os envolvidos no processo de estruturação da Companhia, destaco João Ferreira de Araújo Pinho, citado como presidente no momento da instalação da CUL. Evidencio que sua assinatura está presente na ação financeira da Companhia, referenciada anteriormente, indicando-o como presidente. Sua origem remete ao baronato açucareiro da região conforme afirma o historiador Eul-Soo Pang, onde atuou como “[...] fazendeiro, político do Partido Conservador, atuou como presidente da Província de Sergipe, deputado geral e governador da Bahia, no período de 1908-1911” (PANG, 1979, p. 23).

⁵⁹ BNDIGITAL. *Jornal de Notícias*. Ed. 3.442. Companhia União dos Lavradores. Bahia. 5 de mai. 1891

⁶⁰ BNDIGITAL. *Jornal de Notícias*. Ed. 3.489. Companhia União dos Lavradores. Bahia. 6 de jul. 1891

Os envolvidos no processo de criação da CUL, como veremos mais à frente, não eram lavradores, no sentido que é atribuído ao termo hoje, como poderia sugerir o nome ao qual a Companhia foi batizada. A organização era instituída pelas famílias patriarcais de Santo Amaro e arredores, que dominaram, durante muito tempo, a vida social, econômica e política da Bahia.

É a partir do presidente Araújo Pinho que foi localizada relevante documentação sobre

Figura 29 - Marca tipográfica da Companhia União dos Lavradores, encontrada em documento oficial.



Fonte: Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia - Acervo Araújo Pinho. 1899.
Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_CP_40_6911.

a Companhia. O Centro de Memória da Bahia, órgão da Fundação Pedro Calmon, vinculado ao Governo do Estado da Bahia, tem sob a sua salvaguarda arquivos privados de personalidades públicas, ao qual dentre estas está o ex-governador Araújo Pinho. Foram encontradas, inicialmente, 147 documentos relacionados à Companhia União dos Lavradores. Optei por proceder com a seleção de alguns documentos, que auxiliaram a delinear o perfil da Companhia União dos Lavradores.

Dentre os documentos selecionados, evidencio o Projeto de Estatuto da Companhia União dos Lavradores⁶¹. Nele estão descritas todas as condições para estabelecimento da organização, em 7 sessões (Da Sede, duração e objeto da Companhia; Do fundo social e das ações; Da Administração; Do Conselho Fiscal; Da Assembleia Geral; Disposições Gerais e Disposições Transitórias) e 34 artigos. Projetada para funcionar na cidade de Santo Amaro “por 30 anos”, contados a partir da instalação, a companhia possuía um capital de Rs 500:000\$000 (deve ser lido como 5 milhões de reis ou 50 contos de réis) dividido em cinco mil ações de Rs 100\$000, que deveriam ser adquiridas por seus sócios capitalistas aos quais se dividiria parte dos lucros com os sócios fornecedores de matéria-prima.

Sobre a finalidade da CUL, o documento expõe no seu artigo 3º, que era objetivo da companhia adquirir “[...] terrenos necessários para construir um edifício de colunas de ferro

⁶¹ Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia. *Projeto Estatuto da Companhia União dos Lavradores*. Pasta 26. Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_AD_24_1972. Documento disponibilizado na íntegra neste trabalho (ANEXO A).

sobre alvenaria com capacidade para fundação de um ou mais aparelhos à vapor, destinados à destilação do álcool da matéria-prima fornecida por seus associados”, além de pretender “[...] importar tudo quanto for preciso para transporte da aguardente e do mel, quando se torne vantajosa a remessa desses gêneros à praças estrangeiras” e planejavam um processo de expansão, “a montar, logo que o progresso da Companhia o exigir, outras fabricas quer em pontos do município de Santo Amaro e Villa de S. Francisco, quer nos de Cachoeira, ou onde entender melhor a Diretoria”.

Outras questões importantes também estão apontadas no documento. Os interesses comerciais da CUL intencionavam que a produção de aguardente e mel fosse destinada ao exterior, importando todos os instrumentos necessários para garantir tal processo. São apresentados também os incorporadores da Companhia, Ismael Américo d’Andrade, negociante e proprietário residente na capital e Francisco Ferreira Vianna Bandeira, lavrador e proprietário residente em Santo Amaro. A força de trabalho a ser utilizada na unidade de produção, a Destilaria Modello, não aparecem pontuadas no documento.

A administração da Companhia seria realizada por 4 diretores, um deste escolhidos para ser o presidente pela Assembleia Geral, com um salário anual de 3 contos de réis acrescidos de 2,5% dos lucros líquidos da empresa. A gerência da fábrica e a tesouraria também estariam a cargos dos diretores. Nos primeiros seis anos de gestão foram empossados João Ferreira de Araújo Pinho, o conselheiro João Ferreira de Moura, Dr. Francisco Ferreira Vianna Bandeira e o Barão do Rio de Contas. Para o Conselho Fiscal foram nomeados o Barão de Vila Viçosa, o Visconde de Ferreira Bandeira e João de Cerqueira Lima. Não foi confirmada a quantidade de sócios existentes no momento da fundação da CUL, entretanto a edição 710⁶² do jornal santamarense “O Popular”, publicou em 12 de setembro de 1893 o projeto de reforma no estatuto da Companhia aprovado na Assembleia Geral de 27 de agosto do mesmo ano, e pela quantidade de votantes é possível estimar, naquele momento, a presença de 130 sócios. Ademais, as modificações do estatuto aprovadas alteraram os ordenamentos da fábrica e indicavam que ela já se encontrava em pleno funcionamento.

O prédio da Destillaria Modello foi edificado, de fato, pela Companhia União dos Lavradores, muito possivelmente, entre os anos de 1891 e 1895. Conforme relatado anteriormente, a edificação começou a ser projetada ainda no ano de fundação, entretanto a data de inauguração da edificação não é precisa. Um telegrama realizado entre o incorporador Ismael

⁶² BNDIGITAL. *O Popular*. Ed. 710. Noticiário. Santo Amaro, BA. 12 de set. 1893. p.1.

de Andrade e João Ferreira de Araújo Pinho em 21 de maio de 1891⁶³ revela o registro da Companhia no Tribunal Comercial, mas não apresenta informações sobre a unidade fabril. Todavia, um anúncio publicado no jornal “Diário de Notícias”, edição 45⁶⁴, em fevereiro de 1895, informava sobre a venda da aguardente da Companhia União dos Lavradores. O produto anunciado poderia ser vendido no atacado ou em pequenas quantidades, ao qual a empresa comprometia-se a fornecer qualquer quantidade de pipas, garantindo a entrega. Este é um indicativo de que o prédio da Destilaria Modello, possivelmente, já se encontrava em pleno funcionamento.

Figura 30 - Anúncio da Aguardente da CUL



Fonte: Retirado do Diário de Notícias. Ed. 45. Aguardente da Companhia União dos Lavradores. Bahia. 25 de fev. 1895. p.2

A criação do prédio da Companhia representava, naquele momento, a inserção de um padrão produtivo diferente que sinalizava a inserção de um processo completamente novo para a economia e sociedade local: a indústria produtiva da cachaça. Segundo o historiador e pesquisador Walter Fraga (2014) no âmbito do pós-abolicionismo grande parte dos recursos produtivos continuou concentrada nas mãos de ex-senhores e o acesso à terra se vinculava em grande medida às relações de dependência (FRAGA, 2014, p. 211-213). Desta forma, uma

⁶³ Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia. *Telegrama entre Araújo Pinho e Ismael Andrade*. Pasta 48. Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_CP_48_8081. Documento disponibilizado na íntegra neste trabalho (ANEXO B).

⁶⁴ BNDIGITAL. *Diário de Notícias*. Ed. 45. Aguardente da Companhia União dos Lavradores. Bahia. 25 de fev. 1895. p.2

possível leitura sobre a criação dessa indústria, neste contexto, reside na percepção de que a constituição de um espaço na zona urbana de Santo Amaro permitisse aos sócios resistir e responder ao fim da legalidade da escravidão. Fraga (2014, p. 212) também revela que os barões assistiram ao desmoronamento da escravidão, custando-lhes aceitar que a desordem e a desobediência alcançassem seus domínios. Neste sentido, estruturar uma nova lógica de produção, completamente industrial, moderna, poderia instituir uma imagem ligada à legalidade do trabalho. Enquanto na zona rural, ou seja, distante dos olhares da cidade e onde de fato as comunidades de ex-escravos continuavam a habitar, as relações continuassem sendo rígidas para a produção da matéria-prima que alimentava a indústria.

Nesse sentido, percebi que o estatuto da Companhia União dos Lavradores sinalizava a existência de sócios fornecedores, o que na prática, era um serviço realizado pelos mesmos senhores de engenho que ainda mantinham suas unidades em funcionamento. Foi a partir de documentos de compra de produtos, uma espécie de mel que ao ser destilado se transforma em cachaça, desses engenhos pela CUL que percebemos essa relação. Encontrados no acervo do ex-presidente Araújo Pinho, esses comprovantes nos permitiram dimensionar como a Companhia operava em seu cotidiano. Analisamos 63 comprovantes de pagamento realizados pela CUL durante seis meses de atividade, entre dezembro de 1897 e maio de 1898. Na análise, foram levantadas questões importantes que corroboram com a perspectiva de manutenção das relações estabelecidas anteriormente e dispôs as condições entre a CUL e seus fornecedores.

O processo de chegada da matéria-prima da produção de aguardente da Companhia funcionava a partir da compra das pipas de mel, uma espécie de caldo da cana-de-açúcar, feitas e entregues por um fornecedor, ao que percebemos ser geralmente um engenho da região. O recebimento da mercadoria ficava a cargo do gerente da destilaria e de um encarregado, que procediam com o registro da temperatura do mel, realizavam o pagamento e emitiam o cupom fiscal em duas vias. Todos os comprovantes apresentaram número de série, indicavam a quantidade comprada, em litros, além do preço e fretes pagos pela mercadoria.

Entre os 63 comprovantes analisados apenas cinco⁶⁵ não haviam sido comprados diretamente do Engenho Água Boa Grande (EABG), localizado na região de Terra Nova, cidade que à época compunha as terras santamarenses. É possível notar, que no fornecimento das pipas pelo EABG, estão sinalizadas a inscrição “casa própria”. Entretanto, não identificamos o

⁶⁵ Essas compras foram fornecidas pelo próprio João Ferreira de Araújo Pinho e estavam fora do perfil de compra da CUL, principalmente em relação à quantidade habitualmente adquirida.

proprietário do engenho, mas creio que tal referência trate da propriedade, que talvez pertencesse a algum sócio da Companhia.

As compras das pipas de mel eram realizadas diariamente e não há registro da emissão de mais de um comprovante por data. Todas as compras realizadas diretamente do EABG eram de 800 litros de mel, com o preço variando entre Rs 170\$000, maior valor, registrado em março de 1898, e Rs 126\$000, menor valor, registrado em maio de 1898. Na maioria das compras não havia cobrança de frete, o que não alterava o valor da compra. Apenas nas compras realizadas diretamente de João Ferreira de Araújo Pinho é que estavam sinalizadas a cobrança de valores pela realização de frete.

Figura 31 - Comprovante de compra de 800 litros de mel do Engenho Água Boa Grande, realizado pela Companhia União dos Lavradores

AP1529 Alcal1529.12.14

COMPANHIA UNIÃO DOS LAVRADORES

2ª VIA N. 138

Compramos do Engenho Água Boa Grande

propriedade do Caro própria

pipas com 800 litros de mel

CENTRO DE MEMÓRIA DA BAHIA

Santo Amaro 12 de Abril de 1897

O Empregado João Ferreira de Araújo Pinho

Importancia do mel 160\$000

Frete \$

Conforme—O Director João Ferreira de Araújo Pinho

160\$000

Fonte: Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia.
Arquivo privado Araújo Pinho – 1897. Referência do documento:
BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag03de07

Sobre as características do produto, a avaliação dos registros sugere que a entrega deveria atender a um padrão. O mel precisaria chegar à destilaria com temperatura de 38°, o que por vezes não era cumprido. Tal problema aparece sinalizado em alguns comprovantes (recibos de nº 467 e 495) com o encarregado pela emissão, comunicando e solicitando a resolução do problema. No entanto, as fontes analisadas não nos permitem compreender como o trabalho diário ocorria nesta unidade fabril. Especulo que as condições estabelecidas nesses espaços eram similares às usinas existentes na região, utilizando-se majoritariamente da mão-

de-obra de homens, negros, recém-saídos da escravização ou libertos anos antes. Estabelecer um levantamento sobre os registros médicos do período pode ser uma perspectiva de aprofundamento deste trabalho, visando mapear o perfil dos trabalhadores da Destilaria à época e elucubrar aspectos, que julgo, importantes para serem pontuados na ocupação do prédio após o processo de reconversão.

As relações estabelecidas entre as formas de funcionamento logístico e os modos de produção da cana nesses locais apresentam características da indústria da cana nesse período, como pode ser compreendido pela análise das fontes encontradas. Este espaço, ocupado pela agroindústria abrigou as antigas configurações do trabalho, que se mantinham circunscritas ao ambiente rural nos engenhos que forneciam matéria-prima, mas coabitavam o *locus* produtivo da indústria com os empreendimentos do espaço urbano, como as destilarias e usinas. Neste âmbito, a Destilaria Modello pode ser apreendida como uma herança material de um sistema de exploração da agroindústria, dominado por uma elite agrária, com um modo de operação originada no escravismo, mas encravada na malha urbana da cidade de Santo Amaro. Essas condições estabelecem um atributo singular à Destilaria Modello, inferindo questões importantes que estabelecem um outro sentido ao processo de reconversão estabelecido para a sua transformação em unidade de ensino da UFRB.

A condição estabelecida pela descoberta da Destilaria Modello como ocupação existente na trajetória das Ruínas Tarzan, coloca em condição uma disputa a ser considerada em sua apropriação na contemporaneidade. A existência de memórias subterrâneas, como conceituou o pesquisador austríaco Michael Pollak (1989, p. 4), intervêm no trabalho de constituição e de formalização deste patrimônio, “[...] buscando privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias”, ressaltando a importância da oposição a construção de uma memória oficializada exclusiva. Neste sentido, as narrativas que estão parcialmente estabelecidas neste trabalho e apontadas para seus possíveis desdobramentos se constituem em uma perspectiva fora do espectro, até o momento, condicionado no processo oficial capitaneado pela UFRB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ruínas Tarzan são remanescentes registros materiais da arquitetura industrial no Recôncavo baiano que ainda permanecem na contemporaneidade. É evidente que a reapropriação estabelecida pela UFRB considerou apenas critérios estruturais-arquitetônicos para estabelecer um novo uso da edificação. Reconheço que a trajetória da Destilaria Modello era desconsiderada neste processo, mesmo com indicativos da existência de ocupações anteriores a Fundação de Aço Tarzan. Um panorama sobre os processos de reconversão de bens imóveis no Brasil, sejam estes industriais ou de outra categoria, demonstra que os sentidos originais são usualmente desconsiderados nas ações de conservação, vide alguns exemplos apresentados neste trabalho como em alguns imóveis reconvertidos no Programa Monumenta, possivelmente o maior projeto de reestruturação de imóveis históricos no contexto brasileiro. Acredito que esta seja uma lacuna não alcançada por este trabalho, uma ação que poderia auxiliar a dimensionar como as políticas brasileiras de preservação atingem o patrimônio industrial da Bahia e do Recôncavo, em específico ligados ao ciclo da cana-de-açúcar.

Percebemos que pelos exemplos apresentados, é comum que as trajetórias desses espaços sejam desconsideradas nos processos de reconversão arquitetônica, em específico no caso dos bens industriais, devido às características peculiares desses locais. No caso das Ruínas Tarzan, a pesquisa evidenciou, através de uma espécie de arqueologia documental, que o prédio abrigou outras ocupações, anteriores a Fundação de Aço Tarzan. Entendo que a preservação de bens históricos é um ato político e que a pesquisa acadêmica também é. Neste sentido, este trabalho intentou atuar em duas frentes, acadêmica e técnica, ao afirmar que a Destilaria Modello se constituiu como uma relevante representação material de um período de transição da economia regional e de um modelo de trabalho e que sua existência deve ser contemplada no processo de reconversão. Esse será o resultado prático instituído para o profissional, técnico-administrativo da UFRB, fazer dos resultados obtidos com essa pesquisa instrumentos para pautar ações reais, atuando cotidianamente no desenvolvimento de uma museologia comprometida com a sociedade.

O patrimônio industrial é uma categoria do patrimônio cultural que permite estabelecer uma perspectiva de preservação para além dos tijolos e chaminés. A presença dos documentos relativos à formação e funcionamento da CUL, do perfil dos trabalhadores, da existência de uma moradia operária da Fundação de Aço Tarzan e da Siderúrgica Santo Amaro, dos engenhos que compunham a fonte de fornecimento de matéria-prima, são exemplos de informações

encobertas, que ao constituírem o âmbito deste trabalho passam, a partir de agora, a ser consideradas nas narrativas estabelecidas da proposta de salvaguarda. Deste modo, desejo que esta pesquisa contribua significativamente aos que tiverem acesso ao seu conteúdo, permitindo ampliar os “olhares” sobre o patrimônio local e fomentem a produção de novas pesquisas.

Saliento que em Santo Amaro, segundo o IPHAN, existem 75 prédios de valor histórico e arquitetônico distribuídos por 27 ruas entre as praças da Purificação e do Rosário. Destes, cerca de oito foram considerados bens culturais relevantes e estão sob a salvaguarda da União ou do Estado da Bahia. Registre-se que todos estes bens, sem exceção, são edificações que estiveram originalmente ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana ou a oligarquia açucareira da região. Os usos estabelecidos para esses imóveis, nos dias atuais, mantiveram, em grande parte, as finalidades originais estabelecendo a antiguidade como ponto de partida para estabelecer a sua relação com a comunidade santamarense. No entanto, o caso emblemático da Casa do Samba, antigo Solar Subaé, é um exemplo salutar de reconversão dos significados estabelecidos nas edificações. Transformada em espaço destinado à preservação do samba de roda do Recôncavo, manifestação da arte do povo negro dessa região, a casa foi moradia da Família Araújo Pinho, partícipe da oligarquia local.⁶⁶ Nesse sentido, a reconversão de bens histórico, visando ressignificá-los para permitir a manutenção desses registros materiais da historicidade das cidades é ação importante, contudo, é ainda mais importante estabelecer a participação comunitária no processo, permitindo que as decisões sobre o passado e o futuro das cidades pertençam, de fato, à comunidade.

Algumas questões permaneceram em aberto e sem respostas após o encerramento deste trabalho. As incompletudes são marcas do processo e creio que diante desta posição, de avaliar e rever o percurso até aqui, é imprescindível refletir, principalmente, sobre os pontos limitadores intrínsecos ao processo.

As dificuldades em desenvolver uma pesquisa são comuns à atividade acadêmica no Brasil. Inclusive, para os profissionais empregados que precisam empenhar tempo e dinheiro para o desenvolvimento da pesquisa. Sem recursos financeiros dedicados para tal fim e exercendo, concomitantemente, atividades técnicas em uma carreira no serviço público por 40 horas semanais, creio que foram questões que contribuíram para um resultado menos significativo ao final da trajetória. Neste sentido, acredito que desenvolver um aprofundamento sobre as fontes históricas encontradas e não tratadas no decorrer da pesquisa, assim como o

⁶⁶ O Solar Subaé ou Solar Araújo Pinho, é uma construção do século 19. Residiram no local Francisco Moreira de Carvalho, o Conde de Subaé; João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe e José Wanderley de Araújo Pinho, filho do primeiro. Foi tombado pelo Iphan em 1978, inscrito nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes.

processo de refinamento da busca por outras fontes, possam vir a tornar-se, em outro momento, ações importantes para auxiliar a construção de uma narrativa ainda mais abrangente e plural deste bem industrial.

Creio que a busca por estabelecer uma narrativa que contemple a existência da CUL e da Destilaria Modello poderá auxiliar a UFRB, o CECULT e a comunidade santamarense a constituir o processo de reconversão. Entendo que, profissionalmente, este possa tornar-se um caminho a ser trilhado como museólogo da instituição, desenvolvendo perspectivas não contempladas nesta pesquisa, como as características do trabalho inseridos no contexto dessa iniciativa no pós-abolicionismo. Afinal, este fora um momento significativo para a cidade de Santo Amaro, um dos municípios mais importantes no Brasil, do ciclo da cana-de-açúcar, e a criação da Companhia União dos Lavradores instaurou um processo de transição do mundo demasiadamente agrário, marcado pelos latifúndios, engenhos e pelo trabalho escravo, para um contexto híbrido, com protagonismo da indústria, encravado na zona urbana de Santo Amaro, mas que para além de todas as memórias preservadas e esquecidas pela cidade, através dos prédios e casarões da elite financeira e de suas igrejas católicas tombadas, ficarão algumas perguntas: Como ainda resistem estas ruínas que carregam a imagem de ser um dos últimos suspiros da oligarquia da cana? Continuarão sendo, apenas, a fachada remanescente de um registro material apagado pela malha urbana da cidade? Ou poderão vir a ser um lugar de memória e reflexão sobre as nódoas da exploração das mulheres e homens nestes espaços? Desejo que este trabalho auxilie-nos a refletir e caminhar para construir novas memórias e identidades.

FONTES

TEXTUAIS

Arquivo Público Municipal de Santo Amaro (APMSA)

a) Periódicos

- *Jornal Oficial O Município*. Relação da produção de aguardente deste município mês novembro de 1948. Santo Amaro. nov. 1948.
- *Jornal Oficial O Município*. Ed. 1.332. Sessão Indústrias e Profissões. Santo Amaro. 26 de fev. 1949a.
- *Jornal Oficial O Município*. Ed. 1.347. Sessão Indústrias e Profissões. Santo Amaro. 11 de jun. 1949b.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Setor de Periódicos

a) Periódicos

- *Diário de Notícias*. Ed. 15.891. O que a Fundação Aço Tarzan pretende. Salvador. 12 de ago. 1953.

Biblioteca Nacional Digital (BNDIGITAL)

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital

a) Periódicos - Jornais

- *A Noite*. Ed. 7643. Preparando-se para as proximas regatas de lanchas. Rio de Janeiro. 6 de mar. 1933. p. 1. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/348970_03/11980. Acesso em 15. Mai. 2017.
- *Correio da Manhã*. Ed. 20.305. 6º Caderno. Técnicos são otimistas quanto à indústria siderúrgica no Nordeste. Rio de Janeiro. 7 de jun. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/106805. Acesso em 15 de dez. 2018.
- *Correio Mercantil: Jornal Político, Comercial e Litterario*. Aviso Importante. Ed. 261. 20 de nov. 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/186244/8699> . Acesso em 13 de jan. 2017
- *Diário de Notícias*. Ed. 45. Aguardente da Companhia União dos Lavradores. Bahia. 25 de fev. 1895. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/84>. Acesso em 5 de jan. 2017.

- *Jornal do Brasil*. Ed. 195. 1º Caderno. Votorantim demite 157 e fecha siderurgia na Bahia. Rio de Janeiro. 20 de out. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/31999. Acesso em 13 de mai. 2018.
- *Jornal do Brasil*. Ed. 297. Economia. Grupo Votorantim fecha usina siderúrgica punida pelo CIP. Rio de Janeiro. 1 de fev. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/1516. Acesso em 13 de mai. 2018.
- *Jornal do Commercio*. Ed. 282. Decretos assignados. Rio de Janeiro. 29 de ago. 1935. p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_12/38147. Acesso em 14. mai. 2017.
- *Jornal de Notícias*. Ed. 3.442. Companhia União dos Lavradores. Bahia. 5 de mai. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/262>. Acesso em 4. Jan. 2017.
- *Jornal de Notícias*. Ed. 3.489. Companhia União dos Lavradores. Bahia. 6 de jul. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/407> Acesso em 4. Jan. 2017.
- *O Guaycuru*. Ed. 454. Aos senhores de Engenho. Salvador. 29 de out. 1847. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709794/739> Acesso em 4.jan. 2017.
- *O Momento*. Ed. 637. Impera a miseria e a exploração nas uzinas do monopólio Magalhaes. Salvador. 4 de mar. 1948. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/118699/287>. Acesso em 22 de dez. 2018.
- *O Popular*. Ed. 710. Noticiário. Santo Amaro, BA. 12 de set. 1893. p.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703850/17>. Acesso em 4 de jan. 2017.

b) Periódicos - Revistas

- *A Noite Ilustrada*: Suplemento: Secção de Rotogravura. Ed. 154. O acidente da lancha “Miss Brasil”. Rio de Janeiro. mar. 1933. p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/120588/3149>. Acesso em 15. mai. 2017.
- *A Noite Ilustrada*: Supllemento: Secção de Rotogravura. Ed. 924. Publicidade Industrias Metalurgicas Guertzenstein Ltda. Rio de Janeiro. 11 de nov. 1946. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/120588/32621>. Acesso em 23. Jun. 2018.
- *Revista O Cruzeiro*. Ed. 50. Reequipando para produzir mais. Aço para a Bahia. Rio de Janeiro. 22 de set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/003581/145225>. Acesso em 30 de jul. 2017.

c) Almanques:

- *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1860. p.502. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706825/2120>. Acesso em 25 de jun. 2018

- *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1862. p. 512. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706825/3210>. Acesso em 25 de jun. 2018.
- *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia*. Ed. 1. Santo Amaro / Alambiques. Bahia. 1863. p.435-436. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706825/3658>. Acesso em 25 de jun. 2018.
- *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 92. Oficinas Mecanicas. Rio de Janeiro. 1936. p.398. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/116869>. Acesso em 15 de mai. 2017.
- *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 94. Oficinas Mecanicas. Rio de Janeiro. 1938. p.378. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/120602>. Acesso em 15 de mai. 2017.
- *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*. Ed. 96. Oficinas Mecanicas. Rio de Janeiro. 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/313394/120602>. Acesso em 15 de mai. 2017.

d) Anais

- *Anais da Biblioteca Nacional*. Ed.48. v. XLVIII. p.312. Rio de Janeiro. 1926. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/36705>. Acesso em 17 de abr. 2018.
- *Anais da Biblioteca Nacional*. Ed.31. v. XXI. p.201. Rio de Janeiro. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/402630/24446>. Acesso em 30 de jun. 2018.

e) Documentos Históricos

- *Documentos Históricos*. 1943. p. 182. VOL. LXI. Tombo das terras pertencentes à Igreja de Santo Antônio da Companhia de I. H. S. Bahia — Livro V.' CIA. DE JESUS - BAHIA - 1727 - TOMO 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1944_00063.pdf Acesso em 02 de mai. 2018.
- *Documentos Históricos*. 1934. p. 103. VOL. XXIV. Provisões, Patentes, Alvarás, Sesmarias, Mandados, etc. Registro de uma petição de João de Aguiar Villas-Boas e Bartholomeu Soares e de sua carta de sesmaria. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/094536/11744> Acesso em 03 de fev. 2018.

Centro de Documentação e Pesquisa. Universidade Estadual de Feira de Santana

Acervo do pesquisador José Luís Pamponet Sampaio (APJLPS)

3.1.1. Série Engenhos

- Aguardente – Fábricas de aguardente (S. Amaro), 1876. CAIXA28 (“Indústrias da Bahia no século XIX, manuscritos, ARQEB”). Pacote nº 3. Maço 4603.

Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia

Acervo privado de João Ferreira de Araújo Pinho (APJFAP)

a) Série Administração de Engenho

- *Projeto Estatuto da Companhia União dos Lavradores.* Pasta 26. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_24_1972.
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1044.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1517_06_220_pag01de04
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1015.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1517_06_220_pag02de04
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1030.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1517_06_220_pag03de04
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1084.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1517_06_220_pag04de04
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº129.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag01de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº133.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag02de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº138.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag03de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº155.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag04de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº152.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag05de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº157.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag06de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº173.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag07de07
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1564.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_01de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1708.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_02de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1825.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_03de52

- *Comprovante de compra de mel da CUL n°2002.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_04de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°2081.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_05de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°256.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_06de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°262.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_07de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°265.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_08de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°347.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_10de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°356.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_11de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°368.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_12de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°374.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_13de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°378.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_14de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°384.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_15de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°389.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_16de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°393.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_17de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°402.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_18de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°406.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_19de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°411.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_20de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL n°417.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_21de52

- *Comprovante de compra de mel da CUL nº467.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_22de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº487.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_23de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº495.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_24de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº508.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_25de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº521.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_26de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº531.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_27de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº554.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_28de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº578.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_29de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº561.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_30de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº595.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_31de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº607.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_32de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº630.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_33de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº705.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_34de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº738.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_35de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº754.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_36de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº777.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_37de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº789.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_38de52

- *Comprovante de compra de mel da CUL nº810.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_39de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº956.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_40de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº967.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_41de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº975.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_42de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº991.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_43de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº993.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_44de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1030.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_45de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1033.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_46de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1048.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_47de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1074.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_48de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1079.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_49de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº945.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_50de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº1093.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_51de52
- *Comprovante de compra de mel da CUL nº677.* Pasta 06. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_1530_06_227_52de52

b) Série Correspondência Passiva

- *Carta enviada por Luiz Antonio de Freitas a João Ferreira de Araújo Pinho.* 31 de ago. 1899. Pasta 40. Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_CP_40_6911

- *Telegrama entre Araújo Pinho e Ismael Andrade*. 21 de mai. 1891. Pasta 48. N° de referência BR_BACMB_AP_TXT_CP_48_8081_.

ICONOGRAFIAS

Acervo Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas / UFRB (CECULT)

a) Fotografias

- DESCONHECIDO, A. **Foto área da Ruínas Tarzan**. Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Santo Amaro, BA.
- DESCONHECIDO, A. **Foto da Capela do Rosário**. Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Santo Amaro, BA.
- DESCONHECIDO, A. **Sem título**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Santo Amaro, 08 de jan. 2015. Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. 1 fotografia, color. Disponível em <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao>

Acervo Fotográfico da Biblioteca Marieta Alves / Instituto Feminino da Bahia (IFB)

a) Fotografias Recôncavo

- *Fotografia do Rio Subaé*. N° de Referência: FM-4625

Acervo Pessoal de Lucília Libório Trzan

a) Fotografias Fundação de Aço Tarzan

- TRZAN, Lucília Libório. **Solar Paraíso**. Acervo pessoal de Lucília Trzan. 198-?
- TRZAN, Lucília Libório. **Visão Interna da Fundação de Aço Tarzan**. Acervo pessoal de Lucília Trzan. 196-?
- TRZAN, Lucília Libório. **Visão Interna do Solar Paraíso**. Acervo pessoal de Lucília Trzan. 198-?

b) Documentos

- Logomarca da Fundação de Aço Tarzan em papel timbrado. [S.I] 1940-1960.

Biblioteca Nacional (BNDIGITAL)

a) Plataforma Sophia

- BIBLIOTECA Nacional. **Cooperativa Alcoólica da Bahia** [Iconográfico] : Secção de tanoaria. Santo Amaro, BA : [s.n.], [193-?]. 1 foto : Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b ; 15,2 x 22 cm em Papel: 17,2 x 23,5 cm em cartão-suporte:30 x 36 cm. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon629639/icon629639.jpg
- BIBLIOTECA Nacional. **Edifício da Grande Distillaria Modelo** [Iconográfico] Santo Amaro, BA : [s.n.], [19--]. 1 foto : Cópia fotográfica de gelatina e prata, p&b ; 15,5 x 21,5 cm em Papel: 16,8 x 23 cm em cartão-suporte: 30 x 36 cm. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon585962/icon585962.jpg

b) Hemeroteca Digital

- DESCONHECIDO, A. **Carlos Trzan e a Lancha Miss Brasil**. A Noite Ilustrada: Suplemento: Secção de Rotogravura. Ed. 154. O acidente da lancha “Miss Brasil”. Rio de Janeiro. mar. 1933. p. 24. Disponível em:
- DESCONHECIDO, A. **Logomarca das Indústrias Guertzenstein LTDA**. A Noite Ilustrada,. Secção de Rotogravura. Ed. 924. Rio de Janeiro. 11 de nov. 1946. p. 15.
- DIÁRIO de Notícias. **Anúncio da Aguardente da Companhia União dos Lavradores**. Ed. 45. Bahia. 25 de fev. 1895. p. 2

Fundação Pedro Calmon / Centro de Memória da Bahia

a) Acervo Particular Araújo Pinho

- FUNDAÇÃO Pedro Calmon. **Comprovante de compra de mel**. Centro de Memória da Bahia. Arquivo Araújo Pinho. 02 de dez. 1897. Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_AD_1529_06_239_pag03de07
- FUNDAÇÃO Pedro Calmon. **Logomarca da Companhia União dos Lavradores**. Centro de Memória da Bahia Acervo Araújo Pinho. 31 de ago. 1899. Correspondência Passiva. Pasta 40. Referência do documento: BR_BACMB_AP_TXT_CP_40_6911

Fundação José Silveira / Biblioteca Padre José Loureiro

a) Logomarcas

- DESCONHECIDO. A. **Identidade Visual da Fundação de Aço Tarzan**. Carta de Carlos Trzan para José Silveira. Acervo da Biblioteca Padre José Gomes Loureiro, 2019. 1 Fotografia, color.

Iconografias retiradas de publicações

a) ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. O assucar e o álcool na Bahia. 1903

- DESCONHECIDO, A. **Visão do fundo da Destilaria Modello**. O assucar e o álcool da Bahia, ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. 1903. p.24
- DESCONHECIDO, A. **Visão do interna superior da Destilaria Modello**. O assucar e o álcool da Bahia, ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. 1903. p.26
- DESCONHECIDO, A. **Visão frontal da Destilaria Modello**. O assucar e o álcool da Bahia, ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. 1903. p.24
- DESCONHECIDO, A. **Visão interna inferior da Destilaria Modello**. O assucar e o álcool da Bahia, ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. 1903. p.26

b) Demais publicações

- DESCONHECIDO, A. **Heráldica de Santo Amaro**. Informativo Turístico de Santo Amaro”. Secretária de Cultura e Turismo de Santo Amaro: Santo Amaro, 1999.
- IBGE. **Destillaria Jujuba LTDA**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. V. 21. 1953
- LACHENMAYER, Paulo. **Heráldica do município de Santo Amaro proposta em 1922**. Louvação à Santo Amaro. Jorge de F. Góes, 1966. p. 2.
- PEREIRA, Armando Leonardo. **Capela do Engenho Santo Amaro**. História de um Engenho do Recôncavo: Matoim – Novo Caboto – Freguesia. Brasília, 1982.

Acervo pessoal de Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo

- ALFREDO, M. C. R. de O. **Adesivo da campanha “Para ser do Recôncavo, tem que estar em Santo Amaro”**. 2019. 1 Fotografia, color. 14 cm x 12 cm.
- ALFREDO, M. C. R. de O. **Igreja de Santa Luzia**. Set. 2018. 1 Fotografia, color. 14 cm x 12 cm.
- ALFREDO, M. C. R. de O. **Placa comemorativa da Igreja de Santa Luzia**. Set. 2018. 1 Fotografia, color. 14 cm x 12 cm
- ALFREDO, M. C. R. de O. **Placa Ruínas da Capela do Rosário**. Ago. 2018. 1 Fotografia, color. 14 cm x 12 cm

Iconografias / Sites

- DESCONHECIDO, A. **Visão panorâmica de Santo Amaro, ao fundo a Fundição de Aço Tarzan e a Destilaria Jujuba**. Blog Coletivo Amaro. [S.I]. Disponível em:
- FUNDIÇÃO Aço Tarzan. **Google Maps**. Disponível em: <https://goo.gl/maps/8JhGRT8AT5JJKU2Y7>. Acesso em 13 de abr. 2016.
- HWPH - Historisches Wertpapierhaus AG. **Ação da Companhia União dos Lavradores**. 1890. 18,5 cm x 26,7 cm. Disponível em: https://www.hwph.de/accoes-antigas/losnr-auktnr-pa15-2841_pt.html. Acesso em 23 de mar. 2016.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia**. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA, 2012.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMADO, Jorge. *Baía de Todos os Santos*. 25ª ed. (1ª ed. 1945). Rio de Janeiro, Livraria Martins Editora, 1973
- AMORIM, Clovis. **Santo Amaro nação da cana**. 2.ed. Santo Amaro, BA: Prefeitura Municipal de Santo Amaro, 1967. 27 p.
- ARANTES, Antonio Augusto. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil**. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 52-63.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009. 140 p. : il. ; 13 cm. – (Roteiros do Patrimônio ; 7)
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio Industrial no Brasil**. *Revista arq.urb. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: USJT - número 3. p. 11-22. 2010.
- BAHIA. **Decreto nº 33.252 de 09 de junho de 1986**. Dispõe sobre tombamento dos bens de valor cultural que indica e dá outras providências. Diário oficial da Bahia, Salvador, BA, 09 jun. 1986. Seção Decretos Numerados. Disponível em <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-33252-de-09-de-junho-de-1986>. Acesso em 13 set. 2018.
- BAHIA. **Lei nº 97 de 04 de outubro de 1948**. Concede isenção dos impostos estaduais à "Fundição de Ferro, Aço e outros metais", de propriedade de Carlos Tarzan. Diário oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 4 out. 1948. Seção Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-97-de-04-de-outubro-de-1948>. Acesso em 21 jun. 2018.
- BARICKMAN, J. B. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEZERRA, Roselane Gomes. **Identificação e reutilização do patrimônio no processo de reinvenção das cidades: uma reflexão a partir da cidade de Almada**. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, 2015, p. 69-92
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 54.863, de 3 de novembro de 1964**. Concede à Siderúrgica Santo Amaro S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração. Distrito Federal, Diário Oficial da União de 06/01/1965. Disponível em: legis.senado.leg.br/norma/477457/publicacao/15765990. Acesso em 13 de set. 2019.
- BRASIL. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução Nº 003/2013 do Conselho Universitário**, de 07 de maio de 2013. Dispõe sobre a aprovação da criação do

Campus de Santo Amaro da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT. Cruz das Almas, BA, p. 1-55, mai, 2013.

BRITO, T. F. S. ; CARMO, R. G. **Ruínas Trzan e seus fluxos**: um estudo sobre apropriação em uma área fronteiriça. In: 10. Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015, Lisboa. Livro de Atas do 10 Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: Editora da Universidade Nova de Lisboa, 2015. v. 1. p. 2104-2118. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/281975277_Ruinas_Trzan_e_seus_fluxos>. Acesso em: 14 de agosto de 2016.

CALDEIRA, Jorge. **Votorantim 90 anos**: uma história de trabalho e superação. São Paulo: Mameluco, 2007

CARNEIRO, Edison. **A cidade do Salvador 1549**: uma reconstituição histórica. Ed. Simões Filhos, 2017.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cidades escravistas**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 156-162.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Prelúdio da cachaça**. [1ª Ed. 1986]. São Paulo: Global, 2006.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Joaci de Souza. **Amargo açúcar**: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964). Dissertação de Mestrado em História. FFCH/UFBA. Salvador, 1995.

EVANGELISTA, Rafael. **Da arqueologia ao patrimônio**. *Revista Eletrônica do Iphan*. v. 1. n. 4, mar-abr, 2006. Disponível em <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=171>> acesso em 21 jun. 2019

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51ª ed. São - Paulo. Global Editora, 2006.

GERALDO, Endrica. **A "lei de cotas" de 1934**: controle de estrangeiros no Brasil. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP) , v. 15, p. 171-209, 2009.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. **A Cidade no Brasil** – período colonial. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun/2011 p. 8 – 15.

GOÊS, Jorge de Faria. **Louvação a Santo Amaro**: poesia. Salvador: Curso de Artes Gráficas, Escola de Aprendizagem Luis Tarquinio - SENAI, 1966. 172 p., il. color.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**.v.21 Rio de Janeiro: 1958.

IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural** - Vol. II - Monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte, 2ª Edição - IPAC-BA - Secretaria da Indústria e Comércio - Governo do Estado da Bahia, 1982.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação**. Patrimônio.Revista Eletrônica do IPHAN, São Paulo, n. 4, 2006. Disponível em: < <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165> >.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. [et al.] – 7ª ed. revista. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Herundino da Costa. **História de Santo Amaro**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1964.

LEITE, Rogério Proença. **A exaustão das cidades**: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2010, vol.25, n.72, pp.73-175. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000100006>.

LO TURCO, Ivanise; RIGHI. **Exemplo de reconversão arquitetônica**: da estação sorocabana ao Museu do Imaginário do Povo Brasileiro – 1914 a 2002. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, v. 16, p. 114-130, dezembro. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43389>>. Acesso em 13 set. 2019

MACHADO, Diego Finder. **Nós difíceis de desatar**: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). *Revista Confluências Culturais*. Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 21-35, março. 2018.

MARSON, Michel Deliberali. **A industrialização brasileira antes de 1930**: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.45, n.4, p.753-785, out.-dez. 2015

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia, século XIX** - uma província do Império, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1992, 747 p.

MENEGUELLO, Cristina. **As ruínas do futuro e o novo patrimônio Industrial**. Entrevista concedida à Anaxsuell Fernando da Silva e Wagner do Nascimento Rodrigues. UNICAMP, 2011b. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/contexto/article/viewFile/1041/569>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. In: Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: ANPUH-SC, 2011a, p. 1819. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/view/313>>.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012, pp. 25-39.

MORAES, Marcelo Lopes de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. **Integração Entre os Estados Brasileiros Produtores de Etanol**. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 53, n. 4, p. 607-626, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000400607&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 mar. 2019.

NAEHER, Julius. **Excursões na Província da Bahia**: (a terra e a gente da província brasileira da Bahia) / Julius Naeher ; tradução e notas Osvaldo Augusto Teixeira. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011 (Coleção A viagem de Naeher).

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**. Revista Economia – ANPEC. Brasília(DF), v.7, n.3, p.587–605, set/dez 2006. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf. Acesso em 12. mar. 2017

OLIVERA HERNÁNDEZ, Maria Herminia. **A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia** / Salvador: EDUFBA, 2009.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos**. 1536 – 1888, v. II. Ed. Bigraf, Salvador, 1996

PAIM, Zilda. **Isto é Santo Amaro**. Salvador: S. A. Artes Gráficas, 1974.

PANG, Eul-Soo. **O engenho central do Bom Jardim na economia baiana**: alguns aspectos de sua história. (1875-1891). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1979.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória Histórico-Geográfica de Santo Amaro**. Centro Gráfico do Senado, Brasília, 1977

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINHO, Wanderley. **História de um engenho do Recôncavo**: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552 – 1944. 2. Ed. (1ª edição em 1946) , il. e acrescida de um apêndice. – São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília] : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REBOUÇAS, Daniel. **Indústria na Bahia**: um olhar sobre sua história- Salvador, EPP Publicações e Publicidades, 2016.

ROCHA, Carlos Eduardo da. **Museu do Recôncavo Wanderley Pinho**: Engenho Freguesia. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia – 1971.

SALGADO, Ivone. PEREIRA, R. Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. Labor & Engenho, Campinas, SP, Brasil, v.11, n.3, p.218-241, jul./set. 2017.

SANTO AMARO. **Emenda Modificativa à Lei n. 1583/2005**. Lei n. 1904/2012. Diário Oficial do Município. Santo Amaro, 2012.

SANTO AMARO. **Informativo Turístico de Santo Amaro**. Secretária de Cultura e Turismo de Santo Amaro: Santo Amaro, 1999.

SANTO AMARO. **Lei municipal nº 1.312 de 1999**. Prefeitura Municipal de Santo Amaro: Santo Amaro, 1999.

SANTOS, Fabricio Lyrio dos. **A presença jesuíta no Recôncavo da Bahia**. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 1 (1), 2007.

SANTOS, Nilton Pereira dos. **A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política das últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)**. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Departamento de História. Universidade de São Paulo. 2009.

SANTOS, Tainara Freitas. **Tarzan**: Narrativas construídas por meio de fotografias e de memórias. *Revista de Antropologia Visual e da Imagem*. Belém, v.3, n.2, p. 102-134, 2017. Disponível em:

https://grupovisagem.org/revista/edicao_v3_n2/acervo/RevistaVisagem_v3__n2.pdf. Acesso em: 17 de mai. 2018

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759)**. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185-196, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000400185&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 Oct. 2018.

SILVA, Sandra Siqueira. **Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos?**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 1 – 2012

SOCIEDADE Anônima Indústria Votorantim: relatório da diretoria. Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 128-136, mai. 1961. ISSN 0010-5945. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/66194/63843>>. Acesso em: 09 Out. 2019.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 1ª Edição (1ª Edição Original em 1851)Org. de Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hedra, 2010.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Cachaça, vinho e cerveja**: da Colônia ao século XIX. Estudos. Históricos, Rio de Janeiro, nº 33, p. 56-75, janeiro-junho de 2004

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª ed. São Paulo: Ed.UNESP / Salvador: EDUFBA, 2006. 542 p.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. **Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX**. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011. (Coleção A viagem de Naeher)

TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. The Nizhny Tagil. **Charter for the Industrial Heritage**, July, 2003. Disponível em: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003, Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> acesso em: 14 jul. 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Bacharelado Interdisciplinar em Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias aplicadas – BICULT**. Santo Amaro, 2013.142 p.

VELOSO, Caetano Emanuel Viana Teles. **Trilhos Urbanos**. Intérprete: Caetano Veloso. In: Cinema Transcendental – A outra banda da Terra. Rio de Janeiro: Polygram/Phillips, 1979. 1 disco sonoro (40 min). 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol. Lado B, faixa 1 (2min 47s).

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

SITES

DIE landwirtschaftliche Genossenschaft war im brasilianischen Bundesstaat Bahia beheimatet. **HWPB - Historisches Wertpapierhaus AG**. Disponível em: https://www.hwph.de/accoes-antigas/losnr-auktnr-pa15-2841_pt.html. Acesso em 23 de mar. 2016.

FERREIRA, L. C. Cachaça "batizada" mata na Bahia e no Piauí. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 de jan. 2014. Saiu no NP. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/saiunonp/2014/01/1403690-cachaca-batizada-mata-na-bahia-e-no-piaui.shtml>. Acesso em 12 de jan. 2018.

HISTÓRIA – Santo Amaro (BA). **Iphan**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1833/> Acesso em 01 de mai. 2017.

IPHAN e Minc inauguram prédios restaurados da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Iphan**, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2427/iphane-minc-inauguram-predios-restaurados-da-universidade-federal-do-reconcavo-da-bahia> . Acesso em 17 de abr. 2018

MESQUITA, I. A verdade sobre a UFRB em Santo Amaro. **O Trombone**, Santo Amaro, BA, 15 de jan. 2013. Disponível em: <http://otrombonesantoamaro.blogspot.com/2013/01/a-verdade-sobre-ufrb-em-santo-amaro.html>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

PAC CIDADES HISTÓRICAS. 31 de mar. 2013. 20 slides. **Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas**. Formato PPT. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/apresentacoes/v/cdf4eb9c>. Acesso em 01 de set. 2019.

PAC cidades históricas. **Iphan**. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em 15 de dez. 2018.

PROJETO de restauração da antiga fábrica Trzan está em processo de licitação. UFRB. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/cecult/noticias/40-projeto-de-restauracao-da-antiga-fabrica-trzan-esta-em-processo-de-licitacao> . Acesso em 27 de set. 2015

RESTAURAÇÃO da antiga fábrica Trzan - implantação de campus da UFRB. PAC. 2018. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/64956> . Acesso em 29 de jul. 2019.

SANTO amaro em tons monocromáticos: Arquitetura, área urbana e festejos. **Coletivo Amaro**. 2015. Disponível em: <https://coletivoamaro.tumblr.com/post/133370183908/santo-amaro-em-tons-monocrom%C3%A1ticos-arquitetura> . Acesso em 13 de jan. 2018.

DEPOIMENTO

TRZAN, Lucilia Libório. **Depoimento 1**. [setembro de 2017]. Entrevistador: Moari Castro Ramos de Oliveira Alfredo. Depoimento colhido durante o 1º Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo – ENICECULT.

APÊNDICE A – Autorização de uso de imagem / Centro de Memória da Bahia



**FUNDAÇÃO
PEDRO
CALMON**
Memória, memória e biblioteca da Bahia

**Fundação Pedro Calmon
Centro de Memória da Bahia**

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Nome: ALFREDO MOARI CASTRO RAMOS DE OLIVEIRA *ALFREDO* **Profissão:** MUSEÓLOGO

Endereço:

Identidade:

CPF:

Cidade: SALVADOR

Estado: BAHIA

Tel.:

Titulação acadêmica: MESTRANDO

Instituição responsável: UFRB

Finalidade da consulta: DISSERTAÇÃO

Título/Tema da pesquisa: PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DO RECÔNCAVO

Área de Pesquisa: MUSEOLOGIA

1 – O PESQUISADOR se obriga, ao utilizar todo e qualquer documento colocado à sua disposição pelo **Centro de Memória da Bahia-CMB** da **FUNDAÇÃO PEDRO CALMON**, a observar sempre a legislação nacional e internacional que rege os direitos autorais;

2 - O PESQUISADOR se obriga a manter o **CMB/FPC** incólume diante de quaisquer demandas de terceiros, fundadas na utilização que fizer dos documentos por ele consultados, indenizando-o por eventuais prejuízos em que este venha a incorrer;

3 – Fica vedada ao PESQUISADOR a utilização dos documentos consultados com qualquer finalidade comercial, venda, aluguel, cessão a terceiros ou outras, sem a prévia e expressa autorização por escrito do **CMB/FPC**, consideradas eventuais perdas e danos emergentes;

4 – Ao fazer qualquer uso dos documentos de titularidade do **CMB/FPC**, em qualquer meio material existente, ou que venha a ser desenvolvido no futuro, e a qualquer tempo, o PESQUISADOR fica obrigado a mencionar, de modo legível, o crédito devido a esta instituição em todas as imagens, figurando da seguinte forma, por exemplo:

Fundação Pedro Calmon. Centro de Memória da Bahia
REFERÊNCIA DO(S) DOCUMENTO(S)

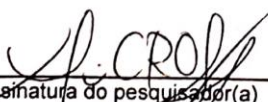
5 – Os respectivos créditos dos autores e/ou titulares das obras intelectuais e documentos integrantes do acervo consultado deverão sempre ser apostos expressamente em qualquer utilização por parte do Cessionário.

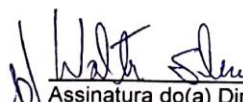
Documentos solicitados para reprodução:
Fundo: ARAÚJO PINHO

Acervo textual:

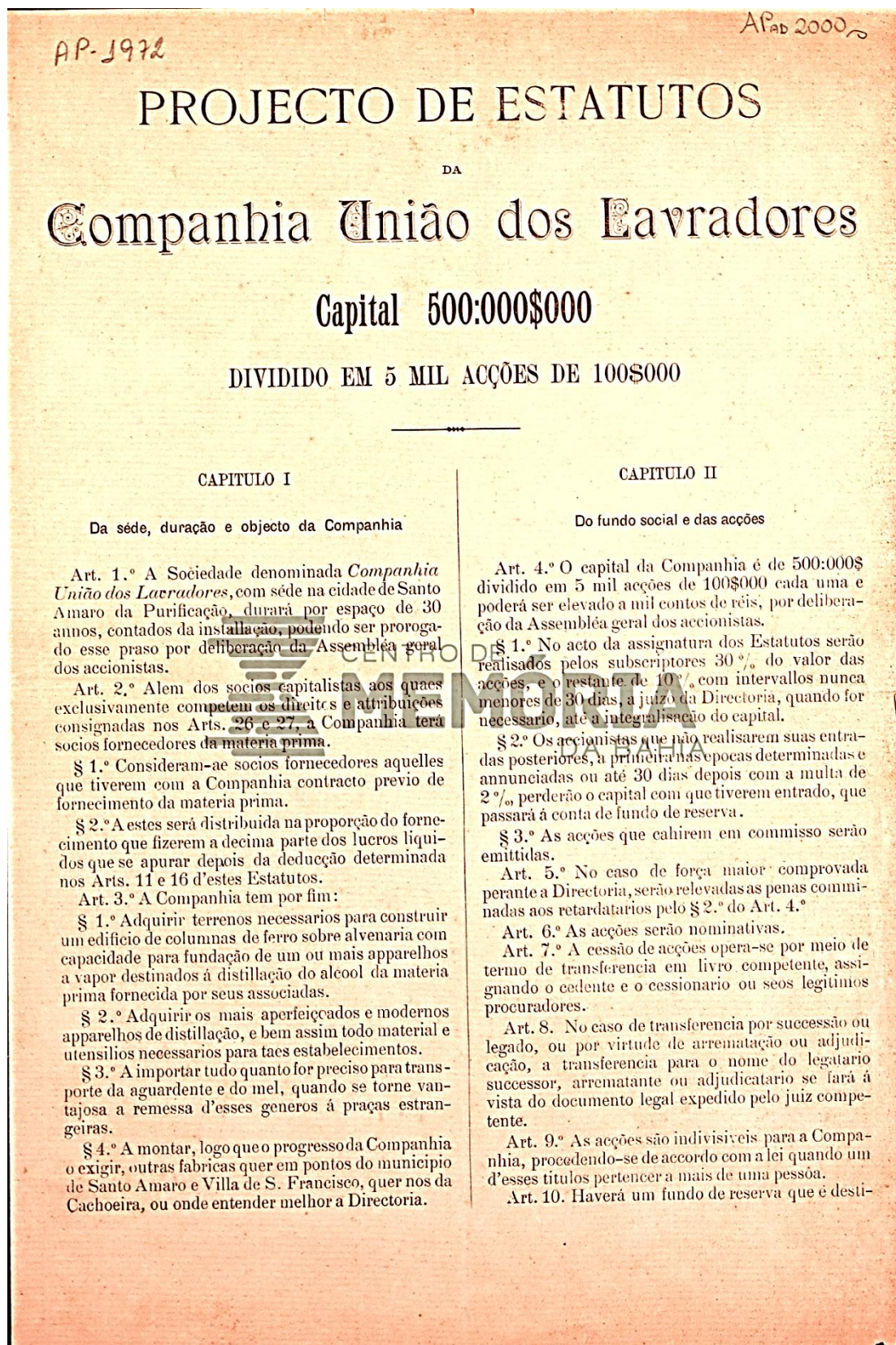
1. BR BACMB AP TXT ADM 01/1329
2. BR BACMB AP TXT ADM 01/1338
3. BR BACMB AP TXT ADM 01/1339
4. BR BACMB AP TXT ADM 01/1340
5. BR BACMB AP TXT ADM 01/1342
6. BR BACMB AP TXT ADM 01/1343
7. BR BACMB AP TXT ADM 01/1345
8. BR BACMB AP TXT ADM 01/1347
9. BR BACMB AP TXT ADM 01/1349
10. BR BACMB AP TXT ADM 01/1351
11. BR BACMB AP TXT ADM 02/1384
12. BR BACMB AP TXT ADM 02/1386
13. BR BACMB AP TXT ADM 03/1400
14. BR BACMB AP TXT ADM 03/1423
15. BR BACMB AP TXT ADM 05/1499
16. BR BACMB AP TXT ADM 05/1500
17. BR BACMB AP TXT ADM 05/1501
18. BR BACMB AP TXT ADM 05/1502
19. BR BACMB AP TXT ADM 06/1517
20. BR BACMB AP TXT ADM 06/1518
21. BR BACMB AP TXT ADM 06/1529
22. BR BACMB AP TXT ADM 06/1530
23. BR BACMB AP TXT ADM 07/1545
24. BR BACMB AP TXT ADM 07/1546
25. BR BACMB AP TXT ADM 07/1551
26. BR BACMB AP TXT ADM 08/1567
27. BR BACMB AP TXT ADM 09/1585
28. BR BACMB AP TXT ADM 09/1618
29. BR BACMB AP TXT ADM 09/1627
30. BR BACMB AP TXT ADM 09/1631
31. BR BACMB AP TXT ADM 24/1972
32. BR BACMB AP TXT CA 02/2299
33. BR BACMB AP TXT CA 02/2348
34. BR BACMB AP TXT ADM 01/2436
35. BR BACMB AP TXT CA 03/2462
36. BR BACMB AP TXT ADM 04/4212
37. BR BACMB AP TXT ADM 04/4226
38. BR BACMB AP TXT DV 02/6206
39. BR BACMB AP TXT CP 40/6911
40. BR BACMB AP TXT CP 48/8081
41. BR BACMB AP TXT DP 01/12119
42. BR BACMB AP TXT PM 11.3/12561

De acordo, em 24 de agosto de 2017.


Assinatura do pesquisador(a)
Moisés R. O. Alfredo
Museólogo
SIAPE 2257892


Assinatura do(a) Diretor(a)
Walter Jorge O. da Silva
Coordenador - CMB
Mat. 57459915-7

ANEXO A – PROJETO DE ESTATUTO DA COMPANHIA UNIÃO DOS
LAVRADORES⁶⁷



⁶⁷ BNDGIGITAL.Projeto Estatuto da Companhia União dos Lavradores. FPC / CMB. Série Adm. de Engenho. Pasta 26. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_AD_24_1972.

nado exclusivamente á renovação do material da Companhia e fica fixado em cem contos de réis.

Art. 11. Para formação do fundo de reserva de que trata o Art. 10 se lançará mão das seguintes verbas:

§ 1.º Do producto das entradas de que trata o § 2.º do Art. 4.º

§ 2.º De 5 % retirados do lucro liquido da Companhia em cada semestre, deixando-se de fazer esta deducção desde que o fundo de reserva attingir a somma de que trata o Art. 10.

Art. 12. Deduzida a porcentagem para o fundo de reserva, a que compete á Directoria na forma do Art. 16, e a de que trata o Art. 2.º, dividir-se-ha o restante da renda liquida pelos accionistas, semestralmente.

Da Administração

Art. 13. A Companhia será administrada por 4 directores, occupando um d'elles o lugar de presidente, os quaes serão eleitos pela Assembléa geral, sendo o presidente o que obtiver maior numero de votos, e no caso de empate o mais velho dos dous mais votados.

Art. 14. O mandato durará pelo prazo de 4 annos, podendo os directores ser reeleitos.

Art. 15. Para o exercicio das funcções de director é imprescindivel a caução, como garantia da gestão, de 50 acções da Companhia, proprias ou de outrem, as quaes são inalienaves em quanto não forem prestadas as contas.

Art. 16. Os directores terão cada um annualmente a quantia de tres contos de réis pelos trabalhos de administração, e mais 2 1/2 % dos lucros liquidos que lhe serão repartidamente pagos em cada um semestre.

§ 1.º Os directores distribuirão entre si o serviço de administração, de forma que sempre um dos directores faça a gerencia da fabrica, accumulando tambem as funcções de thesoureiro.

§ 2.º Os supplentes terão direito aos mesmos vencimentos e porcentagens de que trata o Art. 16, pelo tempo de exercicio na falta de qualquer dos directores.

Art. 17. Em caso de destituição ou morte do director, antes de findo o semestre, terá elle ou sua familia direito aos vencimentos e porcentagens que lhe competir, correspondentes ao tempo que tiver servido.

Art. 18. Não podem conjunctamente servir os cargos de director e fiscal ascendentes e descendentes, sogro e genro, irmão e cunhado durante o cunhadio.

Art. 19. A Directoria compete praticar todos os actos necessarios para o bom andamento dos negocios da Companhia, administrando-a, nomeando e demittindo empregados, adoptando e fazendo executar todas as medidas convenientes aos interesses d'ella, e á boa gestão dos referidos negocios, consultando ao Conselho fiscal quando lhe parecer necessa-

rio, e dando de tudo conta á Assembléa geral em seus relatórios annuaes.

Art. 20. Para os cargos de directores que administrem a Companhia durante os primeiros seis annos ficam desde já nomeados os senhores:

Dr. João Ferreira de Araujo Pinho.

Conselheiro João Ferreira de Moura.

Dr. Francisco Ferreira Vianna Bandeira.

Barão do Rio de Contas.

Supplentes

Dr. Julio Americo de Sá Ribeiro.

Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira.

Dr. Fernão Alvaro Falcão Paim.

Do Conselho Fiscal

Art. 21. O Conselho fiscal, que terá as attribuições marcadas pelas leis que regem as sociedades anonymas, compor-se-ha de 3 accionistas eleitos pela Assembléa geral annualmente, sendo seus supplentes os immediatos em votos, os quaes serão reelegiveis e suas funcções gratuitas.

Art. 22. Para membros do Conselho fiscal no primeiro anno ficam desde já nomeados os senhores:

Barão de Villa Viçosa.

Visconde de Ferreira Bandeira.

João de Cerqueira Lima.

Supplentes

Bonifacio Calmon de Cerqueira Lima.

Dr. Pedro Tenorio Carneiro d'Albuquerque.

Commendador José Joaquim de Teive e Argollo.

Da Assembléa Geral

Art. 23. A Assembléa geral é a reunião dos accionistas habilitados em numero legal e regularmente convocada.

Art. 24. Será presidida pelo accionista que for aclamado ou eleito, o qual nomeará dous secretarios que o auxiliem na direcção dos trabalhos, assumindo provisoriamente a presidencia até que seja aclamado ou eleito o effectivo, o presidente da directoria da Companhia.

Art. 25. Todos os accionistas da Companhia poderão assistir á reunião da Assembléa geral, mas só terão voto os que possuirem, pelo menos, 10 acções desde 6 mezes antes da reunião da Assembléa geral, e aquelles em cujo nome estiverem caucionadas acções, de accordo com o § 1.º do Art. 16. Neste ultimo caso os possuidores das acções caucionadas perderão os votos correspondentes.

Art. 26. Os accionistas terão um voto por cada grupo de dez acções, os quaes serão contados até o numero de 200.

Art. 27. Os accionistas menores ou interdictos serão representados por seus paes, tutores ou

curadores; as mulheres casadas por seus maridos; as heranças indivisas por seus inventariantes; as firmas sociaes por um dos socios ou representantes; e em geral as corporações juridicas por seus administradores e prepostos. Não dependem de auctorisação de seus maridos as mulheres casadas que tiverem a livre administração de seus bens ou forem divorciadas por sentença.

Art. 28. A Assembléa geral reunir-se-ha annualmente em sessão ordinaria no mez de Julho, e extraordinariamente quando for convocada pela Directoria, pelo Conselho fiscal, ou por accionistas em numero não menor de sete, representando pelo menos um quinto do capital social, guardadas as formalidades legais.

Art. 29. A' Assembléa geral compete decidir dos destinos da Companhia, sendo suprema a sua autoridade dentro dos limites legais.

Disposições geraes

Art. 30. Depois de estabelecida a fabrica e funcionando regularmente, a Companhia creará uma caixa especial para adiantamentos aos fornecedores por conta da materia prima, de conformidade com a resolução que a Assembléa geral adoptar.

Art. 31. As disposições do Decreto n. 164 de 17 de

Janeiro de 1890 e mais legislação em vigor regem os casos não previstos n'estes Estatutos.

Disposições Transitorias

Art. 32. Os incorporadores da Companhia, Ismael Americo d'Andrade, negociante e proprietario residente na capital, e Dr. Francisco Ferreira Vianna Bandeira, lavrador e proprietario residente no municipio de Santo Amaro, perceberão, como remuneração de seus trabalhos e despesas feitas, a comissão de tres por cento sobre o capital da Companhia.

Art. 33. A comissão de que trata o Art. 32 será paga em acções integralisadas da Companhia *União dos Lavradores* e por uma só vez; não podendo os incorporadores reclamar qualquer outra comissão ou indemnisação logo que a Companhia for de vantagem elevar o capital á mil contos de réis.

Art. 34. O encargo dos incorporadores termina logo que tenham cumprido o disposto nos Arts. 7.º e 8.º do Decreto de 14 de Fevereiro de 1891, correndo por conta dos mesmos todas as despesas feitas e por fazer com annuncios, telegrammas, sellos de correspondencia, consultas e trabalhos que tenham encarregado a seus advogados para a incorporação da Companhia.

 CENTRO DE
MEMÓRIA
DA BAHIA

ANEXO B – Telegrama de 21 de maio de 1891 trocado entre João Ferreira de Araújo
Pinho e Ismael de Almeida.⁶⁸

8081

AP 1891.05.21 (1)

REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Estação *Paulo Amaral 21 de Maio de 1891*

Telegramma N. <i>1881</i>	Numero da ordem <i>109</i>	CARIMBO
Hora de apresentação <i>1 e 25</i>	Remetido a <i>Amara</i>	
Numero de palavras <i>10</i> pagas	Hora da expedição <i>1 e 43 m.</i>	
Recebido de <i>Amara</i>		
A's <i>1 e 43 m.</i>		

Assignatura do Telegraphista *[Signature]* Assignatura do Telegraphista expedidor

Procedente de _____ Data _____ Hora _____ m. _____

Endereço *Dr. Augusto Pinho*

CENTRO DE
MEMÓRIA
DA BAHIA

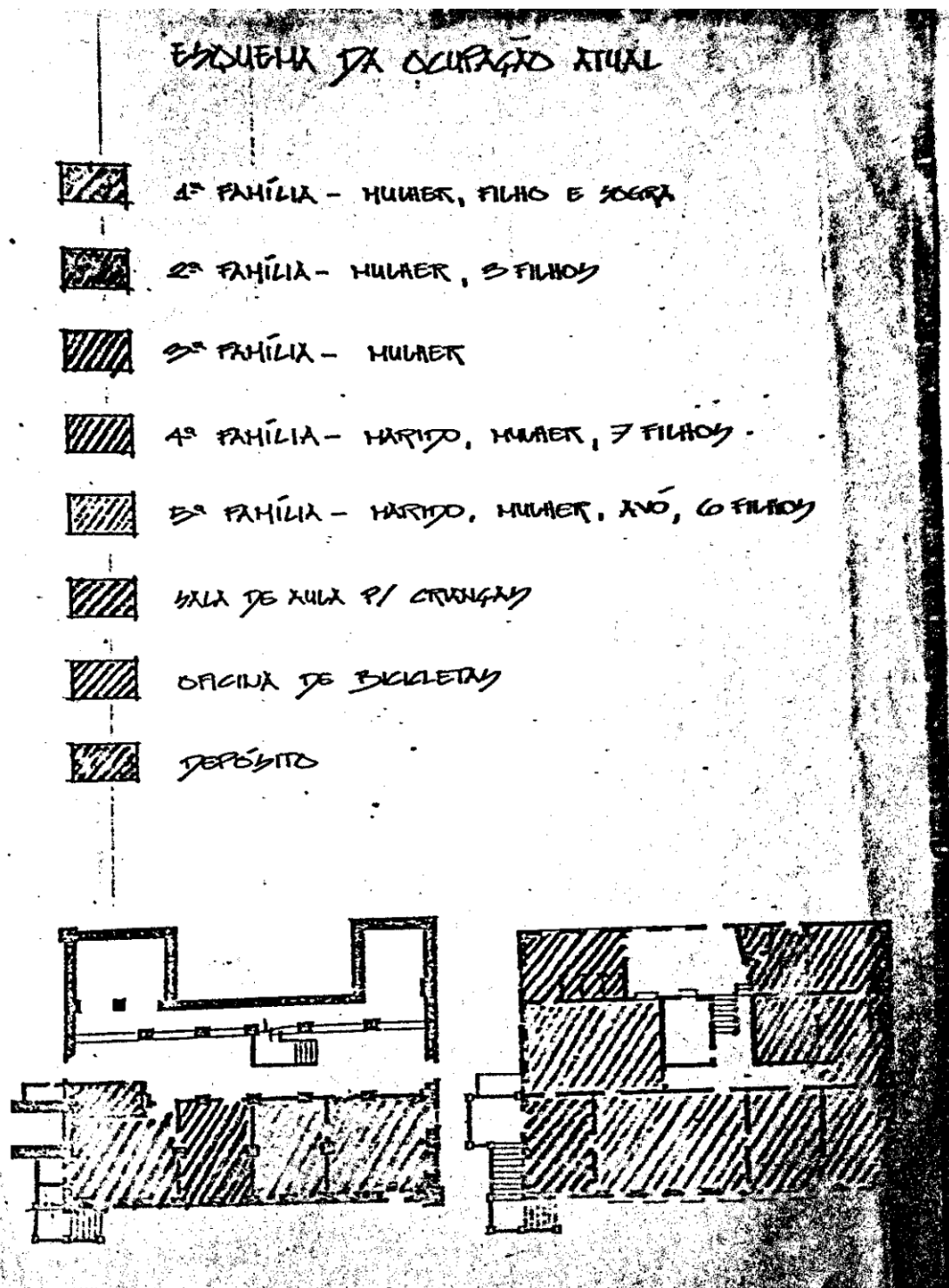
Comp. Amara

Tribunal Commercial

Nome e morada do remettente { *Ismael*

⁶⁸ BNDIGITAL. Telegrama entre Araújo Pinho e Ismael Andrade. 21 de mai. 1891. Pasta 48. Nº de referência BR_BACMB_AP_TXT_CP_48_8081_.

ANEXO C – Esquema da ocupação do Solar Paraíso na Década de 1980.⁶⁹



⁶⁹ IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural** - Vol. II - Monumentos e sítios do Recôncavo, I Parte, 2ª Edição - IPAC-BA - Secretaria da Indústria e Comércio - Governo do Estado da Bahia, 1982.